

NORDESTE: ACUMULAÇÃO, DIVISÃO INTERREGIONAL DO TRABALHO E
ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA,

FRANCISCO JOSÉ SOARES TEIXEIRA

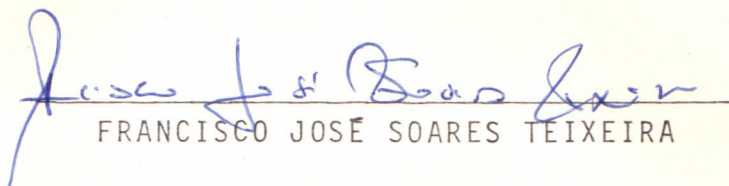
Dissertação submetida à Coordenação do Curso de
pós-graduação em Economia — CAEN para obtenção do
Grau de Mestre

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ


FORTALEZA - 1983


Esta dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Teoria Econômica, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

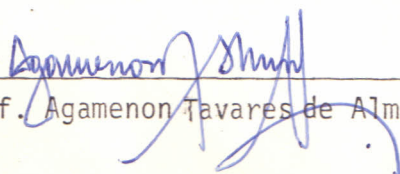
A citação de qualquer trecho desta Dissertação é permitido, desde de que seja feito de conformidade com as Normas da Ética Científica.

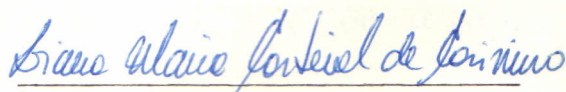

FRANCISCO JOSÉ SOARES TEIXEIRA

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 21 DE JANEIRO DE 1983.


Prof. Aécio Alves de Oliveira
ORIENTADOR


Prof. Manoel Bosco de Almeida
COORDENADOR DO CURSO


Prof. Agamenon Tavares de Almeida


Profa. Liana Maria Carleial de
Casimiro

Aos meus pais Floro e Alacoque.

A você Virgínia amiga e companheira
de todos os momentos, pelo incentivo
que me deu.

Aos meus filhos Daniel e Luciana, que
foram o meu incentivo maior.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO	viii
ABSTRACT	x
LISTA DE QUADROS	xii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - ACUMULAÇÃO, DOMINAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO TRABALHADOR	3
1. Introdução	3
2. O Capital: Desenvolvimento e Acumulação	4
3. A Degradação do Trabalho	10
3.1 - A formação da classe proletária	10
3.2 - A evolução do processo de trabalho	15
CAPÍTULO II - ACUMULAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL E A FOR MAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	33
1. Introdução	33
2. Desenvolvimento da Indústria no Período 1880-1930 .	33
2.1 - A industrialização (1880-1930) e as bases pa ra formação do mercado de trabalho	40
3. Aceleração Industrial no Período 1930-45	51
4. O Período Pós-guerra e a Consolidação do Parque In dustrial Brasileiro	56
5. Os Limites da Industrialização	60
CAPÍTULO III - NORDESTE. ELEMENTOS DO PROCESSO DE FOR MAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: UMA ABOR DAGEM CENTRADA NA DIVISÃO INTERREGIONAL DO TRABALHO	63
1. Introdução	63

2. Elementos do Processo Histórico do Desenvolvimento Industrial do Nordeste: das Origens aos Anos Sessenta	64
2.1 - Antecedentes históricos e evolução da produção agro-manufatureira do açúcar	64
2.2 - A indústria têxtil e outras atividades industriais: aspectos históricos	69
2.3 - Os limites do processo de industrialização do Nordeste e a divisão interregional do trabalho	73
3. A Estrutura Industrial do Nordeste Pós-60 e o Aprofundamento da Divisão Interregional do Trabalho ..	79
3.1 - Breves considerações metodológicas	79
3.2 - A criação da SUDENE: uma rápida digressão ..	80
3.3 - O novo perfil industrial e a formação do mercado de trabalho no novo ambiente urbano do Nordeste	83
 CAPÍTULO IV - ESTRUTURA DO MERCADO URBANO DE TRABALHO NO NORDESTE	 98
1. Colocação do Problema	98
2. Fatores Determinantes da Estrutura do Emprego não-agrícola no Nordeste	99
3. Configuração e Evolução do Emprego não-agrícola no Nordeste: 1950-70	101
3.1 - Considerações metodológicas	101
3.2 - A configuração e evolução do emprego	104
3.3 - Considerações finais	117
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 127

AGRADECIMENTOS

O indivíduo é um ser social e que por isso mesmo depende de todos os outros membros da sociedade. Sua natureza tanto biológica quanto social não pode ser compreendida fora do contexto do meio social em que ele (o indivíduo) vive e se desenvolve. Seus atos e ações individuais são determinadas pelas múltiplas relações que estabelece com os outros seres humanos.

Assim, pelo fato do indivíduo agir sempre como um ser social, como membro de um grupo ou classe da sociedade, é que eu não poderia deixar de registrar meus agradecimentos a todos aqueles, que de forma direta ou indiretamente, tornaram possível a realização deste trabalho.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao apoio proporcionado pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE/Ce., cujo respaldo financeiro foi importante para realização dos meus estudos de pós-graduação.

Em segundo lugar, quero agradecer ao meu amigo professor Aécio Alves de Oliveira, que me acompanhou e compartilhou de minhas idéias — desenvolvidos ao longo desse trabalho — desde as primeiras aulas no curso de mestrado. Seu apoio emocional e intelectual foi fundamental, sem o que, pouco ou quase nada, eu teria conseguido fazer, nesta tarefa solitária e difícil. Sinceramente, Aécio, muito obrigado.

Aos professores do CAEN, meus sinceros agradecimentos, especialmente ao professor Agamenon e a professora Liana que, como membro da Banca, também orientadores, me proporcionaram valiosas contribuições durante a elaboração e discussão desta Dissertação. Aos demais professores, Assuero Ferreira, José Dantas, Ricardo, José Carlos e Bosco, também estendo meus agradecimentos.

Aos meus colegas de turma, Brasil, Marcelo, Ronaldo, Idalina, Ubirajara e outros, que no calor das discussões dos nossos projetos de teses, muito contribuíram para a consecução deste trabalho.

Aos colegas de outras turmas de Mestrado do CAEN, Mário Lima, Lúcio Albuquerque, João Carlos, registro meu reconhecimento pela participação que vocês tiveram neste trabalho.

As minhas amigas do Curso de Mestrado de Sociologia, Isabel, Ângela, Helena Cartaxo, Cira, minha demonstração de apreço pelo muito que aprendi com vocês.

A Edna Gomes Pinheiro, bibliotecária do CAEN, quero demonstrar minha gratidão por sua ajuda na catalogação das referências bibliográficas, como também pelos atrasados na devolução dos livros da biblioteca.

Finalmente, a todos aqueles que por esquecimento deixei de citar, mas que nem por isso são menos importantes, registro minha gratidão.

RESUMO

A preocupação de nosso estudo é a de analisar a absorção de mão-de-obra, no ambiente urbano do Nordeste, a partir da perspectiva do processo de acumulação de capital e da divisão interregional do trabalho.

Dentro desse quadro de idéias, no primeiro capítulo, analisamos o desenvolvimento histórico do processo de trabalho, numa economia capitalista qualquer, independentemente o seu grau de desenvolvimento. O objetivo deste capítulo, é ressaltar alguns elementos históricos do desenvolvimento do processo de produção capitalista, a fim de que possamos fazer algumas inferências sobre as especificidades de sua evolução numa economia atrasada.

No segundo capítulo, procuramos investigar o processo de industrialização brasileira, à luz da teoria da dependência, ressaltando o caráter tardio do surgimento desta industrialização. Este fato, entre outros, foi responsável pela formação de uma estrutura industrial bastante concentrada e com fracos efeitos de criação de atividades induzidas, o que explica em grande parte, um baixo multiplicador do emprego industrial.

No terceiro capítulo, analisamos o processo de industrialização do Nordeste, procurando evidenciar os elementos mais importantes para a formação do mercado urbano de trabalho, na Região, notadamente, a partir dos anos cinquenta.

Finalmente, no quarto capítulo, procuramos analisar a estrutura do mercado urbano de trabalho no Nordeste, tendo em vista as categorias emprego "organizado" e "não-organizado". Chegamos a conclusão de que a estrutura do emprego urbano regional tende a se agravar, primeiro, pela incapacidade

do setor industrial proporcionar novas oportunidades de trabalho; segundo, a permanência da rigidez da estrutura agrária, contribuindo para o êxodo rural, o que leva, então, a uma configuração do emprego, que parece mostrar uma tendência na participação crescente do "não-organizado" no emprego urbano total.

ABSTRACT

The objective of our study is to analyze the labor absorption in the Brazilian Northeastern urban environment. The study is conducted from a perspective of the process of capital accumulation as well as the interregional labor division.

In this framework we analyze, in the first chapter, the historical development of the labor process in a capitalist economy, independent from its degree of development. The objective of this chapter is to emphasize some historical elements concerning the development of the capitalistic production process in order to make some inferences about the specificities of its evolution in a backward economy.

In the second chapter we try to investigate the Brazilian industrialization process from the viewpoint of the theory of dependence, emphasizing the characteristic of late industrialization of that process in Brazil. This fact, among others, was responsible for the formation of an industrial structure quite concentrated and with very weak effects leading to the creation of induced activities, which explains, to a large extent, the low industrial employment multiplier effect.

In the third chapter, we analyze the industrialization process in the Brazilian Northeast trying to point out the most important elements concerning the formation of a urban labor market in the Region, mainly, from the beginning of the fifties.

Finally, in the fourth chapter, we analyze the structure of the urban labor market in the Brazilian Northeastern Region, using two categories, "organized" and "non-organized" employment. This analysis led us to the

conclusion that the structure of the regional urban employment shows a tendency to worsening. In first place, by the incapability of the industrial sector to create new employment opportunities; secondly, through the rigidity of the land structure, which contributes to the rural migration. These aspects leads, then, to an employment configuration which shows a tendency to an increasing participation of the "non-organized" segment in the total urban employment.

INTRODUÇÃO

A preocupação temática do nosso estudo é analisar a absorção de mão-de-obra, no ambiente urbano do Nordeste, a partir da perspectiva do processo de acumulação de capital e da divisão interregional do trabalho. Dentro desse duplo aspecto em que a questão é abordada, pretendemos dar conta do processo de formação histórico-estrutural do mercado urbano de trabalho, no Nordeste brasileiro, a partir dos anos cinquenta.

A partir desse marco metodológico, iniciamos o nosso estudo, no primeiro capítulo, analisando o desenvolvimento histórico do processo de trabalho, que se dá sob o controle do movimento de acumulação e valorização de capital, numa economia capitalista qualquer, independentemente do seu estágio de desenvolvimento. Nossa preocupação está voltada, na sua maior parte, apenas para o problema de como se dá a organização do processo de trabalho para atender às exigências de valorização e acumulação de capital, já que o "real coração da economia" é o próprio processo de trabalho. Pretendemos, assim, ressaltar alguns elementos históricos do desenvolvimento do processo de produção capitalista, a fim de que possamos fazer inferências posteriores sobre as especificidades de sua evolução numa economia atrasada.

No segundo capítulo, procuramos investigar o processo de industrialização brasileira, à luz da teoria da dependência, ressaltando o caráter tardio do surgimento desta industrialização. Com isso, pretendemos dar conta do caráter extremamente concentrado da indústria do país que, ao contrário do que ocorreu nas economias capitalistas avançadas, não surgiu de um processo de desenvolvimento do artesanato para a manufatura e desta para a grande indústria. Por isso, a indústria no país surge já com elevado grau de concentração,

complementada por uma multiplicidade de empresas de dimensões reduzidas, sobrevivendo naqueles espaços não ocupados pela grande indústria. A constatação desse fato é importante, porque nele encontramos as bases para a formação do mercado de trabalho na economia brasileira.

A análise do processo de industrialização brasileira, é importante porque nos ajuda a entender o caráter fortemente polarizado da indústria no país e seus efeitos sobre as demais Regiões.

Assim, partimos para analisar o processo de industrialização do Nordeste no terceiro capítulo do trabalho. Aqui, num nível mais particular de análise, procuramos investigar os elementos do processo de formação do mercado urbano de trabalho, usando uma abordagem centrada na divisão inter-regional do trabalho na economia nacional.

Desse modo, acreditamos estar usando um procedimento metodológico adequado, posto que sō assim poderíamos entender porque devemos analisar o regional a partir do contexto nacional, levando-se em consideração, evidentemente, o caráter das relações internacionais, como relações capazes de influenciar a dinâmica interna da economia.

Essa opção metodológica — analisar a economia na sua totalidade para depois investigar o regional (o particular) — nos permitiu no quarto e último capítulo, sustentar a tese de que o processo de industrialização, no Nordeste, se não se completou, vem reduzindo drasticamente sua capacidade de geração de novas oportunidades de emprego, o que vem se refletindo numa tendência de crescente participação de atividades não-tipicamente capitalistas no processo de geração de emprego, que é a conclusão básica do trabalho.

CAPÍTULO I

ACUMULAÇÃO, DOMINAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO TRABALHADOR

1. INTRODUÇÃO

Talvez não constitua novidade que o termo capital da forma como emprega Marx retrata não só uma relação social, como também uma relação histórica de produção. Entretanto, nunca é demais recolocar certas questões que possam parecer óbvias, principalmente quando elas são usadas como instrumentos de análise de um problema específico da sociedade ou da realidade que se toma como objeto de investigação. Nesse sentido, reveste-se de grande importância a preocupação da definição de certos conceitos, já que o uso coerente e adequado dos mesmos, pode evitar interpretações falsas ou mesmo dúbias do problema que se pretende investigar.

Para isso, na seção dois deste capítulo, trataremos da definição de capital na perspectiva de seu desenvolvimento e acumulação. Definição esta que revela que o termo capital deve ser entendido em três sentidos: (1) como uma relação social ao pressupor a divisão da sociedade em duas classes sociais distintas (capitalistas - como proprietários dos meios de produção e subsistência; e trabalhadores - como possuidores apenas da mercadoria força de trabalho; (2) como uma relação histórica, posto que o surgimento do capital só se concretiza a partir do momento em que uma sociedade formada por produtores independentes e possuidores de seus próprios meios de produção, se transforma numa sociedade de classes; (3) e finalmente, numa linguagem abstrata, isto é, sem se preocupar com a forma particular de organização econômica, como mero instrumento físico de produção. "Uma máquina

de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão..."¹, mas, também, é capital se as condições sociais e históricas acima as sinaladas se fazem presentes.

Nesse sentido, portanto, o termo capital possui além do seu caráter material (instrumento físico de produção), relações sociais que estão ocultas por trás de sua materialidade. De fato, o que se deve enfatizar é que o termo capital como uma relação social historicamente determinada, é uma relação de dominação sobre o trabalho e, por conseguinte, uma relação de apropriação de mais-valia, de trabalho excedente.

Na seção três, ressaltamos as origens da formação da classe trabalhadora e a evolução de processo de trabalho, na perspectiva da acumulação de capital. Com isso, pretendemos mostrar como se dá a submissão do trabalho ao capital, além de procurar descobrir as bases para a formação de uma classe de trabalhadores que, embora não estando vinculada diretamente ao capital por meio de contrato, encontra-se subjugada aos seus movimentos. Nesta seção, encontraremos ainda as pistas teóricas que nos possibilitarão investigar a natureza e as causas do comportamento do mercado de trabalho numa economia dependente, tal como a brasileira, tendo em vista a Região Nordeste, que é o nosso objeto principal de estudo.

2. O CAPITAL: DESENVOLVIMENTO E ACUMULAÇÃO

"Um negro é um negro. Só se transforma em escravo, se houver certas condições. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Só em certas condições se transforma em capital. Fora dessas condições não é capital, como o ouro em si mesmo e por si mesmo não é dinheiro ou o açúcar não é o preço do açúcar... O capital é uma relação social. É uma relação histórica de produção".²

¹MARX, Karl - O Capital; crítica a economia política. 4a. edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p.885. Vol. II, Livro I.

²MARX, Karl - op. cit. p. 885. (Grifos Nossos)

Quais são essas condições e como dentro dessas condições surge o capital, são o objeto desta seção. Falar do capital sem conhecer sua evolução histórica e como ele se reproduz — como uma relação social de produção — pode levar a se inferir conclusões falsas, ou mesmo o emprego impreciso do termo. Por essa razão, faz-se mister conhecer, embora que de forma sucinta, as condições históricas que deram origem ao capital, como também a forma como ele se reproduz, se valoriza.

Dentro desta perspectiva, o enfoque que se devemos privilegiar para se conhecer tais condições, é o processo histórico de produção e circulação das mercadorias. De fato, para Marx, "a produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem, as condições históricas que dão origem ao capital".³

É fácil concluir das palavras de Marx, que a produção de mercadorias não foi a única forma de vida econômica que o homem conheceu, posto que, uma sociedade produtora de mercadorias é a condição concreta que dá origem ao capital. Acrescentemos apenas que a produção de mercadorias como valores-de-uso, como objetos úteis, sempre foi uma característica universal da existência humana; como valores-de-troca, objetos úteis que não se destinam a satisfazer, necessariamente, às necessidades diretas do produtor, é uma forma específica de vida econômica da sociedade moderna, da sociedade capitalista.⁴

A base material para a produção de mercadorias é a divisão social do trabalho, que, de início, ... é "uma divisão de base puramente fisiológica",⁵ no sentido de que essa divisão surge em decorrência das diferenças de sexo e idade entre os habitantes das comunidades primitivas. Essas comuni

³IBID. p.165. Vol. I.

⁴SWEETZ, Paul M. - Teoria do desenvolvimento capitalista, 3a. edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973, pp. 52-3.

⁵MARX, op. cit. p. 402. Vol. I.

dades por habitar meios naturais diversos, enfrentam por isso, distintos modos de sobrevivência. Seus modos de viver e produzir são diferentes e essa diferença provoca a troca dos seus excedentes de trabalho. Essa troca de excedentes, inicialmente, começa nas fronteiras de cada comunidade, justamente naqueles pontos em que as comunidades ou seus membros, se relacionam umas com as outras.

Com a repetição constante da troca dos excedentes de trabalho entre as antigas comunidades "arraiga-se, progressivamente, a necessidade de objetos úteis vindos de fora(...). Por isso, com o tempo, passa-se a fazer, para a troca, intencionalmente, uma parte dos produtos do trabalho. A partir desse momento, consolida-se a distinção entre utilidades das coisas destinadas à satisfação direta das necessidades e das destinadas à troca".⁶ Consolida-se, a partir daí, as bases materiais para a produção de mercadorias como valores de troca.

Com a produção generalizada de mercadorias, a troca passa a constituir uma relação social básica da sociedade.⁷ Seu desenvolvimento histórico exigiu — para maiores facilidades da troca — que uma mercadoria fosse destacada das demais a fim de que todas as outras pudessem nela expressar seus valores. Surge o dinheiro que, por costume e determinação legal assume o posto de equivalente geral. De sorte, que, observamos, historicamente, o surgimento de uma variedade de mercadorias que serviu de forma (equivalente geral) sob a qual se manifesta o valor das demais mercadorias: o gado, o fumo, o sal, o escravo, o açúcar, o ouro e a prata. Desse modo é que o ouro e a prata se transformam em dinheiro.

Esse rápido esboço do processo histórico que deu origem à produção de mercadorias, não estaria completo sem que

⁶ IBID. p. 98.

⁷ A produção de mercadorias encerra duas relações básicas: uma quantitativa que expressa as diversas proporções em que as mercadorias são trocadas umas pelas outras; outra qualitativa, que revela as relações sócio-históricas entre os produtores.

antes investiguemos o caráter que assume a propriedade privada e, neste contexto, a divisão social do trabalho.

Nas sociedades primitivas a produção resultava do esforço conjunto de toda coletividade, de forma que os frutos dessa produção fossem repartidos equitativamente entre os diversos indivíduos que dela participavam. Cada membro do grupo utilizava seus próprios meios de trabalho, o que garantia a apropriação do produto social pelos próprios produtores. Entretanto, quando se dá a apropriação da terra em mãos de um grupo da sociedade, a produção passa a ser empreendida por indivíduos independentes e isoladamente, embora, ainda possuindo seus próprios meios de trabalho.⁸

Como a produção neste estágio do desenvolvimento social, é um ato isolado e independente, e mais, como cada indivíduo em si é limitado por sua capacidade de trabalho, não podendo ele sozinho atender a suas múltiplas necessidades de alimentação, abrigo, vestuário, etc.; passa a depender dos outros para satisfazer tais necessidades. Essa dependência é imposta pela divisão social do trabalho.

Depreende-se daí que os indivíduos como produtores independentes, só podem assegurar sua sobrevivência se intercambiarem os produtos do seu trabalho. Assim, a troca dos diferentes produtos vai ser o meio através do qual os vários produtores individuais poderão satisfazer suas várias necessidades. Nesse sentido, a troca se constitui num elo de ligação entre as atividades independentes. De fato, "a troca não

⁸No sistema feudal, a produção agrícola e das indústrias rurais, é um ato isolado e independente. Neste sistema o produtor direto encontra-se na posse dos seus meios de trabalho e das condições materiais necessários a realização do seu trabalho e dos seus meios de subsistência. Mesmo no capitalismo mercantil, que se caracteriza pela compra e venda das mercadorias produzidas nas manufaturas domésticas por artesãos independentes — artesanato das guildas —, a produção continuava sendo um ato isolado e independente; com os produtores diretos possuindo seus próprios meios de trabalho. Embora, aqui, já se possa empregar o termo capital, este ainda continua a agir apenas na esfera da circulação, comprando e distribuindo, junto às corporações, as matérias-primas necessárias à produção. O trabalhador domina todo o processo de trabalho. É ele quem concebe, planeja e executa toda a produção.

cria diferença entre os ramos de produção, mas estabelece relações entre os ramos diferentes e transforma-os em atividades mais ou menos interdependentes dentro do conjunto da produção".⁹

Assim é que, uma sociedade produtora de mercadorias simples, isto é, uma sociedade na qual os produtores são donos dos seus próprios meios de produção, o processo de troca se realiza através de duas metamorfoses: a mercadoria converte-se em dinheiro e o dinheiro reconverte-se em mercadoria. Este processo possibilita a cada produtor trocar os produtos do seu trabalho pelos produtos do trabalho de outrem.

Neste processo de circulação simples, ou seja, mercadoria dinheiro-mercadoria (M-D-M), o resultado de todo o processo resume-se na troca de mercadorias por mercadorias. O dinheiro apenas funciona como instrumento de troca: dinheiro é apenas dinheiro. Nesse sentido, a produção tem por objetivo o consumo, a satisfação direta das necessidades.

A partir do momento em que a satisfação direta das necessidades deixa de ser o objetivo da produção, a circulação de mercadorias sofre uma transformação radical. Passa, então, a assumir a forma dinheiro-mercadoria-dinheiro (D-M-D) que é a primeira que assume o capital. Diferentemente da situação anterior, dinheiro não é simplesmente dinheiro, mas sim, capital-dinheiro, exigindo sua expansão contínua, sua auto-valorização. Esta transformação conforme veremos a seguir, resulta de outras transformações ocorridas no âmbito da sociedade.

Historicamente, a transformação do dinheiro em capital só se dá a partir do momento em que a sociedade se divide em duas classes distintas: uma proprietária dos meios de produção e de subsistência — a classe capitalista — e, outra, destituída de quaisquer condições materiais de trabalho — a classe trabalhadora. Para Marx, as condições histó-

⁹MARX, Karl. op. cit. p. 403. Vol. I.

ricas de existência do capital "não se concretizam ainda por haver produção de mercadorias e de dinheiro. Só aparece o capital quando o possuidor dos meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado de trabalho vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade".¹⁰ Nesse sentido é que se pode afirmar que o capital é uma relação social e histórica de produção.

Essa divisão da sociedade em duas classes não é obra do acaso. À essa divisão precede toda uma transformação revolucionária que culminou com a expropriação violenta do produtor rural, do camponês, que fica assim privado do seu principal meio de produção: a terra. Não lhe resta outra alternativa que não emigrar para a cidade em busca de um trabalho. Impossibilitados de todos serem absorvidos pela manufatura nascente "muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por forças das circunstâncias. Daí ter surgido (...) no fim do século XVI uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta".¹¹

Concretizam-se, pois, as condições que possibilitaram o surgimento do capital, do modo de produção capitalista. A transformação do dinheiro em capital exige, pois, de um lado, que a propriedade dos meios de produção e subsistência esteja em mãos de um grupo específico da sociedade — a classe capitalista e, de outro, o trabalhador livre. Livre em dois sentidos como dizia Marx: a) não fazer parte dos meios de produção como acontecia com os servos e escravos e, b) livre de qualquer condição material, em que possa realizar sua força de trabalho. Nessas circunstâncias, o trabalhador é submetido às condições do contrato de trabalho, as quais o

¹⁰MARX, Karl. op. cit. Vol I. p. 190.

¹¹IBID. p. 851, Vol. II.

obrigam a renunciar parte do produto do seu próprio trabalho. Neste novo contexto, a divisão social do trabalho, passa então a ser orientada pelas possibilidades de valorização do capital. Mais uma vez fica reafirmado que a finalidade da produção não é o atendimento das necessidades diretas dos produtores, mas sim, das necessidades de auto-valorização do capital, o que em última instância, passa a redefinir o complexo de mercadorias a ser produzido.

3. A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO

3.1 - A Formação da Classe Proletária

Conforme vimos na seção anterior, as condições materiais que possibilitaram o surgimento do modo de produção capitalista são, de um lado, a propriedade dos meios de produção em mãos de um grupo da sociedade; de outro, o trabalhador "livre", destituído de quaisquer meios materiais para a realização do seu trabalho e, portanto incapacitado de garantir a reprodução e sua força de trabalho.

O surgimento, de um lado, de uma classe detentora dos meios de produção; e de outro, de uma classe proletária, que por força de contrato, foi obrigada a renunciar à propriedade do produto de seu próprio trabalho, não é obra do acaso. Essa divisão da sociedade em duas classes é produto de toda uma transformação histórica que retirou do produtor direto todos os meios materiais — instrumentos de trabalho, matérias-primas, etc. — necessários à realização do seu trabalho. Essa separação do trabalhador de suas condições de trabalho é "...a história de sua expropriação (que) não pode ser objeto de conjeturas: está escrita nos anais da humanidade com letras indelêveis de sangue e de fogo".¹²

¹²MARX, Karl - A origem do capital; a acumulação primitiva - 3a. edição, Rio de Janeiro, Global, 1977. p. 16.

O movimento histórico que converteu os produtores em assalariados se caracteriza pela passagem do feudalismo para o capitalismo. Diferentemente do modo de produção capitalista, o sistema feudal caracteriza-se pelo fato de o produtor direto achar-se na posse dos seus meios de trabalho e, sua produção ser um ato isolado e independente. Não quer isso significar, porém, que o produtor não sofra nenhuma exploração, muito pelo contrário; basta que se lembre que a fonte de rendas da aristocracia feudal consiste no trabalho obrigatório dos servos. Um trabalho que o servo era obrigado a executar na propriedade senhorial, independente do trabalho que executava na terra, para sua própria sobrevivência. Como o trabalho excedente do servo na propriedade do senhor feudal constituía a única fonte de renda deste, o empenho da classe senhorial era aumentar cada vez mais os dias de trabalho compulsório e gratuito do servo. Este empenho de aumentar mais e mais os dias de trabalho obrigatório, submeteu os trabalhadores a uma pressão que se tornou literalmente insuportável, obrigando a maioria dos servos a abandonar as propriedades senhoriais, indo para as cidades onde iriam instalar as primeiras corporações artesanais urbanas. Nesse sentido, a interpretação de Dobb que privilegia o desenvolvimento das forças internas como decisivas na desintegração da antiga ordem feudal, ganha maior importância. De fato, há que se considerar que a maior parte das prestações do campesinato assumia a forma de trabalho, o que impedia ou desestimulava qualquer incentivo a melhoria nos métodos de produção, pois tal constituía num pretexto para o senhor feudal aumentar os dias de trabalho compulsório do camponês. Ademais, as necessidades crescentes, por maiores rendas, da classe feudal, aliada às guerras e ao banditismo, ao mesmo tempo em que aumentavam as despesas do Senhor Feudal, resultava, numa maior pressão sobre os produtores. De acordo com Dobb, "o resultado dessa pressão (...) foi não só exaurir a galinha que punha os ovos de ouro para o Castelo, mas provocar, pelo desespero, um movimento de emigração ilegal das propriedades senhoriais: uma deserção em massa por parte dos produtores,

que estava destinada a retirar do sistema seu sangue vital e a provocar uma série de crises nas quais a economia feudal iria achar-se mergulhada nos séculos XIV e XV".¹³

O surgimento nas cidades dos órgãos corporativos iria nutrir as bases para a formação do modo capitalista de produção que, num primeiro momento, iria se caracterizar apenas pela compra e venda das mercadorias dos artesãos. A produção era empreendida isoladamente nas corporações ou nas casas dos artesãos, que produziam e vendiam suas mercadorias a um mercador que as distribuía no mercado local ou externo. Nascia, assim, o capitalismo mercantil.

O desenvolvimento do capitalismo mercantil, aliado ao declínio do modo feudal de produção, iria nutrir as bases para a formação de uma classe proletária, destituída de quaisquer condições materiais de trabalho. A dissolução dos mosteiros, o cercamento dos campos para a criação de carneiros, as modificações nos métodos de trabalho agrícola e, paralelamente, o exclusivismo crescente das corporações, maiores rigores nos requisitos para admissão de aprendizes, cobranças de taxas para o artesão se instalar por contra própria, além de suas posses, etc., representa um conjunto de fatores que contribuiria para formar as bases do processo de formação do proletariado.

¹³ DOBB, Maurício. A evolução do capitalismo - 1a. edição. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1980. p. 55. Geralmente se atribui ao ressurgimento do comércio na Europa no final do século XIV e início do Século XV um papel destacado na transformação da sociedade feudal para a sociedade capitalista. Entretanto, esse papel do comércio como elemento desintegrador da antiga ordem (Feudal) é negado por Dobb, que mostra com evidências históricas induscutíveis que o ressurgimento do comércio, ao contrário, consolidou ainda mais os laços de obrigações feudais. Segundo Dobb, os elementos responsáveis pela destruição do antigo modo de produção, devem ser buscados nas estruturas das forças internas do próprio feudalismo, sem que com isso seja negada a influência do comércio para essa transformação. Desse modo, não se pode atribuir ao comércio a responsabilidade direta pela transformação da sociedade feudal em capitalista. Em vista dessa questão não ser objeto de nosso interesse imediato, o leitor poderá recorrer ao autor supracitado, em seu livro "A Evolução do Capitalismo", para um exame mais detalhado da questão.

No que tange ao desenvolvimento do capitalismo mercantil, como base para a formação do proletariado, é bastante ilustrativo o relato de Dobb.¹⁴

- i) "Os começos de um interesse comercial organizado nas cidades(...), assumiram quase mundialmente duas formas paralelas. Em primeiro lugar, um elemento especificamente comercial, freqüentemente recrutado (...) entre os artesãos em melhor situação, separou-se da produção e formou organizações exclusivamente comerciais que passaram a monopolizar alguma determinada esfera do comércio atacadista. Em segundo lugar, essas novas organizações comerciais logo passaram a dominar o governo das cidades e a usar seu poder político para aumentar seus próprios privilégios e subordinar a si os artesãos(...). O controle político nessas cidades começou a situar-se nas mãos dos burgos mais ricos(...). O cargo de echevins, para o qual a eleição fora feita antes por todo o corpo burguês, era agora ocupado por nomeação dos patrícios, e seus ocupantes supervisionavam o artesanato, regulamentavam salários e controlavam o mercado das cidades".(pp. 127-28).
- ii) "...tal concentração de poder nas cidades, no século XVI, representou o domínio do capital mercantil e um dos principais efeitos foi restringir os artesanatos ao comércio varejista no mercado local, e onde este não constituía a saída principal de seus produtos, subordinar os artesão a uma corporação fechada de mercadores com quem, e em cujos termos, os produtores tinham de negociar(...) Às vezes, os preços dos artigos artesanais eram controlados, enquanto que os artesãos eram impedidos de fixar preços mínimos entre si".(p.127-38).

¹⁴ DOBB, Maurice - op. cit. p. 127-150.

iii) "Tal política de exclusividade não deixava de ter imitadores nas fileiras menos exaltadas da sociedade urbana. Devido a seus regulamentos de aprendizado, os artesanatos sempre haviam matido controle bem severo sobre a entrada nos mesmos, mas nos séculos XIV e XV surgiu uma tendência geral no sentido de aumentar os requisitos para a admissão no artesanato(...). O patrimônio-direto de um filho a tomar lugar do pai no artesanato - sempre fôra um meio pelo qual aquele cuja família se achava estabelecida na profissão podia evitar os requisitos de admissão onerosos e o patronato podia tornar-se privilégio hereditário. No correr do tempo tornou-se cada vez mais difícil para qualquer um, situado fora de certo círculo de família e sem ser bastante rico para comprar uma posição na guilda, estabelecer-se como patrão(...). Quando um homem terminava seu aprendizado, dispositivos engenhosos eram encontrados para atirá-lo de volta em meio da mão-de-obra assalariada(...). Tornou-se costume em alguns casos que aos jornaleiros e aprendizes seus patrões e mestre exigissem o juramento de não se estabelecerem como artesão por conta própria sem permissão superior". (pp. 149-50).

Como podemos observar nas citações acima, o capitalismo, no seu início, já apresentava um caráter excludente. Mesmo assim, e, embora grande parcela da população tenha sido excluída dos benefícios desse novo sistema de produção, o trabalhador direto ainda detém o domínio sobre todo o processo de trabalho. Sua habilidade, engenhosidade e destreza, são os elementos que determinam as quantidades e qualidades dos artigos produzidos. O Capital ainda não havia penetrado na esfera da produção; sua ação limitava-se apenas à esfera da circulação, comprando e revendendo as mercadorias produzidas pelas corporações artesanais. Entretanto, esse

sistema logo mostrou-se inviável. Os problemas de irregularidades da produção, perdas de matérias-primas, lentidão no fabrico, passaram a exigir um controle maior do capital sobre o processo de trabalho.

De fato, com o crescimento do mercado, e principalmente do comércio exterior nas últimas décadas do século XV e início do século XVI, aumentava cada vez mais a pressão do capital mercantil sobre as corporações artesanais, exigindo destas maior produção. Dado que a relação entre capital e produção era puramente externa, isso dificultava o crescimento do capital mercantil, que encontrava, assim, no sistema de produção corporativo a principal barreira para sua expansão. Portanto, eliminar tais barreiras constituía uma necessidade do capital. Sem isso lhe era impossível dominar tanto a produção como a comercialização das mercadorias.

Como se sabe, as leis das corporações impediam severamente a transformação do mestre artesão em capitalista; limitando o número de aprendizes para cada um. As regulamentações de aprendizagem, a localização das corporações restrita às áreas urbanas, etc., impediam, assim, a penetração do capital na esfera da produção. Desse modo, a eliminação do localismo urbano e o enfraquecimento dos monopólios das guildas artesanais são condições para o crescimento do capital, do capitalismo como forma dominante de produção.

3.2 - Evolução do Processo de Trabalho

a) A origem da manufatura

Para que o capitalismo como forma dominante de produção pudesse se desenvolver, exigiu-se todo um processo revolucionário de transformações não só econômicas, como também sociais e políticas. A extinção das antigas corporações artesanais, era uma condição necessária para a expansão do capital, posto que, em geral, nestas corporações, o trabalhador

e seus meios de produção encontravam-se formalmente unidos, e assim faltava a base principal para a produção capitalista.

A separação do trabalhador dos seus meios de produção permitiu ao capital reunir num mesmo local de trabalho um número significativo de trabalhadores e, dessa forma, foi possível impor a classe trabalhadora uma disciplina rígida e despótica; o que antes era impossível no sistema de corporações artesanais. De fato, como reconhece Smith, "a disciplina real e efetiva que é exercida sobre um trabalhador não é a de sua corporação, mas a de seus fregueses. É o medo de perder seu emprego que restringe suas fraudes e corrige sua negligência. Uma corporação exclusiva necessariamente enfraquece a força desta disciplina".¹⁵ Por isso, para que o capital possa dominar o trabalho, destrói as corporações, e em seu lugar, funda a manufatura.

Assim, nasce a manufatura que se origina, de um lado, pela combinação de diversos ofícios necessários à produção e, de outro, pela reunião de vários artesãos que praticam o mesmo ofício.¹⁶ No primeiro caso, a reunião de diferentes ofícios que, antes, como toda atividade artesanal, estavam separados e divididos, agora, são reunidos na manufatura, para a produção de uma única mercadoria. A produção de caruagem, por exemplo, ao reunir numa oficina vários artífices independentes como carpinteiros, estufadores, vidreiros, pintores, serralheiros, costureiros, etc. tornaram esse artífices em simples executores de operação parciais, deixando-lhes incapazes de exercerem novamente seus ofícios de forma independente.

No caso em que vários trabalhadores que fazem a mesma coisa, ou mesma espécie de trabalho, são reunidos, obser-

¹⁵ SMITH, Adam - Inquérito sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações. Lisboa. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, p. 79.

¹⁶ Descrevemos aqui o processo de formação da manufatura baseado no "O Capital": crítica à economia política. 4a. edição. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. Vol. I, Livro I.

va-se um parcelamento de todo o ofício em diversas operações. O clássico exemplo de Smith da produção de alfinetes, mostra como um ofício, antes independente e cuja feitura pertencia a um único artesão, torna-se, agora, num trabalho que é executado por vários trabalhadores. Assim descreve Smith: "um homem estica o arame, outro o endireita, um terceiro corta-o, um quarto o aponta, um quinto o esmerilha o topo para receber a cabeça; fazer a cabeça exige duas ou três operações distintas...".¹⁷ Este exemplo de Smith mostra como o artesão, que antes, tinha seu trabalho como uma atividade proposital, orientado pela sua inteligência, passa a ser orientado automaticamente. Neste caso, o trabalho do operário se assemelha ao trabalho de um animal, cujas as atividades são instintivas e inatas, limitando, assim, as possibilidades de desenvolvimento em sua capacidade de trabalho.

b) Da divisão do trabalho manufatureiro ao trabalho da grande indústria.

Durante todo o período manufatureiro que vai de meados do século XVI ao último terço do século XVIII, o capital teve de lutar contra a insubordinação do trabalhador pois, embora estivesse o trabalhador desprovido dos meios materiais — instrumentos de trabalho, matéria-prima, etc. — para realização do seu trabalho, ainda, trazia encarnado em si os conhecimentos tradicionais e as perícias dos ofícios das antigas corporações artesanais. A manufatura, apesar do parcelamento das operações do processo de trabalho, continuava sendo "... manual, artesanal, dependendo portanto da força, da habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual, ao manejar seu instrumento. O ofício continuava sendo a base(...). É justamente por continuar sendo a habilidade profissional do artesão o fundamento do processo de produção, que o trabalhador é absorvido por uma função parcial e sua

¹⁷ SMITH, Adam. op. cit. p. 281.

força de trabalho se transforma num órgão dessa função parcial".¹⁸ Assim, por ser o ofício manual o princípio regulador da produção manufatureira (coletiva ou social), tinha o capital que lutar constantemente contra a insubordinação do trabalhador. Por isso, não era bastante separar o trabalhador dos seus meios de trabalho.

A forma encontrada pelo capitalista para subordinar o trabalhador foi a divisão do trabalho na oficina, ou seja, a pormenorização do trabalho, de modo a torná-lo incapaz de conceber a totalidade do processo de produção.

Essa divisão do trabalho, de início, assumiu a forma de parcelamento do processo de trabalho que consistia na separação dos elementos componentes do processo de produção. Esse parcelamento vem desde as antigas corporações artesanais, que sob a pressão do capital mercantil por maior produção, obrigou os artesãos a modificar seus métodos de trabalho. Acrescente-se que, nesse caso, o trabalhador parcela o processo de trabalho, mas nunca se transforma num trabalhador parcelado pelo resto de sua vida.

Se o simples parcelamento do processo de trabalho representa uma maior produção, porque não dividir o trabalho em várias operações. Foi justamente o que fez o capital ao inaugurar o período manufatureiro. De fato, a divisão pormenorizada do trabalho, na manufatura, permitiu não só um ganho de produtividade para o capital, ao retirar do trabalhador um maior excedente, mas aumentou o domínio do capital sobre os operários, agora, impedidos de conceber integralmente todo o processo de trabalho.

A subdivisão do trabalho é um parcelamento do próprio trabalhador que vê-se, assim, obrigado a executar uma mesma tarefa por toda sua vida. A execução de uma única operação pelo trabalhador, "...transforma todo o seu corpo em

¹⁸MARX, Karl. op. cit. p. 389.

órgão automático especializado dessa operação. Por isso leva rá menos tempo em realizá-la do que o artesão que executa toda uma série de diferentes operações. O trabalhador coletivo, que constitui o mecanismo vivo da manufatura, consiste apenas desses trabalhadores parciais, limitados. Por isso produz-se em menos tempo ao elevar-se a força produtiva do trabalho em comparação com os serviços independentes".¹⁹

O resultado do parcelamento do trabalhador é a compra mais barata da força de trabalho, posto que, seu custo de produção exige, agora, menos tempo de aprendizagem e educação. Ou ainda, como descreve Braverman "...dividir os ofícios barateia suas partes individuais, numa sociedade baseada na compra e venda de trabalho".²⁰ Ademais, há que se considerar que o capital ao comprar a força de trabalho, estabelece contratos individuais, isto é, paga o valor individual de cada força de trabalho coletiva. De fato, a força coletiva (ou social) que se desenvolve quando muitos trabalhadores são agrupados para executar uma única operação individual, difere essencialmente da soma das forças individuais de cada trabalhador. Assim, o capitalista ao contratar, por exemplo, 50 trabalhadores paga a cada um o valor de sua força individual, mas não paga a força combinada dos 50 trabalhadores.²¹

A organização do processo de trabalho em moldes capitalista exige uma direção que harmonize e controle as atividades individuais. Inicialmente essa função de supervisão e controle, foi assumida pelo capitalista, que só posteriormente, com o desenvolvimento do capitalismo, repassa essa função para um tipo especial de trabalhador. "Do mesmo modo que um exército, a massa de trabalhadores que trabalha em conjunto sob o comando do mesmo capital precisa de oficiais superiores (dirigentes, gerentes) e suboficiais (contramestres,

¹⁹MARX, Karl. op. cit. p. 389. Vol. I.

²⁰BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista; a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1977, p. 74.

²¹MARX, Karl. op. cit. p. 370-384.

inspetores, capatazes, feitores), que, durante o processo de trabalho comandam em nome do capital".²² Assim, a gerência torna-se necessária para organizar e controlar o processo de trabalho.

O empenho da gerência foi desde o seu início retirar do trabalhador qualquer condição de sublevação, controlando o processo de trabalho por meio das decisões que são tomadas no curso do trabalho. De fato, os princípios tayloristas são bastante esclarecedores do papel que deve assumir a gerência. De acordo com Braverman, os princípios de Taylor podem ser grupados em ordem de três. O primeiro, concebe a função do administrador como um cargo que deve "reunir todo o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores e ainda de classificar, tabular e reduzir esse conhecimento a regras, leis e fórmulas".²³ Decorre daí que o processo de trabalho deve ser independente da capacidade de qualquer conhecimento dos trabalhadores. Assim, a ignorância do trabalhador passa a ser um requisito da produção capitalista.

O segundo princípio refere-se ao fato de que "todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto".²⁴ Segundo esse princípio, quanto menos os trabalhadores usam seus cérebros, mais aptos estão eles para desempenhar constantemente suas operações rotineiras de forma correta e fiel.

Finalmente, o terceiro princípio, é uma consequência dos dois primeiros, ou seja, que a gerência deve monopolizar todo o conhecimento da execução de todas as tarefas, a fim de poder controlar cada passo do processo de trabalho e seu modo de execução.

É importante ressaltar que a aplicação desses princípios é de natureza universal, ou seja, que podem ser aplica-

²²MARX, *Ibid.* p. 381.

²³TAYLOR citado por Braverman, Harry. *op. cit.* p. 103.

²⁴TAYLOR citado por Braverman, *op. cit.* p. 103.

dos a diferentes estágios de desenvolvimento da sociedade capitalista, independentemente da natureza do desenvolvimento da tecnologia. De acordo com Braverman, "o movimento de gerência científica iniciado por Frederick Taylor nas últimas décadas do século XIX (...) pertence a cadeia de desenvolvimentos dos métodos e organização do trabalho (grifo nosso), e não do desenvolvimento da tecnologia, no qual seu papel foi mínimo".²⁵ Este fato é importante porque podemos utilizar tais princípios para mostrar como o trabalhador, no período manufatureiro e início da indústria mecanizada, é adestrado de acordo com as necessidades do capital.

Como no período manufatureiro, a divisão do trabalho funda-se no ofício do trabalhador, este podia rebelar-se constantemente contra o capital. (Até mesmo no início da indústria mecanizada persistia tal rebeldia).

O relato de Taylor perante a Comissão Especial da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, é bastante esclarecedor da resistência da classe trabalhadora diante o poder do capital: "Ora, a oficina da Midvale Steel Works era de trabalho por tarefa (...), e seguia dia e noite — cinco noites por semana e seis dias. Duas turmas de homens acorriam, uma para acionar as máquinas à noite e outra para operá-las durante o dia.

Nós que éramos os operários daquela oficina tínhamos a produção cuidadosamente combinada para tudo o que saísse da oficina. Limitávamos a produção acerca de um terço, acho eu, do que poderíamos perfeitamente ter feito (grifo nosso). Sentíamos justificados fazendo isso, devido ao sistema de tarefa — isto é, a necessidade de marcar passo no sistema de tarefa — o que observei ontem:

Logo que me tornei chefe da turma, os homens que trabalhavam comigo e que, naturalmente sabiam que eu estava no jogo do marca-passo e deliberadamente restringindo a produção, vieram a mim de repente e disseram: 'Fred, agora você

²⁵ BRAVERMAN, Harry. op. cit. p. 82.

não vai ser um porco maldito contra nós, vai?'

Disse-lhes então: bem (...), se vocês acham desse modo, muito bem. Eles disseram: advertimos você, Fred, se você tentar mudar esse negócio, botamos você para fora em seis semanas. Disse-lhes: Está muito bem, só digo a vocês, com toda franqueza, que vou tentar tirar uma produção maior desses tor-nos.

Ora, aquilo era o início de uma briga que ia durar quase três anos, se me lembro bem — dois ou três anos, nos quais eu fazia tudo ao meu alcance para aumentar a produção da oficina, enquanto os homens estavam firmemente determinados de que a produção não devia ser aumentada. Qualquer pessoa que tenha estado numa briga dessas conhece e teme as ameaças e as dores de cabeça que aparecem. Acredito que se eu fosse mais velho — um homem com mais experiência — não teria entrado talvez assim na luta, deliberadamente tentando forçar os homens a alguma coisa que eles não pretendiam fazer.

Lutamos do lado da administração com todos os métodos costumeiros, e os operários lutavam por sua vez com todos os seus modos usuais. Comecei por ir à administração e dizer-lhes do modo mais claro, mesmo antes de aceitar a chefia de turma, o que aconteceria.

Disse: agora esses homens lhes mostrarão, e de modo conclusivo, que, em primeiro lugar, nada sei sobre meu negócio; e em segundo lugar, que sou um embusteiro, que os senhores estão sendo enganados, e trarão uma quantidade de provas para não deixar uma sombra de dúvida. Disse eu à administração: A única coisa que lhes peço, e devo ter sua firme promessa, é que quando digo uma coisa é porque é assim mesmo, e minha palavra tem que valer contra a de 20 ou 50 nessa oficina (grifo nosso). E disse ainda: se não fizerem isso, não levanto um dedo para aumentar a produção nessa oficina. Eles concordaram e mantiveram a palavra, embora muitas vezes estivessem a ponto de acreditar que eu era incompetente e mentiroso. Agora, penso que talvez seja interessante mostrar o modo como se deu a luta.

Comecei evidentemente por orientar um homem a fazer mais do que fazia antes, e então pús-me eu mesmo ao torno e mostrei-lhe como deveria ser feito. Não obstante, ele foi em frente e fez exatamente como outros, e recusou-se a adotar os melhores métodos ou a trabalhar mais rápido, até que, finalmente, retirei-o e pus outro homem em seu lugar. Este outro — não podia culpá-lo absolutamente, naquelas circunstâncias — voltou às coisas e juntou-se aos demais (...).

Após tentar essa política por algum tempo, e tendo fracassado, disse claramente aos companheiros: ora, eu sou um artífice; sou um mecânico. Não quero tomar a próxima iniciativa, porque seria contrário ao que você e eu achamos ser nosso interesse como mecânicos, mas terei que tomar se vocês não concordarem comigo em obter mais desses tornos, mas advirto que, se tiver que tomar essa iniciativa, a coisa será dura. E tomeia-a.

Juntei alguns trabalhadores mais inteligentes e com competência, mas que não tinham tido oportunidade de aprender um ofício, e resolutamente ensinei-lhes a operar um torno e como trabalhar certo e rápido: todos eles me prometeram: "Se você me ensinar o ofício de torneiro, quando eu aprender a manejar um torno farei um ótimo dia de trabalho, e um por um, quando lhes ensinei o ofício, rompeu a palavra e foi juntar-se aos demais, recusando-se a produzir um mínimo que fosse mais rápido.

Era como se eu batesse, numa parede de pedra, e por algum tempo batí contra uma parede de pedra. No fundo, eu não culpava qualquer desses trabalhadores, minha simpatia estava sempre com eles; mas estou narrando os fatos como se davam nas oficinas deste país e, de fato, ainda se dão.

Quando preparei um número suficiente desses trabalhadores, de modo a que pudessem manejar os tornos, fui a eles e lhes disse: agora vocês, a quem ensinei um ofício estão numa situação inteiramente diferentes dos torneiros que trabalhavam aqui antes que vocês viessem. Cada um concordou comigo em fazer certa coisa por mim se eu lhes ensinasse o

ofício, e agora nenhum de vocês quebrará a palavra empenhada. Não rompi o trato, mas vocês todos romperam. Então não terei misericórdia. Não terei a mínima hesitação em tratá-los do modo inteiramente diferente em relação aos outros mecânicos. Disse ainda: sei que sofreram pesada pressão social fora do trabalho para descumprirem seu acordo comigo, e o que é muito difícil resistir a essa pressão, mas vocês não deviam ter feito essa barganha comigo se não pretendiam mantê-la até o fim. Agora, vou reduzir a tarefa de vocês para dia sim dia não, vocês ganharão a metade do preço daqui por diante. Mas tudo o que tem a fazer é produzir um ótimo dia de trabalho e poderão ganhar melhores salários do que jamais ganharam!

Aqueles homens, é claro, foram a administração, e reclamaram, dizendo que eu era um tirano, um capataz de negrós, e por muito tempo alinharam-se aos demais homens na oficina e recusaram-se a aumentar um mínimo da produção. Finalmente, todos eles subitamente deram meia-volta e fizeram um ótimo dia de trabalho.

Desejo chamar sua atenção senhores, para a amargura dessa luta antes que os homens desistissem para a falta de sentido dela, e as condições desprezíveis que existem no antigo sistema da tarefa, e mostrar-lhes a que ela conduz. Na contenda, após meu primeiro enfurecimento que foi acirrado pela estrêma oposição que sofria, não tive qualquer rancor contra qualquer homem em particular ou quaisquer deles. Meu ódio e rancor eram contra o sistema; não contra os homens. Praticamente todos esses homens eram meus amigos, e muitos deles ainda o são. Tão logo comecei a ter sucesso em obrigar os homens a trabalhar bem eles jogaram a cartada decisiva. Eu sabia o que estava para vir. Eu predissera aos proprietários da companhia o que aconteceria quando começassemos a vencer, e os advertir de que deveriam me apoiar: de medo que tinha o respaldo ao tomar iniciativas efetivas para dar xequemate ao movimento dos homens. Cada vez que eu reduzia o pagamento ou forçava um dos novos homens a quem eu havia ensinado o serviço a uma velocidade razoável, alguns desses

mecânicos deliberadamente quebravam uma peça de sua máquina para mostrar à administração que um chefe tolo estava obrigando os homens a sobrecarregar a máquina até quebrá-la. Quase todo dia imaginosos acidentes eram planejados, e eles aconteciam com máquina em diferentes partes da oficina, e eram naturalmente, sempre atribuídos ao tolo chefe que estava dirigindo os homens e as máquinas para além do limite adequado.

Felizmente, eu já dissera a administração de antemão que isto iria acontecer, de modo que eles me apoiaram plenamente. Quando começaram a quebrar máquinas, disse-lhes: muito bem, daqui por diante, cada acidente que acontecer nesta oficina, toda vez que vocês quebrarem qualquer parte de uma máquina, terão que pagar o custo do conserto ou uma multa. Não me interessa se o teto cair e qualquer de suas máquinas, terão que pagar do mesmo modo: toda vez que um homem quebrava alguma coisa, multava-o e encaminhava o dinheiro para associação de benefício mútuo, de modo que no fim ele retornava ao homem. Mas eu os multava com ou sem razão. Eles poderiam sempre demonstrar que o acidente não era por culpa deles e que era impossível para eles não quebrarem máquinas naquelas circunstâncias. Finalmente, quando perceberam que essas táticas não produziam o desejado efeito junto a gerência, cederam, e cansados de ser multados sua oposição cedeu, e eles prometeram trabalhar direito.

Depois disso ficamos bons amigos, mas levou três anos de dura luta para que isso acontecesse. (Grifos nossos)²⁶

O ponto de importância central neste testemunho de Taylor é a sua simplicidade e clareza em ilustrar o processo de subordinação do trabalho ao capital. Processo esse que deve ser constantemente renovado e aperfeiçoado de modo a garantir a submissão do trabalhador às exigências de reprodução do capital. De fato, como bem testemunhou Taylor, o conhecimento e a capacidade que o trabalhador detinha para acio

²⁶TAYLOR'S Testimony before the Special House Committee, in: Braverman op. cit. p. 88-91.

nar e operar as máquinas, representava uma barreira para o funcionamento do modo capitalista de produção. Esse conhecimento, que poderia ser usado pelo trabalhador para limitar a produção de acordo com sua vontade, provocou uma reação do capital no sentido de tornar a classe trabalhadora ignorante e incapaz de qualquer domínio sobre a máquina. De fato, como bem reconheceu A. Ferguson, "a ignorância é a mãe da indústria e da superstição. O raciocínio e a imaginação estão sujeitos a erros (...) por isso, as manufaturas prosperam mais onde mais se dispensa o espírito e onde a manufatura pode ... ser considerada uma máquina cujas partes são seres humanos".²⁷ Por isso impunha-se uma revolução no processo de trabalho, a fim de tornar o conhecimento da máquina num feito especializado e separado do trabalhador.

Assim sendo, transformar a maquinária de modo que ela possa ser regulada e controlada de acordo com decisões centralizadas nas mãos da gerência, retirando do local de produção todo o controle sobre ela, oferecia ao capital a oportunidade de organizar o processo de trabalho por meios inteiramente mecânicos. A partir daí, a divisão do trabalho em trabalho manual e intelectual resolve o problema da gerência.

Esta segregação do processo de trabalho em manual e intelectual não é uma característica apenas da indústria moderna. Suas raízes devem ser buscadas na produção manufatureira, que desde seu início criou uma classe trabalhadora sem qualquer destreza especial. De fato, Marx reconheceu que "em todo o ofício de que se apossa, a manufatura cria uma classe de trabalhadores sem qualquer destreza especial, os quais o artesanato punha totalmente de lado. Depois de desenvolver, até atingir a virtuosidade, uma única especialidade limitada, sacrificando a capacidade total de trabalho do ser humano, põe-se a manufatura a transformar numa especialidade a ausência de qualquer formação. Ao lado de graduação hierár-

²⁷A. FERGUSON - citado por Marx, op. cit. p. 414. Vol. I.

quica, surge a classificação de trabalhadores em hábéis e inábéis".²⁸ A conseqüência disso é uma desvalorização relativa da força de trabalho, em virtude da redução dos custos de aprendizagem.

No caso dos trabalhadores "inábéis" não há nenhum custo de aprendizagem, e para os outros ("hábéis") esses custos são reduzidos à medida que suas operações são simplificadas.

No movimento histórico de acumulação de capital, a manufatura, ao subdividir o processo de trabalho em várias operações, reduziu grandemente a habilidade do trabalhador, obrigando-o a manejar sua ferramenta para executar uma única operação. Posteriormente, "quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor-de-troca da força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor-de-uso. O trabalhador é posto fora do mercado como o papel-moeda e retirado da circulação".²⁹ A aplicação do maquinário em grande escala cria uma população supérflua que não é mais imediatamente necessária à auto-expansão do capital. Essa população supérflua, abarrotando o mercado de trabalho, faz com que o preço da força de trabalho caia ainda mais baixo do seu valor.³⁰

O destino daqueles trabalhadores utilizados diretamente pelo capital não é menos desalentador do que o destino daqueles que são descartados pela indústria. O movimento de acumulação de capital prossegue seu ritmo frenético de subdividir e fracionar cada vez mais o trabalho.

De fato, com a expansão do capitalismo, desfaz-se o vínculo direto entre capital e seu proprietário individual, e novas formas de organização empresarial são idealizadas para separar a administração da propriedade do capital. Assim, o controle do capital passa a ser desempenhado cada vez mais por uma gerência subdividida em grandes departamentos, direto

²⁸Ver MARX, Karl, op. cit. p. 401. Vol. I.

²⁹MARX. op. cit. p. 492-3.

³⁰Ver MARX. op. cit. p. 496.

rias, seções, etc., empregando um número relativamente grande de trabalhadores.

A conseqüência de tudo isso foi uma revolução ainda maior nos métodos de administração das empresas. De fato, todo o trabalho de escritório anteriormente feito dentro da própria fábrica, foi consideravelmente ampliado e separado totalmente do processo de produção, e executado, até mesmo, por novos tipos de empresas. Assim, surgem especialistas em programação e elaboração de políticas administrativas, departamentos de P.S.D.; firmas especializadas em publicidade, mercadologia etc.

A análise de Braverman sobre essa questão é bastante esclarecedora. Para ele, à medida que o capitalismo se desenvolve e se torna mais complexo, os processos produtivos enveredou-se numa torrente de papel o que contribui para reduzir sobremaneira a capacidade do trabalhador de concebê-los no em todo. Essa complexidade, ainda de acordo com Braverman, se deve não só à necessidade do capital de controlar e coordenar, mas também — e esta é mais importante que outra —, de se apropriar dos ganhos líquidos da venda das mercadorias. "A espécie de mercadoria à venda significa pouco; o ganho líquido é tudo. Uma parcela de trabalho da sociedade deve portanto ser dedicada à contabilidade do valor. À medida que o capitalismo torna-se mais complexo e se desenvolve no sentido do estágio monopolista, a contabilidade do valor torna-se infinitivamente mais complexa. O número de intermediários entre a produção e o consumo aumenta, de modo que o cálculo do valor da mercadoria é duplicado por um certo número de etapas. A batalha para concretizar valores, transformá-los em dinheiro, exige contabilidade própria. Assim como em algumas indústrias o trabalho despendido em mercadejamento começa a aproximar-se do montante gasto na produção de mercadorias à venda, em algumas indústrias o trabalho despendido na mera transformação da forma de valor (da forma de mercadoria na forma de moeda ou crédito) — incluindo vigilância, caixa e cobrança, registro e contabilidade, etc. — começa a aproximar-se ou a ultrapassar o trabalho utilizado na produ-

ção de mercadoria ou serviço subjacente".³¹ Por isso, mais e mais, os processos de trabalho são diversificados, separados e executados por outras empresas que não as produtoras de mercadorias propriamente ditas.

Esse crescimento do trabalho de escritório — necessário a contabilização do valor e de sua transformação na forma dinheiro — ganha novas dimensões e importância. De fato, o valor tem que percorrer, agora um fluxo e crescente de passos até sua realização. Isto exige um aumento na função controladora desse valor, que passa assim, a ser executada em grande parte pelas empresas escritoriais. Por conseguinte, novos processos de trabalho são engendrados nessas empresas e que por isso mesmo trãs a necessidade de controlá-los, tal qual é feito nas empresas industriais.

A necessidade de controlar cada vez mais o processo de trabalho no escritório foi responsável pela computarização em grande escala do trabalho escritorial. Isso permitiu ainda mais uma simplificação maior do trabalho, que passou a ser rotinizado, padronizado e racionalizado. De fato, "o declínio do contador (...) foi acelerado pelo aparecimento da máquina de contabilizar, que convertia certa quantidade de trabalho qualificado no manejo dos livros a uma operação mecânica. O declínio continuou, sobretudo no setor bancário, pelo aparecimento de máquinas contábeis eletrônicas, que completam a conversão dos contadores em operadores de máquinas e ao mesmo tempo reduzem a demanda deles drasticamente".³² O trabalho de caixa de bancos e supermercados, hoje, diferenciam-se muito pouco; ambos exigem apenas maior velocidade de trabalho. O raciocínio e a honestidade que dantes eram tão exigidos no trabalho de caixa, tornaram-se desnecessários. O caixa de supermercado trabalha com registradoras que realizam todas as operações além de fornecer o troco e armazenar na memória todos os recebimentos do caixa. E isso é feito sem necessidade de nenhuma qualificação prêvio do trabalhador. O

³¹BRAVERMAN, Harry, op. cit. p. 256-7.

³²BRAVERMAN, Harry, op. cit. p. 286.

simples fato deste (o caixa) conhecer as contas de somar, dividir, multiplicar e subtrair, além evidentemente de com pouco de leitura, torna-o apto a executar esse tipo de serviços.

Esses exemplos ilustram o processo de mecanização do trabalho escritorial. Processo que atingiu as operações mais simples de escritórios. "Por exemplo, arquivistas operam sistemas de máquinas complicadas e semi-automáticas que eliminam a necessidade de saber a seqüência do alfabeto, ou mesmo a seqüência dos números (grifo nosso), tudo é eliminado exceto a tarefa de colocar sob o aparelho fotogeográfico da máquina, tão rapidamente quanto possível, um documento após outro. Datilógrafos, separadores de cartas, telefonistas, almoxarifes, recepcionistas, apontadores, funcionários encarregados das folhas de pagamento, da expedição e outros ficam sujeitos a rotinas ou menos mecanizadas de acordo com as possibilidades normais que os impedem de apreender até mesmo limitada informação sobre o que se passa no escritório, eximem-nos da necessidade ou capacidade de compreender e decidir, e os transformam em olhos mecânicos, dedos e vozes cujo funcionamento é, tanto quanto possível, predeterminado tanto pelas normas como pelas máquinas".³³ Trata-se portanto, de fazer valer o princípio de reduzir ao máximo possível o emprego do cérebro. O que importa é padronizar e rotinizar o trabalho, de modo a obter maior velocidade e quantidade de trabalho. De fato, o que interessa é o trabalho enquanto trabalho geral, trabalho que não se distingue um do outro, apenas interessa a quantidade. Ganha sentido, aqui, a expressão de Marx de "trabalho-abstrato", trabalho social que "não se trata mais da qualidade, da natureza e do conteúdo do trabalho, mas apenas de sua quantidade, basta calculá-la".³⁴

A padronização e rotinização do processo de trabalho tende a reforçar a tendência imposta pelo capital no que se relaciona a crescente desqualificação do trabalhador, porém

³³BRAVERMAN, Harry, op. cit. p. 287.

³⁴MARX. op. cit. p. 231-4. Vol. I.

atribuindo-lhe uma nova qualificação de acordo com suas exigências de reprodução. Trata-se, em síntese, de um processo de desqualificar para qualificar, cujo entendimento fica explicitado a partir do exame do processo histórico de acumulação, no qual o trabalhador apresenta-se parcial ou totalmente destituído de seus conhecimentos e perícias tradicionais. Trata-se, portanto, de uma determinação que se impõe ao trabalhador, tornando "desnecessário" o conhecimento generalizado do processo produtivo. Ademais, a aplicação da ciência ao processo de trabalho dificulta, sobremaneira, a concepção do processo produtivo como um todo. Nos termos de Braverman, "... quanto mais a ciência é incorporado no processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador".³⁵

As idéias expostas até aqui podem levar a se concluir que a força de trabalho tende a se homogeneizar e, portanto, perdem crédito as teorias modernas de salários, que admitem — diferentemente do argumento da teoria clássica dos salários — uma escala de salários dispersa, em virtude da diferenciação da estrutura ocupacional e das diferenças de produtividades entre as empresas, além de outras variáveis.³⁶ É evidente, que a homogeneização total da força de trabalho é uma questão que deve ser considerada com muitas ressalvas. Primeiro, devemos considerar os diversos estágios de desenvolvimento de país para país. Segundo, esta homogeneização não ocorre em virtude da dialética do movimento da acumulação do capital, cuja dinâmica é destruir ocupações que exigiam certa "qualificação", substituindo por outras que não exigem quase nenhuma. O exemplo do caixa de bancos e supermercados fornece evidência bastantes seguros para esse tipo de argumentação. De sorte que os trabalhadores qualificados

³⁵ BRAVERMAN, Harry. op. cit. p. 360.

³⁶ Ver SOUZA, Paulo Renato. A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas, tese de doutorado, Campinas, 1980 (MIMEO).

podem tornar-se, no bojo do processo de acumulação, em trabalhadores semi-qualificados ou sem nenhuma qualificação.

Finalmente devemos levar em conta um terceiro elemento. A necessidade de se criar uma dispersão salarial é significativa como mecanismo de realização da produção. Nas economias dependentes as disparidades pessoais de renda são necessárias a fim de facilitar o escoamento da parte da produção interna, já que o restante dessa produção é realizada externamente. Assim, apenas uma parte da população assalariada deverá compor a demanda efetiva. Por isso, se faz necessária a dispersão salarial, muito mais em decorrência disso do que das diferenças ocupacionais.

É interessante notar, que o processo de acumulação nas economias dependentes ainda tem muitos espaços para ocupar, de sorte que, o avanço da acumulação levará naturalmente a criação de novas ocupações e destruição de outras. Mesmo assim essas novas ocupações são cada vez menos exigentes em termos de qualificação de mão-de-obra. Afinal de contas, a concorrência intercapitalista é uma concorrência universal e isso obriga essas economias a adotar os mesmos padrões tecnológicos na produção.

CAPÍTULO II

ACUMULAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL E FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO

O processo de industrialização brasileiro tem início quando outras economias já haviam promovido sua revolução industrial. Este fato, entre outros, foi responsável pela formação de uma estrutura industrial bastante concentrada e com fraco efeito de criação de atividades induzidas, que explica em grande parte, um baixo multiplicador do emprego industrial.

A luz desse fato, analisaremos o processo de industrialização brasileiro, desde a República Velha até nossos dias, a fim de que possamos buscar as bases que estruturaram o mercado de trabalho no Brasil.

Da mesma forma que procedemos no primeiro capítulo deste trabalho, não pretendemos, aqui, esgotar todo o assunto, mas sim indicar, apenas, as pistas teóricas que nos ajudarão explicar uma configuração aparentemente dicotômica que caracteriza o mercado de trabalho da economia brasileira.

2. DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NO PERÍODO 1880-1930

O primeiro surto industrial brasileiro tem início a partir do último decênio do império (1880-89).¹ É bem verda-

¹PRADO JÚNIOR, Caio - "História Econômica do Brasil" - São Paulo: Ed. Brasiliense, 1976. p. 258.

de que no período colonial já existiam algumas atividades industriais, mas que se resumiam, praticamente, a fabricação de açúcar nos engenhos, produção de navios, tecidos (sobretudo para consumo dos escravos), além de algumas outras atividades ligadas à mineração, onde se desenvolvia uma rudimentar indústria metalúrgica que utiliza a fundição de ferro para fabricar enxadas, picaretas, facas, machados, facões, etc..² Era um tipo de indústria voltada apenas para atender às necessidades complementares das exportações de açúcar e ouro para a Europa.

Entretanto, essa indústria artesanal do período colonial, morre com a abertura dos portos brasileiros ao livre comércio em 1808, quando aqui desembarcam D. João VI e sua corte. A razão principal dessa morte prematura da nascente indústria brasileira, foi o tratado de 1810³, que concedia uma tarifa preferencial de 15% ad valorem aos produtos ingleses que entrassem no Brasil.⁴

A título de curiosidade, ressalte-se o esforço de D. João VI para industrializar o Brasil. O alvará de 28 de abril de 1809⁵, concedia isenção de direitos aduaneiros às matérias-primas importadas para a produção de manufaturas

²HARDAN, Fco. Foot - "História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte" Francisco Fott, Victor Leonardi - São Paulo: Global ed., 1982. pp. 23-25.

³Esse tratado faz parte de uma lista maior de acordos celebrados entre Portugal e a Inglaterra, a começar pelo de 1654, através do qual Portugal oferecia vantagens a Grã-Bretanha em troca de proteção contra a Espanha. Segue-se a esse tratado os de 1661, 1703 (Methuen) e, finalmente, o de 1810, que viria coroar o esforço dos industriais ingleses, reservando-lhes um mercado seguro para suas manufaturas. (Frank, A. Gunder - "Acumulação dependente e Subdesenvolvimento" -, São Paulo: Ed. Brasiliense. 1980., pp. 123-130).

⁴Esse privilégio foi estendido a outras nações a partir do Decreto de 28 de Setembro de 1828, apesar de forte reação por parte da Inglaterra (Luz, Nícia Vilela - "A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930" -, São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 23).

⁵LUZ, Nícia Vilela - "A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930" -, São Paulo: Alfa-Omega. 1975. p. 21.

brasileiras, isenção de imposto de exportação para as manufaturas do país, além de obrigar a utilização de artigos nacionais para o fardamento das tropas. No entanto, como bem diz Vilela, não se industrializa um país com simples decreto.⁶ Todo esse esforço estava fadado a fracassar, em vista do papel subalterno ocupado por Portugal, conseqüentemente o Brasil, na divisão internacional do trabalho.

Assim, quando o Brasil lança de fato suas primeiras indústrias nas últimas décadas do Século XIX, já o fazia tardiamente. A destruição das manufaturas artesanais do Brasil-Colônia pela concorrência das mercadorias inglesas a partir de 1808, impedia que a produção artesanal interna evoluísse para a pequena empresa e desta para a indústria de produção de massa, como se deu nos países capitalistas dominantes. Como salienta Caio Prado Júnior, a indústria brasileira partia do nada, sem tradição manufatureira, "...sem condições materiais e sobretudo elemento humano aproveitáveis".⁷

Essa questão torna-se mais clara considerando-se que bem antes desse primeiro surto industrial brasileiro, o sistema capitalista mundial passava por uma redefinição nas suas relações internacionais. Assistia-se pois, por parte dos países dominantes, notadamente a Inglaterra, uma mudança nas suas relações com os países dependentes: substituía-se o simples objetivo de vender produtos industriais, para dar lugar a exportação de capitais.⁸ A exportação de capitais, como

⁶IBID., p. 21

⁷PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit. p. 257.

⁸Essa passagem corresponde a um novo estágio do capitalismo denominado IMPERIALISMO, cuja característica principal é a preponderância do capital financeiro, que se forma da fusão do capital industrial com o capital bancário. É uma fase em que a concentração do capital assume a forma de grandes monopólios. Ao contrário do que prevalecia "... até por volta de 1880 (que) predominou uma acumulação por parte de proprietários opostos uns aos outros pela concorrência... a concentração assumiu uma forma diferente a partir daí: concentração nos trustes" (Hardman, Francisco Foot., p. 65). Vide também, Lenine, V.I.: Imperialismo Fase Superior do Capitalismo, in: Obras Escolhidas, Vol. I, São Paulo, 1979.

Ben salientou Bruit⁹, permitiu ao capitalismo aprofundar a internacionalização de suas relações de produção.

Os primeiros empréstimos ingleses ao Brasil, têm início com sua independência política. Entretanto, de início, "sua função é sobretudo política e sua finalidade puramente comercial. Destinavam-se aqueles empréstimos a realizar e consolidar a autonomia política do país e assegurar com isto a liberdade do seu comércio".¹⁰ Posteriormente, esses empréstimos são canalizados para a instalação de uma infraestrutura (portos, estradas de ferro, pontes, energia elétrica, estabelecimento de filiais e representantes dos grandes bancos internacionais, etc.) e principalmente para financiamento da produção de exportação, como aconteceu com o café, onde a política de valorização é apoiada nos empréstimos cedidos para esse fim. Assim, o capital financeiro vai penetrando em todos os setores da economia, que procura explorar, em seu proveito, qualquer atividade rentável.

É dentro desse quadro que se realizará a industrialização brasileira. Ela começa quando o capital financeiro é dominante e o mercado mundial já se encontrava dividido entre as grandes potências imperialistas. A Inglaterra que, nessa época, contava com um forte setor produtor de bens de capital, iria fornecer as primeiras máquinas para a "indústria nacional". Era um mercado a mais que se abria para a indústria britânica. De fato, era importante manter a supremacia na produção de bens de capital. O domínio inglês na fabricação de máquinas têxteis, era patente "... cujos modelos aperfeiçoados ela exportava para os países industrializados mais avançados. Em 1914 um viajante afirma que no leste da França os quatro quinto das máquinas têxteis eram inglesas e que na Normândia a percentagem era ainda mais elevada. Quanto à América, a sua indústria têxtil utilizava máquinas ame-

⁹BRUIT, Hector - "Acumulação Capitalista na América Latina" - São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. p. 31.

¹⁰PRADO JÚNIOR, Caio, op. cit. p. 271.

ricanas, produzidas ao abrigo de barreiras aduaneiras, mas não exportava estas máquinas para os países onde se chocaria com a concorrência inglesa em pé de igualdade".¹¹

Desse modo, o nascimento tardio da indústria brasileira, iria se apoiar na importação de bens de capital. Por isso, como salientamos anteriormente, a indústria brasileira não surgiu de um processo de desenvolvimento do artesanato para a manufatura e, desta para a grande fábrica. "A nossa industrialização(...) surge como um movimento que se sobrepõe a uma infraestrutura já constituída, com uma tecnologia e maquinária predeterminada não pelo nível de desenvolvimento industrial local, mas pelo das economias dominantes".¹² Esse fato impediu a formação de um parque industrial harmônico e interdependente. Os diversos setores industriais formam-se desordenados e desconexos.

Assim, surgem as primeiras indústrias brasileiras nas últimas décadas do Império. De acordo com Caio Prado, o número de estabelecimentos industriais aumentou de 200, em 1881 para 600 em 1889.¹³ Para Sérgio Silva¹⁴, São Paulo registrava, em 1885, 13 fábricas têxteis com 1.700 operários, três fábricas de chapéus com 315 operários e 7 empresas metalúrgicas empregando 500 operários. Em 1889, ainda de acordo com Silva, o Brasil possuía 636 empresas industriais, com 54 mil trabalhadores. "Em 1901, entre as 91 mais importantes empresas industriais paulistas, 33 empregavam de 10 a 49 operários, 33 de 50 a 199, 22 de 220 a 499, duas outras ocupam 600 operários cada e uma empresa possui cerca de 800 operários."¹⁵

¹¹BAKER, T.C. in DOWBOR, Ladislau - "A Formação do Capitalismo dependente no Brasil" - São Paulo. Ed. Brasiliense, 1982. pp. 133-134.

¹²DOWBOR, Ladislau - A Formação do Capitalismo dependente no Brasil - São Paulo. Alfa-Omega, 1976, p. 77. Ressalte-se que esses dados utilizados por Silva, foram extraídos de Roberto C. Simonsen, "Evolução industrial no Brasil e outros estudos".

¹⁵IBID. p. 77.

Esse surto industrial intensifica-se com a proclamação da República em 1889. De fato, com a extinção do regime monárquico, a política monetária tradicional do Império, é substituída por uma política emissionista, que acabou por levar o país a uma especulação desenfreada no biênio 1890-91, que ficou conhecida com o nome de "encilhamento".¹⁶ Mas, mesmo, essa política monetária expansionista, propiciou a formação de capitais que iria financiar aquelas indústrias mais prósperas que se desenvolveram nesse período.¹⁷ De acordo com Caio Prado Júnior, essa política era realizada para alimentar o crédito e o giro dos negócios ou para atender as necessidades do tesouro.¹⁸

Uma série de transformações econômicas e sociais por que passava o país viria dar maior alento ao crescimento da indústria. A extinção da escravidão, o aumento do fluxo de capital estrangeiro, a imigração em massa a partir de 1880; são circunstâncias favoráveis para a expansão industrial. A abolição da escravidão, que começa de fato a partir de 1850 com a lei Eusébio de Queiroz, teria um duplo estímulo sobre a produção manufatureira: de um lado, a proibição do tráfico negreiro em 1850, liberou uma soma considerável de capital - 15.000 a 20.000 contos, segundo estimativa de J. Stein - que seria investida em companhias de estrada, linhas de carrua-

¹⁶ LUZ, Nícia Vilela. op. cit. pp. 103-5.

¹⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit. pp. 264-5.

¹⁸ Essa política, na verdade e de acordo com Francisco de Oliveira, retratava uma mudança no mecanismo de financiamento da produção agrícola exportadora, principalmente o café, que se realizava quase que totalmente à margem do sistema financeiro interno. Ainda de acordo com Oliveira, essa política de financiamento chegou ao ponto de converter a Libra Esterlina em quase moeda interna. Só a partir do momento em que o governo rompe com esse mecanismo de financiamento, cria-se internamente, a necessidade de emitir e, com isso, criava-se um mecanismo financeiro interno, que iria propiciar o financiamento de capitais para a indústria nascente. O crescimento da dívida externa e diante da impossibilidade de contrair novos empréstimos, o Estado via-se na contingência de desvalorizar o mil-réis, e com isso, obrigava-o a emitir (Oliveira, Francisco de - "A emergência do Modo de Produção de Mercadorias: Uma Interpretação Teórica da Economia da República Velha no Brasil, 1889-1930", in: A Economia da Dependência Imperfeita, Rio de Janeiro. Edições de Graal, 1977, pp.9-38).

gem, navegações costeira e estrada de ferro; de outro, transformava milhares de trabalhadores em assalariados.¹⁹

Duas outras circunstâncias viriam reforçar o crescimento da indústria no país: 1) a primeira grande guerra; e 2) início da instalação de filiais de empresas estrangeiras no país. A instalação de filiais estrangeiras, no Brasil, ganha vulto a partir dos anos vinte. Esse fenômeno retrata, como bem precisou Ladislav, a "... passagem gradual da internacionalização do capital, que Lênin caracterizava, para forma atual, que se caracteriza pela internacionalização das próprias estruturas de produção".²⁰ Em 1915 instala-se no Brasil o City Bank of New York; a American Chemical Works, 1917; American International Steel Corporation em 1918; em 1920 instala-se a American Coffee Corporation; a Ford Motor Company, a Sydney Ross Company, a Bethlehem Steel; em 1924 a Armour of Brazil e a IBM; Firestone, 1923, a Metro Goldwyr Mayer em 1926 e outras.²¹

Esse grupo de empresas filiais que se instalou no Brasil como produto de expansão do capital imperialista, nos termos de Caio Prado, "... tratava-se em regra de empresas que operando já de longa data no mercado brasileiro onde vendem seus produtos, acabam por instalando-se no país para contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias, aproveitando-se da mão-de-obra barata, ou por uma questão de facilidade de transporte. Montam então indústrias no Brasil que são como prolongamentos delas, uma seção de acabamentos dos produtos (grifo nosso). O processo de produção fica dividido em duas partes: a primeira é realizada na matriz; a última, na filial instalada no Brasil".²²

¹⁹STEIN, Staley J. - Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950 - Rio de Janeiro, Campus, 1979. p. 23.

²⁰DOWBOR, Ladislav, op. cit. 138.

²¹IBID. p. 138.

²²PRADO JÚNIOR, Caio., op. cit. pp. 266-7.

Com a primeira Grande Guerra Mundial, a queda nas importações de manufatura cai, senão é até interrompida, o que possibilitou uma maior utilização do parque industrial já existente, além de propiciar a formação de inúmeras empresas novas. De acordo com Caio Prado Júnior²³, no período de 1915-19, foram fundados 5.936 empresas industriais. Um novo tipo de empresa é fundada no Brasil no período bélico. São os frigoríficos. Datam desse período a Wilson Company, Armour, Swift, Continental, Anglo; visando, principalmente, a exportação de carnes em conserva (e congelada) para a Europa.

2.1 - A industrialização (1880-1930) e as bases para formação do mercado de trabalho

Dentro do esquema da Divisão Internacional do Trabalho podemos ver dois lados: "um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializam em perder. Nossa comarca do mundo, que chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os Europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta".²⁴

E, pois, dentro desse esquema, que o continente latino-americano se apresenta como uma Região de veias abertas que "... desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos centros distantes de poder(...). O modo de produção e a estrutura de classe de cada lugar tem sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação a engrenagem universal do capitalismo".²⁵

²³ IBID. p. 267.

²⁴ GALEANO, Eduardo - As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 13.

²⁵ IBID. p. 14.

Essas duas citações de Galeano retratam bem o papel que coube a América Latina — conseqüentemente o Brasil — dentro do esquema da divisão internacional do trabalho: produzir bens primários e matérias-primas para os centros dominantes do capitalismo em troca de manufaturas.

Entretanto, esse fato parece não ter constituído uma barreira que obstaculizasse o desenvolvimento industrial no Brasil. De país exportador de bens primários desde o século XVI, assiste-se, a partir do último quartel do século XIX, uma mudança qualitativa na sua organização sócio-econômica: uma lenta e gradual passagem de economia eminentemente agrícola para uma economia industrial.

Essa passagem se deu sem necessidade de rupturas dos vínculos do Brasil com as economias dominantes.²⁶ O declínio da presença inglesa na economia brasileira no final do Século XIX, representava, na verdade, um "... deslocamento do centro do capitalismo dominante, desta vez para os Estados Unidos".²⁷

De fato, quando o Brasil começa a montar suas primeiras indústrias têxteis, é a Inglaterra que irá fornecer suas primeiras máquinas. Isto porque era não só importante para a Grã-Bretanha dominar o mercado de bens de capital, como também abriam-se novas perspectivas de aumentar o volume de suas vendas para o exterior.

Com efeito, a partir da segunda metade do século XIX, as exportações da Grã-Bretanha, para o Brasil, de produtos têxteis começam a cair. Mas, por outro, assistia-se a um aumento progressivo na exportação de bens de capital. Isso pode ser demonstrado nos dados do quadro a seguir.

²⁶ Para Ianni, "... no entanto a industrialização do Brasil se deu ao acaso das flutuações das relações externas. As condições econômicas, sociais e políticas, que foram as bases efetivas do desenvolvimento industrial, somente puderam ser dinamizadas devido às oscilações e rupturas nos vínculos do Brasil com a Inglaterra, a Alemanha, a França, os Estados Unidos e outras nações (Ianni, Octávio - "O Colapso do Populismo no Brasil". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 23.

²⁷ DOWBOR, Ladislau, op. cit. p. 101.

EXPORTAÇÕES DA GRÃ-BRETANHA PARA O BRASIL, 1850-1909
(em porcentagem)

PERÍODO	PRODUTOS TÊXTEIS	BENS DE CON- SUMO NÃO TÊXTEIS	BENS CAPITAL	OUTROS	TOTAL
1850 - 1854	75,55	9,82	14,23	3,40	100
1855 - 1859	65,88	11,04	18,04	4,60	100
1860 - 1864	68,02	10,69	14,90	6,39	100
1865 - 1869	68,48	10,18	15,77	5,57	100
1870 - 1874	57,39	9,87	26,01	6,82	100
1875 - 1879	60,24	8,94	23,56	7,26	100
1880 - 1884	56,54	9,26	26,93	7,27	100
1885 - 1889	56,73	9,92	28,36	4,99	100
1890 - 1899	47,14	9,72	38,96	4,18	100
1900 - 1904	45,17	6,99	41,60	6,30	100
1905 - 1909	35,88	4,59	41,74	17,74	100

FONTE: DOWBOR, Ladislau. op. cit. p. 99.

No período 1850-54, observa-se que a exportação de produtos têxteis para o Brasil representava 75,5% do total. Essa participação cai para 35,88% entre 1905-1909. Por outro lado, neste mesmo período, os bens de capital que representavam em 1850-54, 14,23% das importações brasileiras de produtos ingleses, sobe para 41,79% entre 1905-1909.

a verdade, parece mais provável, nos termos de DOWBOR, que se tenha tornado "mais interessante para os capitalistas ingleses vender máquinas usadas (ou novas) à burguesia brasileira e permitir-lhe que se concentrasse na produção de tecidos grosseiros, ao mesmo tempo que se concentravam no mercado sofisticado que, considerando a estrutura dos rendimentos no Brasil, era particularmente exigente".²⁸

²⁸IBID, p. 100.

De fato, as idéias do DOWBOR são confirmadas no excelente trabalho de S.J. Stein sobre as origens da indústria têxtil no Brasil. Assim, de acordo com Stein, "O mercado que as fábricas brasileiras tentavam(...) ocupar consiste naquela parcela da população rural e, em menor escala, urbana que vestia calças de algodão azul ou de cores claras... Camisa de merino fino e, ocasionalmente, de pano branco ou morim, no caso dos homens e no caso das mulheres panos para confecção de lenços e vestidos. As classes abastadas da sociedade brasileira continuavam a se vestir com os tecidos importados de algodão, linho, seda e lã".²⁹

Assim, os ingleses, ao permitirem a industrialização brasileira, estavam resguardando para si novos mercados e ampliando seus interesses econômicos no Brasil por mais tempo. Um depoimento de um industrial, no século XIX, Domingos Martins Guerra, retrata com bastante clareza a situação da indústria têxtil: "nossas máquinas são montadas de maneira imprópria e mal manejadas; somos tão dependentes que ou imobilizamos recursos em equipamentos de reserva ou somos obrigados a suportar as nossas máquinas paradas, à espera de uma pequena peça que ainda não pode ser fabricada em nosso país".³⁰

Portanto, a industrialização reforçava o caráter extrovertido da economia brasileira, ao reforçar sua subordinação ao capitalismo dominante numa base de um escalão "superior de dependência". Observa-se, pois "um deslocamento das bases técnicas de dependência":³¹ a dependência de manufaturas importadas cede lugar à dependência da importação de bens de produção. Assim, a industrialização se faz sem necessidade de ruptura dos vínculos externos do país. Pelo contrário, dá-se um reforço nos laços que prendem o capitalismo periférico ao capitalismo dominante. Não importa o nome do país que

²⁹STEIN, Stanley J., op. cit. p. 80.

³⁰Extraído do Livro de STEIN, Stanley J., op. cit. p. 52.

³¹DOWBOR, Ladislau., op. cit. p. 129.

na o capital. O capital movimenta-se num "... espaço mun
onde não é possível distinguir, a nível macro-histórico,
cional e o estrangeiro, o endógeno e o exógeno".³²

O fato da industrialização brasileira ter iniciado
do outros países já haviam promovido suas indústrias, le
o Brasil a um tipo de industrialização apoiado na impor-
o de bens de capital, o que reforçava ainda mais seus
culos de dependência com relação ao capitalismo dominante.
do a esse fato, a estrutura de classe herdada do período
onial, marcaria profundamente o processo de industrializa
do país, caracterizando-o por baixo efeito dinamizador e
o incentivo de geração de emprego.

Esses dois fatores (industrialização tardia e estru-
de classe) demandam um estudo mais detalhado, a fim de
se possa captar seus efeitos sobre o mercado de traba-
Por isso, analisaremos, primeiro, os efeitos da indus-
lização tardia, para posteriormente, investigar as cau-
e conseqüências que a estrutura de classe herdada do pe-
o colonial, juntos, terão sobre o mercado de trabalho.

A industrialização apoiada na importação de bens de
tal, conferirá à indústria brasileira um fraco efeito di-
izador. De fato, como se salientou anteriormente, a indus-
lização brasileira surge como um movimento vinculado a
infraestrutura já constituída para atender a produção
exportadora. Não se observa no processo de industrializa
brasileira um desenvolvimento gradual da pequena para a
de empresa. Ao contrário, o desenvolvimento industrial
ça pela grande empresa ou, nos termos de DOWBOR é um pro-
so de desenvolvimento que começa invertido: "o topo da pi-
de é constituído antes da base, pelo próprio fato de es-
base se encontrar nas economias dominantes".³³

Assim, o processo de industrialização brasileira não

³²BRUIT, Hector, op. cit. p. 7.

³³DOWBOR, Ladislau., op. cit. p. 169.

resultou de um amadurecimento das pequenas empresas o que explica em grande parte a extrema concentração industrial e o seu complemento, a multiplicidade de empresas de dimensão particularmente reduzidas (menos de cinco operários) provisoriamente sobrevivendo nos bolsões de demanda não ocupados pela indústria concentrada".³⁴ Esse fato, entre outras coisas, é responsável por um fraco desempenho de atividades induzidas na economia: Os efeitos em cadeia são bastante fracos, o que não induz o desenvolvimento de investimentos correspondente ao estágio de desenvolvimento industrial.³⁵

Não é difícil fundamentar esse raciocínio. Trabalhando com os dados dos censos (1907 e 1920), Sérgio Silva mostrou que o processo de industrialização brasileiro se caracterizou pela presença marcante da grande empresa.³⁶

De fato, de acordo com Silva,³⁷ em 1907, o Brasil contava com 3.258 estabelecimentos industriais empregando 149.018 operários. Em 1920, o número de empresas ascende para 13.336 com 275.512 operários. Ainda de acordo com Silva, em 1907, o Distrito Federal (RJ) e o Estado de São Paulo, juntos, possuíam 990 dos 3.158 estabelecimentos industriais no Brasil, São Paulo e o Distrito Federal, respondiam por 5.687.

O que torna particularmente interessante o trabalho de Sérgio Silva, é que ele conseguiu, trabalhando com dados do censo para os anos de 1907 e 1920, no Distrito Federal e no Estado de São Paulo, mostrar o peso da grande empresa na geração da produção e do emprego. Retratemos, pois, a seguir os dados referentes à indústria de São Paulo e do Distrito Federal.

³⁴ IBID. p. 171.

³⁵ Não significa dizer que não se formará uma indústria de base no Brasil, e sim, que ela se formará mais somente depois dos anos 50.

³⁶ SILVA, Sérgio., op. cit.

³⁷ IBID. pp. 77-91.

DISTRITO FEDERAL E SÃO PAULO — INDÚSTRIA

1907 - 1920 e 1929

ANO	Nº DE EMPRESAS	CAPITAL (CONTOS)	NÚMERO OPERÁRIOS	INCREMENTO* % (1907-1920)	
-----	----------------	------------------	------------------	------------------------------	--

DISTRITO FEDERAL

ANO	Nº DE EMPRESAS	CAPITAL (CONTOS)	NÚMERO OPERÁRIOS	EMPRESAS	OPERÁRIOS
1907	662	107.120	34.850		
1920	1.542	441.669	56.517		

SÃO PAULO

ANO	Nº DE EMPRESAS	CAPITAL (CONTOS)	NÚMERO OPERÁRIOS	EMPRESAS	OPERÁRIOS
1907	326	127.702	24.186		
1920	4.145	537.817	83.998	1.171,00	247,00

FORTE. SILVA, Sérgio, op. cit. p.

(*) A última coluna foi acrescentada por nossa conta.

Retirando do quadro acima, as empresas que empregam 100 ou mais operários e, dentro desse grupo, fazendo a distinção daquelas empresas, com um capital igual ou superior a 1.000 contos; Silva³⁸ chegou a importantes conclusões. Dentre elas destacamos... das 662 empresas localizadas no Distrito Federal, empregando... 34.850 operários (vide quadro acima), 66 dessas empresas empregavam 20.196 operários, no ano de 1907; além disso, essas 66 empresas eram responsáveis por 51,92% do valor da produção. Para o Estado de São Paulo, das 326 empresas existentes naquele ano e empregando 24.181 operários; 72 delas respondiam por 19.414 operários, participando com 77,42% da produção. Silva destaca ainda que as empresas industriais com 100 ou mais operários, ganham importância maior entre os anos 1907 e 1920, "fato que se destaca quando verificamos que mais de 20 mil operários, no antigo

³⁸ Para um esclarecimento mais detalhado da metodologia utilizada. Ver SILVA, Sérgio, op. cit. pp. 81-3.

Distrito Federal, e mais de 30 mil, no Estado de São Paulo, trabalham em estabelecimentos industriais que empregam 500 ou mais operários".³⁹

A característica concentradora da nascente indústria brasileira parece ter passado despercebida entre alguns estudiosos, como Basbaum que chega a afirmar que antes de 1950, o parque industrial brasileiro não passava de "... um jardim de fabriquetas e manufaturas primárias de artigo de consumo".⁴⁰ Na verdade, essas fabriquetas eram o retrato do Brasil que se formava e que iria revelar, posteriormente, o caráter da industrialização desigual e excludente. Essas fabriquetas, como até hoje, sobrevivem nos espaços vazios (ainda) não ocupados pela grande indústria, destinadas a atender um mercado local de dimensões econômicas reduzidas.

Aqui chegados, paremos um pouco e retomemos a questão relativa à estrutura de classe herdada do período colonial para um breve e rápido comentário.

O fato de o Brasil ter sido um país colonial de exploração que adotou formas de trabalho compulsório, já é por demais conhecido e discutido na literatura econômica. Importa ressaltar, apenas, as conseqüências desse fenômeno e, para isto, recorreremos a análise de Francisco de Oliveira, que resalta que a adoção de relações de trabalho compulsório "... é a base ou ausência de base para o mercado interno, e não simplesmente o da produção de bens primários de exportação".⁴¹ De fato, a adoção de relações sociais de produção fundada no trabalho escravo, irá marcar profundamente a evolução futura da economia brasileira, como se terá oportunidade de ver mais adiante.

A fim de que tenhamos uma idéia mais clara desse fenômeno, é preciso reaver maiores elementos que possam enri-

³⁹ IBID. p. 87.

⁴⁰ BASBAUM, Leôncio - História Sincera da República. São Paulo, Ed. Alfa-Omega. 1981. Vol. 3. p. 155.

⁴¹ OLIVEIRA, Francisco de., op. cit. p. 41.

cer e fundamentar melhor nossa linha de raciocínio.

Assim, é particularmente importante destacar que nossa economia como a brasileira fundada e organizada para fornecer alguns gêneros tropicais - de expressão econômica - para a Europa, "... tudo mais que nela existir e, que aliás, sempre de pequena monta, é subsidiário e destinado a ampliar e tornar possível a realização de tal objetivo".⁴² Desse modo, a exploração econômica da colônia concentrar-se-á, não se que exclusivamente na monocultura de exportação. A consciência imediata desse tipo de exploração econômica na colônia se fará sentir mais tarde sobre a economia brasileira sob duplo aspecto: (1) desequilíbrio duradouro e persistente entre a agricultura de exportação e a destinada para consumo doméstico e, (2) como subproduto desse tipo de desequilíbrio estrutural, a formação de um campesinato que, embora alguns possuam a propriedade jurídica da terra e dos instrumentos de trabalho, não possuem a propriedade econômica do produto de seu trabalho: "ele(s) não decide(m) o produto que produzirá(ão) no mercado ou os produtos que deve(m) produzir".⁴³ nas palavras de Caio Prado, "...a economia camponesa se estabeleceu nos claros da rígida estrutura tradicional brasileira ficou ao desamparo, condenada quase sempre a dar passo e vegetar em seu natural primitivismo".⁴⁴

Com a abolição da escravidão e a imigração em massa a partir de 1880, surge, ainda que de forma insignificante⁴⁵, a agricultura voltada para o mercado interno.

As mudanças nas relações de exploração não punham em questão "as relações de propriedades. E, em lugar do trabalho

⁴²PRADO JÚNIOR, Caio., op. cit. p. 41.

⁴³BRUIT, Hector., op. cit. p. 22.

⁴⁴PRADO JÚNIOR, Caio., op. cit. p. 255.

⁴⁵Com o incremento da expansão cafeeira a partir da proclamação da república, a produção de gêneros de consumo interno torna-se cada vez mais insuficiente, chegando a figurar na importação com porcentagens acima de 30% vide. Prado Júnior, Caio., op. cit. p. 210.

escravo adotar-se-ã relações de exploração apoiadas em varia^{di}ssimas formas contratuais de arrendamento, parcerias ou, apoiadas parcialmente no salaríato. Esse fato será responsã-^{vel} entre outras coisas, pela "...persistência de uma fraca monetarização das relações de troca — fenômeno largamente existente ainda hoje — a própria reiteração das relações de troca acaba por escolher uma mercadoria-padrão, que se metamorfoseia em dinheiro(...) elementares artigo da cesta de consumo dos novos produtores da agricultura de subsistência (...) quase tomam o lugar do dinheiro nas novas relações de troca".⁴⁶

Assim, a abolição que se fez sem modificar as relações de propriedade, deu lugar ao surgimento de um campesinato marginalizado do processo econômico e social, o que dificultava o nascimento de uma economia de trocas ou de produção de mercadorias interna. Talvez por isso, se justifique a decepção de Caio Prado ao afirmar que as indústrias da República Velha não lutaram "... pela conquista e alargamento de mercados que constitui o grande estímulo das empresas capitalistas, e o responsável principal pelo progresso vertiginoso da indústria moderna. Pode-se dizer que o mercado virão a elas (indústrias domésticas), num apelo a produção interna de artigos que a situação financeira do país impedia que fossem comprovadas no exterior".⁴⁷

Desse modo, a modificação parcial nas relações de exploração cria uma situação particular: "a dicotomia do mercado interno, polarizado entre o consumo de luxo próprio das classes abastadas e o consumo do trabalho assalariado rural e urbano".⁴⁸ As condições materiais de existência do trabalhador assalariado, se lhes permitia algumas modificações no seu padrão de consumo, eram bastante reduzidas. Para se ter uma idéia, entre 1914 e 1916, o custo de vida elevou-se de

⁴⁶ OLIVIERA, Francisco de., op. cit. p. 16.

⁴⁷ PRADO JÚNIOR, Caio., op. cit. p. 262.

⁴⁸ DOWBOR, Ladislau., op. cit. p. 126.

16% no Brasil, enquanto que os salários cresceram apenas de 1%.⁴⁹

Em resumo, tem-se assim a formação de um campesinato e proletariado urbano, destituídos quase que totalmente de poder de compra, ao lado da classe dominante, permeando entre essas uma pequena burguesia sem peso econômico significativo.

A classe dominante, que é a própria burguesia cafeeira, a qual detinha a virtualidade do poder de acumulação internamente, e por isto mesmo constituía o próprio poder político, teve um papel importante para o início da industrialização do país. Muito embora a expansão imperialista tenha contribuído para esse início de industrialização, não podemos deixar de levar em consideração as relações que se estabeleceu entre o café e a indústria. Com efeito, a "região" do café já se apresentava, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, como o núcleo preponderante da acumulação de capital no Brasil, desencadeando profundas alterações no contexto sócio-econômico. A consolidação da atividade cafeeira passa a exigir, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, a construção de ferrovias e ampliação de portos para o escoamento da produção e toda uma rede de serviços complementares (comércio, bancos, companhias de seguros, etc.). Sendo a burguesia cafeeira o próprio poder político, conseguiu impor uma política de valorização do café, possibilitando a entrada de novos capitais e a ampliação de excedentes na atividade, que seriam carreados para funcionamento de capitais para a indústria nascente.

Agora, acreditamos ser possível concluir nosso raciocínio de como a industrialização tardia, aliada à estrutura de classe herdada do período colonial, juntos, determinariam um tipo particular de estrutura industrial, caracterizada "por um fraco efeito de criação de atividades induzidas e um grau elevado de concentração de indústria, aliados a dificul

⁴⁹ ALENCAR, Francisco - História da Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro. Ao Livro Técnico. 1979. p. 235.

dade de desenvolver a produção de massa, dada a exigüidade do mercado interno, explicam por sua vez a fraqueza do efeito multiplicador de emprego".⁵⁰

Assim, a indústria nacional que nasce no período que ora analisamos, vê-se asfixiada, de um lado, pela concorrência de manufaturas externas e a invasão das subsidiárias das empresas multinacionais e, de outro, pela exigüidade do mercado interno que ela atendia: proletariado urbano e rural e classe média. Seu crescimento passa a depender, regra geral, de uma conjuntura internacional favorável e do crescimento populacional. Essa circunstância favorece o surgimento de uma base técnica heterogênea que se funda na combinação de unidades produtivas distintas atuando num mesmo espaço, onde se articulam métodos rudimentares com processos aperfeiçoados de trabalho, geralmente comandados pelas empresas multinacionais.

3. A ACELERAÇÃO INDUSTRIAL NO PERÍODO (1930-1945)

O processo de industrialização brasileiro na fase agrário-exportador, analisado até agora, foi mais um produto da expansão capitalista mundial, do que mesmo um resultado da conjugação das forças internas do país. De fato, a evolução capitalista para o estágio imperialista, abriu novas perspectivas no cenário da economia brasileira, ao dotar o país de uma base infraestrutural moderna com a construção de estradas de ferro, instalações portuárias, Companhias de Seguros, Bancos, Companhias de Navegação, Serviços Públicos como as Companhias de Gás, Telégrafos, Transportes urbanos, etc.

A contribuição do capital estrangeiro na construção de uma infraestrutura foi inegavelmente benéfica para o surgimento das primeiras atividades industriais no país, o que não significa dizer que tal contribuição tenha levado em con

⁵⁰DOWBOR, Ladislau., op. cit. pp. 172-3.

sideração, os interesses da população local. Com efeito, o que importa ao capital é o número de braços que ele pode mobilizar para se autovalorizar.

Essa contribuição do capital financeiro internacional foi, na sua maior parte, absorvida pelo Setor Cafeeiro. O capital aportado neste setor propiciou o desenvolvimento de um sistema comercial significativo, formado por um grande número de firmas comerciais e uma rede bancária, geralmente, de propriedade estrangeira. Coincidentemente com a expansão cafeeira, assistia-se no plano internacional, a um processo crescente de monopolização, com o surgimento de novas potências (Estados Unidos, Alemanha, França) no mercado internacional, acirrando a concorrência interimperialista e, portanto, imprimindo novas formas de atuação do capital alienígena nas economias dependentes, diversificando a composição dos investimentos.⁵¹

Em vista disso, o setor cafeeiro assume uma posição de destaque no cenário da economia nacional, tornando-se, pois, no centro motor, do desenvolvimento capitalista no Brasil. De fato, essa posição de destaque ganha maior importância com a proclamação da República (1889), quando se aprova a Constituição Federal que outorgava aos Estados da União, plena autonomia para fixar e recolher os impostos sobre exportação e contrair empréstimos em moeda externa.

Valendo-se de amplos poderes que a constituição dava aos Estados, os Fazendeiros-capitalistas do café, através do Governo de São Paulo, impuseram uma política de valorização para a produção cafeeira, que se consubstanciava essencialmente na compra dos excedentes de produção pelo Governo, além do financiamento e da comercialização da produção. Com isso, a oligarquia do café conseguia impor ao restante do país uma política econômica definida de acordo com seus interesses. Em vista da posição hegemônica de que desfrutava a burguesia

⁵¹ Para uma análise da evolução dos investimentos estrangeiros no Brasil, ver o excelente livro de Castro, Ana Célia - "As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913" - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

cafeeira, as demais regiões do país — ou as outras frações oligárquicas, se se prefere assim —, eram alijadas dessa política, principalmente o Rio Grande do Sul⁵², cuja prosperidade dependia, substancialmente, do desenvolvimento do mercado interno, que era então prejudicado pela política de valorização e sustentação dos preços do café.

Essa política como se sabe, era altamente inflacionária, o que prejudicava a estabilidade interna dos preços, afetando assim a realização da produção destinada ao mercado doméstico.

A medida que ia se tornando cada vez mais impossível manter essa política de sustentação de preços do café, principalmente, em virtude da Grande Depressão Mundial, crescia o antagonismo no seio das classes dominantes. A valorização do café importava em tremendas quotas de sacrifício para o restante da população, que tinha que arcar com o encarecimento crescente dos gêneros de primeira necessidade, provocando um estado de insatisfação geral entre as massas. De fato, "por volta de 1929/30, a situação do país era insustentável: a crise do café e dos demais produtos de exportação (grifo nosso), sem nenhuma perspectiva de solução imediata; a crise profunda atingindo a própria estrutura econômica do país; e por fim uma crise internacional, abrangendo todo sistema capitalista mundial, traziam como primeiros efeitos um estado geral de insatisfação e descontentamento que rapidamente se transformou em pânico e desespero".⁵³

Assim sendo, diante desse quadro sombrio e, na iminência da explosão das classes populares incoformadas e desesperadas, restava às classes dominantes uma única saída: "... reagrupar as forças dispersas, unir os descontentes e

⁵² Desde o início do Século XX já se observava a formação de uma embrionária divisão interregional do trabalho, com o Rio Grande do Sul produzindo e "exportando" para o restante do país charque, banha, arroz, etc., Minas Gerais produzindo laticínios e alimentos.

⁵³ BASBAUM, Leôncio. op. cit. p. 259.V-2.

os grupos militares revolucionários e ocupar o poder pelo voto ou, se necessário, pelas armas".⁵⁴

Assim, numa verdadeira antecipação às reivindicações das massas que deveriam consubstanciar numa mudança política, econômica e social da nação; as classes dominantes usando como pretexto as reivindicações do povo, derrubam o governo, garantindo assim a perpetuação do regime. Instaure-se a partir de então (outubro de 1930) um governo "Revolucionário", com o Estado agora passando a assumir um papel qualitativamente distinto na sociedade brasileira. Sua ação (do Estado) se fará sobretudo na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento das atividades ligadas ao mercado interno e, paralelamente, na destruição parcial "... das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras".⁵⁵

De fato, a destruição das regras do jogo que favoreciam a economia agrário-exportadora, deve ser entendida como uma destruição parcial e não total. E não poderia ser diferente. Com efeito, o movimento político-militar de outubro de 1930, não desalojou totalmente do poder as classes ligadas ao latifúndio. (A estrutura fundiária permaneceu a mesma). O que aconteceu na verdade foi uma nova composição de classes na Cúpula do Poder, tendo agora maior peso àquela fração de classe ligada ao mercado interno. E, de mais a mais, a sobrevivência da indústria doméstica dependia fundamentalmente da importação de bens de capital, e as divisas necessárias para a importação de tais bens, só poderiam ser geradas, pela agricultura de exportação. Assim, o contexto sócio-econômico permanecia o mesmo: o setor cafeeiro conti-

⁵⁴BASBAUM, Leôncio, op. cit. p. 262, V-2. Esclareça-se que esses breves comentários estão longe de exaurir essa matéria. E, como não é do nosso interesse investigar detalhadamente o presente assunto, fica como sugestão para o leitor os seguintes livros: Basbaum, Leôncio, op. cit. Vol. II e III; Gorender, Jacob - "A Burguesia Brasileira". Ed. Brasiliense: São Paulo, 1981; Fausto, Boris. "Pequenos ensaios de história da República; 1889/1945. São Paulo, CEBRAP, 1977 (Caderno CEBRAP, nº 10).

⁵⁵OLIVEIRA, Francisco de - Economia brasileira: crítica a razão dualista. Petrópolis. Ed. Vozes Ltda., 1981. p. 14.

nuava sendo a principal fonte de divisas, a propriedade da terra com seus antigos donos, as relações sociais de produção assentadas no colonato, na parceria, no arrendamento, no salariedade etc. Em suma, os mesmos problemas anteriormente analisados continuaram a se fazer presentes depois de 30.

É dentro desse quadro que não é novo, que a empresa industrial torna-se o centro motor do desenvolvimento capitalista. Para isso, o Estado intervirá deliberadamente na economia "regulando o preço do trabalho (instituição do salário mínimo) ... investindo em infra-estrutura, impondo o confisco cambial ao café... rebaixando o custo do capital na forma de subsídio cambial para as importações de equipamentos... expansão do crédito à taxa de juros negativas..."⁵⁶ Apesar de todo esse esforço, o que se verificou foi apenas uma aceleração do crescimento da produção industrial, nesse período (1930-45), e não uma ampliação do parque industrial brasileiro, que não pode expandir-se, como se terá oportunidade de se ver mais adiante, dada a crise da economia mundial que abalava profundamente as economias nacionais, e a deflagração da Segunda Guerra.

O que de fato iria impulsionar o crescimento da produção industrial entre 1930-45, foi o espaço criado pela grande guerra, que assim impedia a participação das economias dominantes no mercado consumidor brasileiro. De fato, as classes abastadas da sociedade brasileira, viam-se, agora, diante dessa conjuntura, impedidas de continuar atendendo suas necessidades de consumo via importação. Além disso, o mercado externo, era outra oportunidade que se abriu para a indústria brasileira.

Diante dessa nova realidade, a indústria brasileira abandona quase que totalmente o mercado formado pelas chamadas classes populares que antes atendia, para se concentrar naquela faixa de mercado formado pelas classes mais ricas da sociedade e, no mercado externo. Esse redirecionamento da

⁵⁶ OLIVEIRA, Francisco de., op. cit. p. 19.

produção industrial brasileira, levou o Governo Federal, em 1943, a obrigar os empresários da indústria têxtil a assinar um acordo, que ficou conhecido como Convênio Têxtil⁵⁷, segundo o qual 10% da produção deste setor deveria ser dirigida para o mercado popular.

Apesar de toda essa conjuntura favorável — como se frisou anteriormente —, o parque industrial brasileiro continuou apresentando um grau incipiente de diversificação. Preso que estava a importação de bens de capital e, impossibilitado de adquirir tais bens em vista da grande depressão e da Segunda Guerra, sua ampliação limitava-se a reinversão dos lucros "engrossados pelos favores da política de industrialização"⁵⁸, do Governo Vargas. A indústria Têxtil, por exemplo, que foi a que mais cresceu nesse período (1930-45) "... para atender a crescente demanda dos consumidores (as fábricas) começaram a adquirir... máquinas de segunda mão"⁵⁹, num curioso efeito de reconcentração e centralização de capital. Assim sendo, mais do que nunca, fica patente, a incapacidade criadora de atividades induzidas a nível da economia, tornando, portanto, evidente a fraqueza multiplicadora do emprego industrial.

4. O PERÍODO PÓS-GUERRA E A CONSOLIDAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL BRASILEIRO.

No período que se segue à Segunda Guerra, até o início da segunda metade dos anos 50, a política industrial sofreu poucas alterações. O crescimento da indústria continua a depender das reinversões dos lucros. O que de fato muda nesse período é o intento do Governo em criar um setor produtor de bens de produção intermediários. Assim, assiste-se a criação

⁵⁷STEIN, J. Stanley. op. cit. p. 170.

⁵⁸SINGER, Paul - "A crise do Milagre" - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 39.

⁵⁹STEIN, J. Stanley. op. cit. p. 149.

da Usina de Volta Redonda que passou a ser chamada Companhia Siderúrgica Nacional e que começou a funcionar em 1946. Neste mesmo ano foi criada Petrobrás, a Chesf, o Projeto da Ele^{tro}brás, etc.

O que é crucial nesse período, é a formação de fundos para financiamento do setor produtor de bens de produção intermediários, principalmente, no segundo Governo de Vargas. O concurso ao capital externo, se não era impossível em vista de grandes somas de capitais aplicado na reconstrução das economias Européias e Japonesa que foram devastadas pela guerra, era pelo menos obstaculizado pela campanha nacionalista em torno do petróleo, principalmente. Diante disso, restava ao Governo duas outras saídas: (1) penalizar o setor produtor de bens de consumo (bens de salários) comprimindo o consumo da maioria da população, o que era quase impossível dado seu baixo padrão de vida; e (2) adoção de uma política tributária progressiva.

Na realidade, nenhuma dessas duas alternativas foram de fato utilizadas. A própria criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, deveria contar com fundos levantados mediante um adicional de 15% do imposto de renda das pessoas físicas. O pacto populista em que se assentava o Governo Vargas, obrigou-o a buscar outras fontes de financiamento que não a tributação progressiva, o que implicou num maior endividamento, tanto interno como externo.⁶⁰

Diante de tais circunstâncias, "... a coligação desenvolvimentista redefine sua atitude face ao capital estrangeiro, cuja entrada passa a ser favorecida. Na verdade, mesmo sob Getúlio, o nacionalismo não é a única tônica da política econômica. A reforma cambial de 1953 já tinha criado uma situação privilegiada ao capital estrangeiro, ao permitir que as entradas e saídas de capital se fizesse a uma taxa cam-

⁶⁰ Para uma análise mais precisa da forma de como se deu o Financiamento da Acumulação de Capital nesse período, ver (1) OLIVEIRA, Francisco de, "Padrões de Acumulação, Oligopolios e Estado no Brasil: 1950-76" - in: "A Economia da dependência imperfeita; (2) Singer, Paul, op. cit.

bial livre".⁶¹ A instrução 113 da SUMOC, no Governo Café Filho, que concedia amplos favores cambiais às empresas estrangeiras que desejassem operar no Brasil, desfechava assim um golpe mortal sobre qualquer tentativa de fazer do país uma nação soberana.

Desse modo, no Governo Juscelino Kubitschek, as condições institucionais favoráveis a penetração do capital estrangeiro já estavam consolidadas. O plano de metas do seu governo estava, prioritariamente voltado para os setores de energia, transportes, indústria de base, construção de Rodovias, etc. Estava ausente, na sua quase totalidade, qualquer tentativa de transformação da estrutura do setor agropecuário da economia, e nem tampouco qualquer preocupação com problemas ligados à distribuição de renda.⁶²

A partir de então, o parque industrial brasileiro pôde-se consolidar definitivamente. As empresas estrangeiras que já operavam no Brasil desde a década de vinte, tinham, agora, todas as condições propícias para se desenvolverem: uma legislação de remessa de lucros favorável, uma infraestrutura básica de apoio criada pelo Estado, e mais, um mercado consumidor que, embora pequeno em termos relativos ao conjunto da população, tinha um poder de compra expressivo.

Desse modo, começa no Brasil uma nova invasão imperialista, desta feita, tendo a frente o capital norte americano, que se caracterizou sobretudo sob a forma de empréstimos. Entre 1955 e 1961, do total de recursos externos entrados no Brasil, 80% vieram sob a forma de financiamento.⁶³ Esta composição do capital externo investido no Brasil, revela até certo ponto, o grau de industrialização que já havia alcançado o país.

⁶¹SINGER, Paul. op. cit. p. 45.

⁶²LESSA, Carlos - "Quinze anos de política econômica". São Paulo. Ed. Brasiliense, 1982.

⁶³SINGER, Paul. op. cit. p. 48.

De fato, como se observou anteriormente, a grande investida de empresas multinacionais no Brasil começa a partir dos anos vinte. Entre 1919 e 1932, as indústrias subsidiárias Norte-Americanas instaladas no país, somavam 16 unidades, todas de grande porte e, operando sobretudo nos ramos veículos motores, produtos farmacêuticos e química, aparelhamento elétrico, alimentação, rádio, vitrolas, etc.⁶⁴ Talvez por isso, se justifique a pequena participação do capital internacional sob a forma de investimentos diretos depois de 1950. E de mais a mais, depois da Segunda Guerra, a atuação do capital imperialista assume uma nova forma: são os empréstimos de governo a governo, principalmente voltados para a criação (e modernização) da infraestrutura, ou seja, para financiamento do capital fixo social (serviços básicos, energia, transporte, comunicações, etc.) sem o qual as atividades diretamente produtivas não podem desenvolver-se.

Para concluirmos, cumpre salientar que as transformações porque passavam o Brasil no plano infraestrutural, como por exemplo, a criação da Companhia Nacional de Papel e Celulose (1943); fábricas de cimento e mármore; Usina de Material Ferroviário (1943); de Alumínio (1945); Companhia Siderúrgica Nacional (1946); Petrobrás (1953); A Chesf, no Governo do Marechal Dutra, e outros empreendimentos⁶⁵; aliados à participação já significativa de empresas estrangeiras ligadas sobretudo ao ramo de bens de consumo duráveis contribuíram para fazer deste ramo o centro motor da acumulação capitalista no Brasil.

⁶⁴PRADO JÚNIOR, Caio, op. cit. p. 267.

⁶⁵CARONE, Edgar - O Estado Novo: 1937-45. São Paulo. Diefel, 1977. pp. 65/6.

5. OS LIMITES DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

O fato do Brasil hoje contar com um parque industrial que se assemelha aos das economias desenvolvidas, não significa que os problemas antes levantados tenham sido solucionados. Com efeito, o grau de amadurecimento da indústria brasileira, ainda repousa sobre uma base com fraco efeito de criação de atividades induzidas; elevado grau de concentração; e um mercado interno consumidor estreito.

O intento de Vargas e posteriormente de Juscelino Kubitschek de internalizar o setor produtor de bens de capital, não se concretizou totalmente.⁶⁶ De fato, o crescimento industrial, principalmente na segunda metade dos anos 50, ocorreu sobretudo em função da transferência total de processos de produção para o Brasil das empresas multinacionais, que antes se resumiam em meras seções de acabamento ou montagem de peças importadas; além, evidentemente, da implantação de novas unidades produtivas.

Assim, a consolidação do parque industrial na década de cinquenta era, na verdade, a continuidade de um processo de industrialização já em curso desde o início do século e, agora redirecionado no sentido de fazer do setor produtor de bens de consumo duráveis o centro motor da acumulação. As condições propícias para fazer deste setor o centro motor de acumulação, decorriam nos termos de Singer, "... de projeções da demanda a partir da experiência do passado, o que implicava sancionar implicitamente tanto a estrutura social preexistente como a repartição da renda que dela decorria".⁶⁷

A aceleração do setor produtor de bens de consumo duráveis repercutiu negativamente sobre o departamento produtor de bens de capital. De fato, a ausência de um setor de

⁶⁶ OLIVEIRA, Francisco de., op. cit. pp. 76-113.

⁶⁷ SINGER, Paul, op. cit. p. 99.

bens de capital, obrigava o país recorrer à demanda externa para atender às necessidades do setor produtor de bens de consumo duráveis. O próprio setor produtor de bens de produção intermediários ainda era insuficiente para atender às exigências de crescimento daquele setor. Com efeito, a produção nacional de aços em lingotes cresceu entre 1956 e 1961 de 1.365 para 2.485 toneladas, enquanto que a importação cresceu nesse mesmo período de 339 para 433 toneladas. A produção de laminados, neste mesmo período, cresceu de 1.074 toneladas para 1.928; enquanto que a importação aumentou de 242 para 331 toneladas.⁶⁸ Assim, o Brasil via-se novamente com as mesmas dificuldades de antes, desta feita com maior profundidade: a drástica redução de divisas em vista da queda das exportações brasileiras a partir de 1954.

Nestas circunstâncias surge a questão de porque o Brasil não desenvolveu o setor produtor de bens de capital, e sim, o setor produtor de bens de consumo duráveis. Se não se quer cair num economicismo vulgar, no sentido de que a instalação da indústria automobilística, por exemplo, promoveria os efeitos para trás, para frente, acionando o setor de bens de capital; ou se não se quer enveredar pelos "se" do finalismo teleológico; devemos recuar um pouco na história, para nela buscar os elementos que estruturaram o desenvolvimento industrial do Brasil.

A razão básica está no desenvolvimento tardio da indústria brasileira que, impediu a formação de um setor produtor de bens de capital no país. À essa época, o desenvolvimento industrial Europeu deslocava-se para o setor produtor de bens de produção, passando a constituir o eixo motor do capitalismo dominante. E a partir de 1880 que o oligopólio assume a prática dominante de produção. O desenvolvimento de tecnologias modernas pelos grandes centros imperialistas, como forma de reter a difusão do progresso técnico em escala mundial, permitia às economias dominantes exportar máquinas

⁶⁸ LESSA, Carlos. op. cit. Quadro VII, p. 43.

e equipamentos para as economias periféricas, sem que isso implicasse em perda de mercado para as economias centrais. Assim, o fato de a industrialização brasileira iniciar quando outros países já dispunham de um avanço tecnológico considerável, dá lugar a uma nova redefinição na divisão internacional do trabalho que tem sua forma acabada depois da Segunda Guerra Mundial. Nos termos de Oliveira, "... a industrialização das economias dependentes entrava na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como uma nova forma de expansão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias-primas versus produtores de manufatura para produtores de manufaturas de consumo versus produtores de manufaturas de bens de produção".⁶⁹ Assim, a industrialização brasileira, eleva as bases técnicas de dependência da economia para um escalão superior, como diria Döbner.

Apesar disso, parte do setor de bens de capital se instala no Brasil. Até 1950 foram fundadas 60 empresas de propriedade nacional e 14 de propriedade estrangeira. Depois dos anos 50, seriam fundadas 61 novas empresas, das quais 37 de propriedade estrangeira.⁷⁰ Embora os números pareçam animadores, quase todas essas empresas usam tecnologia do exterior. Numa amostra de 27 empresas nacionais, pesquisada pela FINEPE, em março de 1974, 20 utilizavam tecnologia estrangeira.

O uso de tecnologia do exterior pela indústria de bens de capital nacional, garante a participação das economias centrais no mercado brasileiro, o que impede a propriedade econômica desses bens por parte da economia brasileira. A remuneração ao licenciador estrangeiro pelo uso da tecnologia, varia desde a participação percentual sobre o valor de venda do equipamento licenciado, à participação acionária. Assim, os laços de dependência entre centro e periferia assu

⁶⁹ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit. p. 83.

⁷⁰ Absorção e criação de Tecnologia na indústria de bens de capital; versão preliminar por Fábio Stefano Erber, José Tavares de Araújo Júnior e outros; in FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. Rio de Janeiro, 1973.

mem novos contornos, num movimento que se propaga ao longo do tempo, que vem desde a pilhagem colonial à remessa de lucros para o exterior. Nos termos de Foot "assim como a pilhagem colonial espoliara o país, drenando para Londres o ouro produzido em Minas Gerais; assim como a importação de mercadorias inglesas durante o século XIX "...gerara lucros fabulosos para o comércio inglês em expansão; assim também, na era imperialista; continuaria a exploração, através de remessa de lucros para o exterior, em proporções sempre maiores do que os investimentos aqui efetuados".⁷¹

Em síntese, o desenvolvimento parcial do setor de bens de produção intermediários; a instalação de unidades produtivas de bens de capital assentadas na dependência de tecnologias do exterior; o desamparo a que ficou entregue a agricultura doméstica de produção de alimentos; a não cogitação em elevar o padrão de vida da grande massa populacional, mantendo assim a exigüidade do mercado interno consumidor; determinaram um desenvolvimento industrial não auto-dinâmico, com fraco efeito de atividades induzidas, que se explicitam com maior clareza na fraqueza do efeito multiplicador do emprego industrial.

⁷¹HARDAN, Foot Francisco. op. cit. p. 108. Esclareça-se que os grifos são por nossa conta.

NORDESTE. ELEMENTOS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: UMA ABORDAGEM CENTRADA NA DIVISÃO INTERREGIONAL DO TRABALHO.

1. INTRODUÇÃO

No presente capítulo, nos propomos a examinar os elementos determinantes da formação do mercado urbano de trabalho, no nordeste, numa perspectiva em que a economia regional é analisada a partir do contexto nacional, levando-se em consideração o caráter das relações internacionais, como relações capazes de influenciar a dinâmica interna da economia. Para tanto, a discussão encontra-se dividida em duas grandes seções.

Na seção 2, analisamos o processo histórico de desenvolvimento industrial do Nordeste, desde as origens (período colonial) aos anos sessenta deste século. A presente seção, está dividida em três outras subseções. Nas duas primeiras descrevemos esse processo, a partir de uma visão histórico-estrutural, que deverá servir como um "pano de fundo" para interpretarmos a natureza do desenvolvimento desigual inter-regional, objeto da subseção seguinte.

A argumentação desenvolvida, objetiva demonstrar que não podemos considerar a economia regional de maneira autônoma. Conseqüentemente, a questão do emprego na Região deixa de ser uma questão regional. De fato, numa sociedade em que a distribuição da força de trabalho entre as diferentes esferas da produção é determinada pelo movimento de expansão e valorização do capital; e considerando que esse movimento se dá sob o comando hegemônico da Região Sudeste do país, a de-

terminação do emprego no Nordeste passa a depender do que ocorre no pólo dinâmico da economia nacional.

Tendo esse quadro como referencial teórico, passaremos, na seção 3, à análise da estrutura industrial regional pós-60. De modo a concatenar melhor nossas idéias, dedicamos na seção 3.1, algumas considerações metodológicas, no sentido de articular a análise subsequente com o que foi analisado nas seções precedentes. Na seção 3.2, analisamos a criação da SUDENE, cuja finalidade é mostrar que a criação de um órgão de planejamento regional, não reflete os reais interesses da Região.

Finalmente, na seção 3.3, passamos a estudar os fatores determinantes da estrutura do emprego. E aqui, começa a ganhar sentido o que escrevemos no primeiro capítulo, quando analisamos a evolução do processo de trabalho e suas implicações sobre a classe trabalhadora. A conclusão a que chegamos, de um modo geral, foi a de que o processo de industrialização do Nordeste, teve pouco impacto sobre o emprego na Região. Fundamentamos essa conclusão no fato de que a indústria do Nordeste repousa sobre uma base com fraco efeito de atividades induzidas e, elevado grau de concentração e centralização.

2. ELEMENTOS DO PROCESSO HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO NORDESTE: DAS ORIGENS AOS ANOS SSESSENTA.

2.1 - Antecedentes Históricos e Evolução da Produção Agro Manufatureira do Açúcar.

Dois anos antes da "descoberta" do Brasil, Vasco da Gama chegava a Calicute (1498)¹, na Índia, garantido a Portugal acesso aos entrepostos indianos, fornecedores de mercadorias de alto valor comercial, no mercado europeu. Tais merca

¹AQUINO, Rubin Santos Leão de. História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais. Rio de Janeiro. Ao Livro Técnico. 1978. p. 17.

dorias, conhecidas genericamente por especiarias, eram a pimenta, o cravo, a canela, o gengibre e algumas drogas, tais como a cânfora, o sândalo-vermelho e o almíscar.²

A comercialização dessas mercadorias no mercado europeu, segundo Albuquerque, superava o comércio do açúcar e do vinho de Madeira e, até mesmo o de escravo e ouro, provenientes do continente africano.³

Este fato, entre outros, contribuiu para retardar a colonização brasileira, que se inicia somente 30 anos após o "descobrimento", quando Martim Afonso de Souza (1530-32) funda as Vilas de São Vicente e Piratininga, ambas em 1532, na Região onde hoje se localiza a cidade de São Paulo.⁴ No caso do Nordeste, sua colonização começa quando Duarte Coelho chega a Pernambuco, em 1535, "... fundando em 15 anos, duas vilas — Iguaraçu e Olinda — e cinco engenhos, um dos quais de sua propriedade".⁵

Assim, coube a Duarte Coelho e seus sucessores, a tarefa de expulsar os índios do litoral nordestino para a instalação dos engenhos e o cultivo da cana-de-açúcar.

Como é sabido, a produção da cana-de-açúcar só era viável, economicamente, quando empreendida em grandes propriedades, o que exigia um grande volume de mão-de-obra para o plantio, limpa, colheita, transporte, etc. Em vista disso, como afirma Caio Prado, a cultura da cana-de-açúcar "... somente se prestava, economicamente a grande plantação. Já para sobreviver convenientemente (...) tornava necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários. Isto feito, a plantação, a colheita

²ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Pequena História da Formação Social Brasileira. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1978. p. 148.

³IBIDEM, p. 148.

⁴IBIDEM, pp. 171-72.

⁵ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no nordeste. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1973. p.

e o transporte do produto até o engenho, onde se preparava o açúcar, só se tornava rendoso quando realizado em grande volume".⁶ O trabalho escravo foi a melhor solução encontrada porque não só atendia aos interesses da classe dos produtores (os senhores de engenho), como também aos interesses dos comerciantes portugueses, os quais tinham "... na venda de escravos uma fonte de reprodução e ampliação de capital mercantil que se acumulava principalmente nas mãos dos representantes da formação social portuguesa".⁷

O processo de industrialização e cultivo da cana manteve-se inalterado até o início do século XIX, quando a partir de então são introduzidas algumas inovações tecnológicas, como por exemplo, a substituição dos engenhos movidos a água e tração animal, por máquinas a vapor.

Essa inovação tecnológica na produção agro-manufatureira do açúcar foi estimulada, num primeiro momento, em função da retração do mercado internacional devida a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas a partir da segunda metade do século XVII. E, num segundo momento, em função da proibição da importação de escravos da África pela lei Eusébio de Queiroz, que tornava o preço do escravo quase que proibitivo para os já arruinados senhores de engenho. De fato, como nos conta Manoel Correia de Andrade, nas primeiras décadas do século XIX, "...o preço de um escravo era bastante elevado, pois custava cerca de 500 francos, enquanto que um boi custava geralmente, 200 francos, e um cavalo 70 francos. Assim, em média, um escravo valia cerca de quatro bois ou 13 cavalos".⁸

Apesar das inovações introduzidas no processo de produção do açúcar, o produto brasileiro continuava inferior ao dos seus concorrentes no mercado internacional. Diante disso,

⁶PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit. p. 33.

⁷ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. op. cit. p. 61.

⁸ANDRADE, Manoel Correia de. op. cit. p. 104.

buscou-se novas formas para elevar a sua produtividade. Surge, pois, a idéia de se implantar os chamados engenhos centrais que, de acordo com Andrade, eram "...maquinismos possantes, capazes de esmagar cana de vários engenhos banguês e de fabricar açúcar de melhor qualidade(...). Estes engenhos que seriam montados com a garantia de obtenção de juros dos capitais empregados — garantia esta dada pelo governo — pertenciam as companhias estrangeiras que não podiam cultivar cana, não usariam o braço escravo e, como iriam receber a matéria-prima de áreas muito amplas(...) deveriam construir estradas de ferro a fim de que estas substituíssem os rotineiros carros de boi no transporte da cana, dos partidos até a fábrica".⁹

Com a implantação dos engenhos centrais, assiste-se a um processo de concentração e centralização do capital empregado na produção do açúcar. Esse processo, ganha maior expressão com a instalação das usinas que passam a moer cana de vários engenhos.

É a partir das duas últimas décadas do século XIX que se assiste à instalação de várias usinas no nordeste, tendo Pernambuco como Estado líder neste processo. Entre 1885 e 1900, são criadas cerca de 49 usinas na Região.¹⁰ Entretanto, este processo se intensifica a partir da I Grande Guerra, "... a desorganização da indústria de açúcar de beterraba"¹¹, na Europa. O quadro a seguir nos dá uma idéia do comportamento do processo de instalação de usinas no Nordeste:

⁹ ANDRADE, Manoel Correia de. op. cit., p. 98.

¹⁰ IBIDEM, p. 109.

¹¹ IBIDEM, p. 111.

Estado	Número de Usinas	
	1910	1920
Rio Grande do Norte	4	3
Paraíba	5	2
Pernambuco	46	54
Alagoas	6	15
Sergipe	62	70
Bahia	7	22

FONTE: Manoel Correia de Andrade, op. cit., p. 111.

Apesar do Estado de Sergipe possuir um maior número de usinas que os demais Estados "... a produção pernambucana era 8 vezes maior que a sergipana, ao mesmo tempo que Alagoas, com apenas 15 usinas, tinha uma produção 50% superior à sergipana com 70 usinas".¹² É importante ressaltarmos esse fenômeno, porque uma análise, meramente quantitativa dos dados do quadro acima, poderia nos dar uma falsa impressão de que poderíamos estar diante de um processo de desconcentração e descentralização do capital.

Observamos, também, que o Nordeste que fora deslocado pela competição intercapitalista, que passou a centrar os capitais no açúcar antilhano, começa, desde a segunda metade do século passado, a ser deslocado internamente pelo centro-sul do país que passava a ser um novo "locus" da acumulação capitalista internacional (no Brasil). Com efeito, em 1910 existiam no Brasil cerca de 187 usinas de açúcar, das quais o Nordeste respondia por 134 unidades. Apesar da Região possuir mais de 70% das usinas instaladas no país, participava

¹²IBIDEM. p. 111.

somente com 57,9% do valor da produção açucareira.¹³ De sorte que, a partir da primeira metade do século XX, o Nordeste começa a perder terreno para a Região centro-sul do país que, já em 1919, possuía 30% das unidades instaladas na economia brasileira.

Com a crise de 1929, a indústria açucareira entra numa nova fase de depressão, com uma produção muito além da demanda interna e externa. É a partir de então que o Governo — mais por ingerência do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro — passa a tomar medidas de proteção ao setor açucareiro do país. A intervenção do Estado se dá através do Instituto do Alcool e do Açúcar (IAA), que passou a partir de 1934, a estabelecer quotas de produção a nível estadual, como também por usinas.

A intervenção do Estado na indústria açucareira, segundo Oliveira, buscava na verdade "... estabelecer uma divisão regional do trabalho da atividade açucareira em todo o país, emergindo já com muita força a produção do açúcar dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro".¹⁴ De fato, o centro-sul do País já vinha ganhando participação efetiva na produção açucareira desde a 1.^a década do século XX; e, a política do IAA serviu para sancionar as diferenças entre os Estados do Centro-Sul e do Nordeste, posto que os primeiros estavam melhor equipados, conseqüentemente com maior índice de produtividade. Por essa razão, São Paulo, principalmente, tornase-ia o centro hegemônico da produção do açúcar em escala nacional.¹⁵

2.2 - A Indústria Têxtil e outras atividades industriais: aspectos históricos.

Como o açúcar, o algodão foi outra lavoura que se de

¹³ ANDRADE, Manoel Correia de. Estado, Capital e industrialização do Nordeste. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1981, p. 17.

¹⁴ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(Li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1974. p. 67.

¹⁵ IBIDEM. p. 67.

envolveu em função do mercado externo. Apesar do seu cultivo remontar às primeiras fases da colonização, só ganha expressão com a Revolução Industrial, quando passa a ser exportado em grandes volumes para a Inglaterra. Segundo Andrade, o Nordeste tornou-se o principal produtor de algodão liderando a produção nacional até a década dos quarenta deste século.¹⁶

Assim, o fato do Nordeste ter sido, por excelência, a principal região produtora de algodão, contribuiu para que nesta região se concentrasse a indústria têxtil. Com efeito, "... em 1866, a cidade da Bahia e seus arredores abrigavam 5 das 9 fábricas existentes no Brasil".¹⁷ Além da presença da matéria-prima local, a Bahia contava com um significado mercado urbano e rural formado pela população escrava e de trabalhadores livres, para consumir tecidos grossos. Afora estes fatores, outros dois viriam contribuir para incentivar a indústria têxtil baiana: (1) imposição de uma tarifa adicional sobre todos os produtos de exportação que utilizassem sacos fabricados com panos importados e, (2) a decadência dos senhores de engenho, o que levou alguns deles a diversificar seus investimentos para a indústria têxtil.¹⁸

O quadro a seguir nos dá uma idéia da distribuição espacial da indústria têxtil brasileira na segunda metade do século XIX.

¹⁶ ANDRADE, Manoel Correia. A terra..., op. cit. pp. 150-51.

¹⁷ STEIN, Stanley J., op. cit., p. 35.

¹⁸ STEIN, Stanley J. op. cit., pp. 35-36.

ESTIMATIVA DA DISTRIBUIÇÃO DAS FÁBRICAS DE TECIDOS DE ALGODÃO BRASILEIRA, 1866, 1875, 1885.

PROVÍNCIA	1866	1875	1885
Maranhão	-	1	1
Pernambuco	-	1	1
Alagoas	1	1	1
Bahia	5	11	12
Rio	2	5	11
São Paulo	1	6	9
Minas Gerais	1	5	13
TOTAL	9	30	48

FONTE: STEIN, Stanley J., op. cit. p. 36.

Como se pode observar no quadro acima, em 1885, o Centro-Sul do país (Rio, Minas Gerais e São Paulo) já liderava o parque têxtil nacional, possuindo 33 das 48 unidades industriais. O Nordeste manteve seu parque industrial, praticamente inalterado na década de 1875-1885, enquanto que o Centro-Sul se expandia substancialmente. Observamos, pois, uma perda de posição da indústria têxtil nordestina frente ao do Centro-Sul do país.

A indústria têxtil nacional atravessou um longo período de prosperidade desde a sua implantação nos meados do século XIX até os anos 30 do século XX quando entra numa fase depressiva para só se recuperar no início da Segunda Guerra Mundial. Esse longo período de prosperidade se justifica pelo fato da indústria têxtil estar voltada para o mercado de tecidos grossos para a população rural, sobretudo aquela parcela ligada à agricultura de exportação. Assim, o desempenho da indústria têxtil dependia, em grande escala, do comportamento do setor exportador da economia brasileira. De fato, com os primeiros sinais da crise de 1929, a indústria

têxtil entra em declínio. Com efeito, a complementariedade entre o setor exportador e têxtil, foi reconhecida por Stein que assim se expressou sobre o assunto: "as cotações dos produtos de exportação regulam o poder aquisitivo dos trabalhadores rurais e suas famílias que, por sua vez, eram os consumidores dos tecidos grossos pela maioria das fábricas brasileiras. Era portanto, inevitável que o declínio dos preços do principal produto de exportação brasileira, o café, abalasse a manufatura têxtil de algodão e obrigasse os seus empresários a reivindicar medidas extraordinárias para se preservarem". (Grifo nosso)¹⁹

Como o centro sul do país já havia consolidado sua liderança política e econômica nacionalmente, tais reivindicações passam a ser encabeçadas pelas indústrias têxteis do Rio e São Paulo, que assim passam a solicitar medidas protecionistas para o setor, na maioria, contrárias aos interesses dos industriais do Nordeste brasileiro. A proibição de importação de novos teares, limitação das horas de uso dos teares, divisão do Brasil em dois mercados (Norte e Sul), regulamentação na importação do algodão do Nordeste para o Sul e outras; foram medidas que atendiam muito mais aos interesses dos industriais do Rio e São Paulo.²⁰ Desde então, o Centro-Sul assume a hegemonia na produção têxtil do país, relegando o Nordeste a segundo plano.

Para Oliveira²¹, as atividades agro-industrial e têxtil, no Nordeste, teve seu período de expansão do final dos anos sessenta do século XIX à primeira década do século XX. Com efeito, o crescimento da produção de algodão no sul do país — São Paulo e Paranã —, nos anos trinta, já competia com a do Nordeste, que não tinha condições de concorrer em qualidade e preço. Desse modo, a indústria têxtil do Centro-Sul, livrava-se da dependência da importação da matéria-prima do Nordeste.

¹⁹ STEIN, Stanley J., op. cit., p. 124.

²⁰ IBIDEM, pp. 123-166.

²¹ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia..., op. cit., p. 62.

Afora a indústria têxtil-açucareira, o Nordeste possuía outras atividades industriais de peso pouco expressivo se comparada com aquele setor.

Mesmo assim, conseguiu diversificar seu parque industrial que chegou a contar com as indústrias de cigarros (fábricas fundadas, respectivamente em 1872 e 1877), de chapéus, carroças, vinagre, etc.²²

Estas indústrias sobreviveriam até a década de 30, pois gozavam de proteção "natural", como por exemplo, o isolamento das regiões nacionais, que eram verdadeiros arquipélagos independentes no país. Nos termos de Caio Prado, "...a orientação da economia brasileira, organizada em produções regionais que se voltam para o exterior, impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis".²³

Após 1930, a indústria nordestina não teve condições de competir com a indústria do centro-sul, que melhor equipada passou a comandar o processo de desenvolvimento econômico do país, transformando-se no centro-motor da acumulação capitalista em escala nacional.

2.3 - Os Limites do Processo de Industrialização do Nordeste e a Divisão Interregional do Trabalho.

Como já salientamos o processo evolutivo da economia brasileira se direciona no sentido de servir às necessidades externas de acumulação. Em vista disso, a economia teve um caráter regionalizado, o que impediu uma integração nacional das várias regiões brasileiras, pelo menos até a década de trinta do século atual.

²² ANDRADE, Manoel Correia de. Estado..., op. cit. pp. 35-37.

²³ PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit. p. 258.

Nos dois primeiros séculos da colonização, o Nordeste ocupava o primeiro lugar na produção mundial de açúcar. Por este motivo havia um afluxo considerável de capital internacional para a Região. A partir do momento em que perde essa posição de destaque, o capital mercantil internacional desloca-se para se concentrar na produção do açúcar antilhano e do Caribe. Isso ocorreu, principalmente, a parte da segunda metade do século XVII.

No início dos anos vinte do século XIX, o capital internacional descobre uma nova mercadoria de alto valor comercial no mercado: o café. A partir de então, o setor cafeeiro passa a absorver, em grande escala, o capital financeiro que entra no país. O café passa a ocupar posição de destaque no cenário da economia nacional, relegando para segundo plano a produção do açúcar nordestina.

Com a expansão cafeeira, assiste-se no plano internacional a um processo crescente de monopolização, com o surgimento de novas potências, acirrando a concorrência inter-imperialista e, portanto, imprimindo novas formas de atuação do capital alienígena nas economias dependentes, diversificando a composição dos investimentos. Este fator circunstancial explica, em parte, a hegemonia que assumirá a Região Centro-Sul sobre as demais Regiões do país. De fato, é na "região" café que se instala um grande número de firmas comerciais e uma rede bancária significativa, o que não ocorreu no Nordeste açucareiro.

Outro fato importante que contribuiu para consolidar a posição hegemônica do Centro-Sul sobre o restante do país, se dá ao nível da estrutura das forças internas; a partir do Segundo Império, apesar de não haver mudado o caráter da produção que continuava — como na colônia —, voltada para a exploração de matérias-primas e produtos agrícolas para o mercado internacional. Enquanto que no período colonial "... o Estado português através das concessões havia fundado uma classe dominante cujas atividades econômicas(...) se subordinavam estritamente aos interesses da Metrôpole, no Primeiro Império, e principalmente no Segundo, essa relação se

inverte. De classe dominante fundada pelo Estado, o baronato brasileiro(...) passava a condição de classe dominante que repudiava um tipo de Estado estranho aos seus interesses e, portanto hostil. De posse do principal meio de produção — a terra —, essa classe detinha a total virtualidade de mediar o emprego da mão-de-obra(...) e, portanto, de autonomizar-se em relação ao Estado".²⁴

Poder-se-ia argumentar que este fenômeno, também, ocorrera no Nordeste com a independência do Brasil, ao romper o cordão umbilical político que prendia os coronéis dos engenhos a Metrôpole portuguesa. Por que então, o Nordeste não foi capaz de assumir a hegemonia do processo político econômico a nível nacional, já que tinha a posse da terra e a virtualidade de mediar o emprego da mão-de-obra? Porque o Estado, nos termos de Basbaum, "é sempre da expressão de uma classe mais ou menos homogênea apoiada em sólidas bases econômicas: a posse dos meios de produção".²⁵ Na verdade, os coronéis do Nordeste tinha a propriedade dos meios de produção — a terra, principalmente —, mas, por outro lado, sua mercadoria — o açúcar —, já não tinha o mesmo valor comercial no mercado internacional. As bases econômicas do Nordeste açucareiro estava em fase de decadência, enquanto que no centro-sul dava-se o contrário: o café surgia como única cultura capaz de recolocar o Brasil em posição de destaque no cenário mundial, consolidando a posição hegemônica da burguesia cafeeira, no processo de acumulação de capital internamente, bem como a sua posição hegemônica no processo político.

Com a Constituição de 1891, a burguesia do café mostra ao Brasil toda sua força.

De fato, como ressaltamos no capítulo dois, a Constituição de 1891 dava amplos poderes aos Estados da Federação e que por isso mesmo, os fazendeiros do café, impuseram ao

²⁴ OLIVEIRA, Francisco de. Emergência do modo de produção de mercadorias. op. cit. p. 12.

²⁵ BASBAUM, Leôncio. op. cit. p. 21 - V.2.

Governo de São Paulo uma política de valorização para a produção cafeeira, que se consubstanciava essencialmente, na compra dos excedentes do café pelo Governo. Assim, a burguesia cafeeira consegue impor ao restante do país uma política econômica definida de acordo com seus interesses.

Os coronéis do açúcar não puderam fazer o mesmo, porque seu produto de exportação já não gozava de uma posição de destaque no mercado internacional. Os coronéis do açúcar quase nada podiam fazer com o Estado.

Esta questão é analisada por Oliveira que constata que no final do Século XIX e início do Século XX, nas duas regiões, as bases da produção eram de corte nitidamente capitalista. Assim, por que a "região do café prosperou enquanto que a região do açúcar entrou em decadência? Para Oliveira, a diferença entre as duas "regiões" está no caráter de realização da mais-valia. "Entretanto o valor da 'Região' do café realizava-se externamente, daí sua dependência do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano começar a imprimir sua marca às formas de repartição do excedente social do seu produto, o valor da 'Região' do açúcar-têxtil realizava-se internamente".²⁶

Por todas essas razões enumeradas ao longo desta seção, é que o centro-sul — tendo a frente o Estado de São Paulo — se converterá no principal centro manufatureiro do país. Na década de 30, o parque industrial de São Paulo já havia promovido as bases para seu desenvolvimento, tendo o capital financeiro internacional propiciado toda uma infraestrutura de suporte às atividades industriais. Além disso, assistia-se, nos anos vinte, a uma invasão significativa de subsidiárias de empresas estrangeiras para aquela Região.

O isolacionismo regional ditado pelas próprias necessidades de acumulação do capital mercantil e posteriormente o financeiro, cede lugar a uma integração maior entre as Regiões, depois dos anos trinta. Com efeito, se a produção é

²⁶ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia. op. cit. p. 62.

fortemente polarizada numa Região, forma-se, então, uma rede comercial que se estende as demais Regiões, enfraquecendo a produção local pela concorrência dos produtos oriundos da Região onde a produção encontra-se concentrada. Desse modo, a produção nordestina que atendia, basicamente, ao mercado local, foi deslocada pela produção espacialmente concentrada principalmente em São Paulo, que estende assim, sua rede de comercialização de modo a cobrir e a integrar as demais Regiões do País.

Assim, são impostos limites à industrialização em outras regiões — pela região mais bem equipada e mais rica —, definindo-se uma divisão interregional do trabalho a nível nacional, com as regiões "periféricas" fornecendo matérias-primas ao centro dinâmico do país, em troca de produtos manufaturados. Assim as "regiões" periféricas vão sendo arrastado pelo vórtice do centro dinâmico da economia do país, perdendo sua autonomia e, por conseguinte, sua industrialização passa a ser comandada pelo pólo central da economia, o que enfraquece seu efeito sobre o mercado de trabalho local.

Para termos uma idéia mais nítida da estrutura industrial nordestina, analisemos o valor agregado da produção pelos diversos ramos nas décadas de quarenta e cinquenta, para podermos então, concentrar nossa atenção na nova estrutura industrial que se formará com a implantação da SUDENE.

Conforme podemos observar no quadro a seguir, nota-se uma tendência de maior participação do setor dinâmico no valor agregado do produto industrial. De fato, entre 1949 e 1959, o setor dinâmico mais do que duplica sua participação.

Isso se deve muito mais aos efeitos de divisão interregional do trabalho a nível nacional, do que mesmo a evolução natural do perfil regional da indústria. Com efeito, essa participação do setor dinâmico na composição do produto industrial, será acelerada a partir da criação dos incentivos fiscais em 1961. Essa questão será retomada no quarto capítulo, porque ela é importante para explicar a evolução do emprego, na Região. Registramos o fato para depois inseri-lo

NORDESTE DO BRASIL - VALOR AGREGADO INDUSTRIAL
(% sobre o total)

	1949	1959
I		
<u>Tradicionalis</u>	<u>86,5</u>	<u>69,9</u>
Madeira	1,1	1,7
Mobiliário	0,6	1,6
Couros e Pele	2,0	2,3
Têxtil	<u>35,3</u>	<u>24,1</u>
Vestuário e Calçado	1,8	2,2
Produto Alimentícios	37,9	29,6
Bebidas	3,2	3,0
Fumo	2,3	3,1
Editorial e Gráfica	2,1	1,9
Diversos	0,2	0,4
II		
<u>Dinâmica</u>	<u>13,5</u>	<u>30,1</u>
A		
<u>13,2</u>	<u>13,2</u>	<u>28,9</u>
Produtos de Minerais não metálicos	5,3	8,1
Papel e Papelão	0,5	1,7
Borracha	0,1	0,3
Química e Farmacêutica	-	-
Plásticos e perfumaria	5,6	16,7
Metalúrgica	1,7	2,1
B		
<u>0,3</u>	<u>0,3</u>	<u>1,2</u>
Mecânica	0,2	0,2
Material elétrico e de com.	-	0,2
Material de transporte	0,1	0,8
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: MOREIRA, Raimundo. O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979. p. 41.

no contexto da análise que vimos desenvolvendo, a fim de que possamos apreender melhor a estrutura do mercado urbano de trabalho no Nordeste.

3. A ESTRUTURA INDUSTRIAL DO NORDESTE PÓS-60 E O APROFUNDAMENTO DA DIVISÃO INTERREGIONAL DO TRABALHO.

3.1 - Breves Considerações Metodológicas

Como vimos na seção (2.3), a burguesia agro-industrial do Nordeste foi incapaz de impor, a seu favor, um projeto que lhe garantisse comando sobre o processo de acumulação a nível nacional. Essa debilidade deve-se, ao fato da "Região" café ter sido formada num momento em que o capitalismo internacional redefine novas formas de atuação junto as economias periféricas, bem como da consolidação da hegemonia da burguesia cafeeira no processo político nacional.

A diversificação dos investimentos estrangeiros, como decorrência da competição inter-imperialista em busca de matérias-primas e novos mercados para suas manufaturas — como o caso da Inglaterra que exportava máquinas têxteis ao invés de tecidos grossos para a população rural do Brasil — imprimia uma diversificação da estrutura interna da economia da "Região" café, altamente propícia ao desenvolvimento industrial. Tais modificações não ocorreram no Nordeste, porque esta Região já não oferecia atrativos ao capital estrangeiro. É o bastante lembrar, que os engenhos centrais fundados nas duas últimas décadas do século XIX, foram um verdadeiro fracasso, posto que as empresas estrangeiras — apesar da garantia de juros dada pelo Governo — deixaram de investir nestes engenhos para se concentrarem em outras atividades e/ou regiões do país.

Assim, uma região fortemente dependente do mercado externo para a realização de sua produção, entra em estagnação quando esse mesmo mercado se retrai. De sorte que, a burguesia agro-industrial nordestina, dada a debilidade da base

econômica em que se apoiava, diferentemente da burguesia cafeeira, foi incapaz de por-se a frente do processo de acumulação, como sendo seu agente indutor. Não tinha pois, condições de comandar o processo de acumulação, que passa, então, a ser conduzido pela burguesia que nasce da economia cafeeira.

Dentro dessa perspectiva, qualquer estudo regional deve-se situar não de maneira a enxergar o regional de modo autônomo, mas sim, a partir do contexto nacional, onde as necessidades de acumulação de capital, tanto a nível nacional como internacional, ditam as regras dessa reprodução.

Por essa razão, discutimos no capítulo segundo o processo de industrialização brasileira, ressaltando sua característica concentradora (especialmente), e sua fraca autonomia, cujos efeitos são um débil fluxo intersetorial e um baixo multiplicador do emprego. Assim, pelo fato do Nordeste ser uma Região que faz parte de um contexto nacional hegemonicamente dominada pelo Centro-Sul do país, sua industrialização se dará vinculada ao pólo central da economia nacional, obedecendo, basicamente, às exigências em escala nacional do processo de acumulação de capital.

3.2 - A Criação da SUDENE: uma Rápida Digressão.

O processo de desenvolvimento desigual, fortemente polarizado na Região Centro-Sul do país, iria cobrar o preço de suas contradições com o acirramento dos conflitos intraregional, principalmente naquelas regiões que foram relegadas a segundo plano por esse processo. É, justamente no Nordeste onde esses conflitos se apresentam com maior intensidade e, ganham dimensão com a ascensão das chamadas classes populares (semi-camponeses, pequenos sitiantes, meeiros, arrendatários e proletariado urbano), cuja a expressão política é encontrada nas ligas camponesas, bem como sindicatos de diversas filiações e orientações.²⁷

²⁷ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia... op. cit., p. 106.

A eleição de Miguel Arraes em 1962 para Governador de Pernambuco, apoiada na coligação PTB, PCB e PSB²⁸, mostra a participação crescente das classes populares rurais e urbanas no processo político do Estado. Além disso, a eleição de Miguel Arraes, demonstra por outro lado, o fortalecimento de oposição das classes populares aos coronéis e aos industriais. Este argumento ganha notoriedade se levarmos em consideração que em 1958, Cid Sampaio havia ganhado as eleições para Governador de Pernambuco pela União Democrática Nacional (UDN) que representava a burguesia industrial. Por isso, assiste toda razão a Francisco de Oliveira quando afirma que o Governo de Miguel Arraes "... estava na verdade, em oposição não apenas a burguesia industrial regional, mas, principalmente, em oposição a burguesia industrial que se tornava nacionalmente hegemônica a partir do Centro-Sul".²⁹

A nível nacional, a exacerbação das pressões populares no Nordeste, representava um enfraquecimento político do Governo Central na Região. As eleições de 1958 já evidenciavam a perda de controle sobre a Região por parte do Governo Federal.³⁰ De fato, a UDN venceu as eleições em 1958 em Pernambuco; na Bahia, o Governador é eleito pela coligação UDN, PST e PSB; no Piauí, PTB coligado a UDN; em Sergipe, UDN coligada ao PTB.

O enfraquecimento político do Governo Federal no Nordeste, já era temido pelos representantes do P.S.D., que antes mesmo do Presidente Juscelino tomar posse, dirigem a este, um memorial onde se ressaltava as preocupações com a sobrevivência futura do partido na Região. Um trecho desse memorial, explica com clareza a preocupação dos líderes pesse-distas:

²⁸ COHN, Amélia. Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE. São Paulo. Ed. Perspectiva S.A., 1976. p. 94.

²⁹ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia..., op. cit. p. 109.

³⁰ COHN, Amélia. op. cit., pp. 92.98.

"...dentro da maior lealdade e disciplina partidária, mas tendo em vista inclusive as condições necessárias ao êxito e até mesmo a sobrevivência do partido nas duas regiões (Norte e Nordeste), os senadores e deputados pessedistas, cujas assinaturas seguem, apresentam o protocolo reafirmando sua confiança nas raras qualidades de inteligência e da ação do Sr. Juscelino Kubitschek, em sua vocação pública excepcional, assim como nas repetidas afirmações, que fez o nosso grande candidato nos memoráveis discursos que pronunciou nas cidades nordestinas e nordestina - solicitam a atenção do futuro Presidente da República para a obra de recuperação e desenvolvimento do Norte e Nordeste".³¹

Assim, diante da iminência da perda de controle do Governo Central sobre a Região, e da eclosão dos conflitos sociais encabeçados pelas chamadas classes populares; a própria sobrevivência do sistema capitalista como um todo no Brasil era questionada. Em outras palavras, isso representava uma ameaça à própria burguesia do Centro-Sul do país que se firmava hegemonicamente a nível nacional.³² A SUDENE será, então, a forma de intervenção planejada do Estado na Região, com o intuito de reduzir os avanços e as pressões da massa radicalizada.

Assim sendo, a SUDENE será, pois, um órgão de planejamento regional subordinado ao poder central, e ao mesmo tempo, o veículo de expansão e consolidação da hegemonia da burguesia industrial do Centro-Sul do país sobre a Região. Nos termos de Oliveira, "a SUDENE traz inscrita, desde a sua origem, a marca da intervenção 'planejada' no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos-diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes intraregional e de uma expansão, pelo

³¹ SOUZA, J. Colombo de. O Nordeste e a tecnocracia da Revolução. Brasília: Horizonte, 1981. p. 103.

³² OLIVEIRA, Francisco de. Elegia..., op. cit. pp. 106.124.

poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul" (grifo nosso).³³

De fato, a criação da SUDENE em dezembro de 1959, foi um produto ideológico do desenvolvimento juscelinista que considerava o desenvolvimento econômico e social como uma mera consequência do desenvolvimento industrial. Dentro dessa perspectiva, a industrialização, passa a ser considerada como uma alternativa para a resolução dos desníveis interregionais de crescimento. Desta forma, torna-se explícito um processo de desenvolvimento interregional institucionalizado, com a SUDENE atuando como um veículo de expansão das empresas do centro-sul na Região, cujo caráter (da expansão) oligopólico aprofunda a divisão regional do trabalho, já em curso desde o início deste século.

3.3 - O Novo Perfil Industrial e a Formação do Mercado de Trabalho no Novo Ambiente Urbano do Nordeste.

A presente subseção tratará de investigar mais especificamente a formação do mercado de trabalho regional. A análise precedente deverá servir como um "pano de fundo" na orientação de nossa investigação. Desse modo, deveremos ter em mente, os seguintes aspectos: (1) o processo de centralização do capital, na Região, se inicia com a implantação dos engenhos centrais e se consolida com a formação do parque usineiro; (2) o próprio desenvolvimento tardio do parque têxtil regional e que por isso mesmo já nasce com elevado grau de concentração (vide capítulo segundo) e, finalmente, (3) o caráter hegemônico do Centro-Sul do país que, a partir dos anos trinta comanda o processo de desenvolvimento industrial a nível nacional.

Para darmos uma concatenação melhor às nossas idéias, retomaremos cada um destes aspectos acima enumerados, e ana-

³³ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia... op. cit. p. 116.

lisaremos seus impactos sobre a formação do mercado de trabalho regional.

O processo de concentração e centralização da produção açucareira resultou numa proletarianização crescente dos trabalhadores rurais, expulsando-os da zona canavieira. Atualmente, a maioria deles reside nas cidades, vilas e povoações próximas às usinas.

Para melhor entendermos o processo de concentração e centralização da produção açucareira e suas conseqüências sobre o mercado de trabalho, devemos recuar um pouco na história.

De fato, conforme salientamos anteriormente, a produção açucareira fundava sua dominação no latifúndio — antigas sesmarias de dimensões descomunais — e na exploração da mão-de-obra, sob determinadas relações sociais de produção que iam desde o trabalho compulsório (trabalho escravo) até o trabalho assalariado. Com efeito, a estrutura social do Nordeste açucareiro era dicotomizada em duas classes distintas: "... de um lado, no ápice da pirâmide social o grande proprietário (senhor de engenho e da Zona da Mata, fazendeiro e/ou criador no Agreste e no Sertão), isto é, o coronel todo-poderoso da guarda-nacional(...). Do outro lado, estavam os escravos e os moradores, que, embora livres, gozavam de piores condições que os próprios escravos".³⁴

Afora os trabalhadores diretos³⁵ (os escravos) também participavam da produção trabalhadores assalariados e juridicamente livres, como por exemplo, o Feitor-Mor (a quem cabia a responsabilidade pela administração geral do engenho); o mestre do açúcar; o purgador (encarregado do processo

³⁴ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste insurgente: 1850-1890*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. p. 12.

³⁵ A classificação trabalhadores direto e não-diretos é de Albuquerque, Manoel Maurício. op. cit. pp. 56-66. Tal classificação, segundo nossa opinião, parece obedecer mais os critérios de trabalho escravo e "Livre", do que mesmo às exigências da divisão técnica do trabalho.

de embranquecimento do açúcar), o coxeiro e outros mais.³⁶

Várias dessas funções (coxeiros, purgadores, etc.). Foram eliminadas com a inovação tecnológica por que passou o processo de produção açucareira nas últimas décadas do século XIX com a implantação dos chamados engenhos centrais. É o caso, por exemplo, do processo de purgamento do açúcar que consistia em colocar barro na parte superior da forma.³⁷ Este processo foi eliminado — conseqüentemente a própria função de purgador — com a instalação de aparelhos capazes de fabricar o açúcar branco.

Com a implantação dos engenhos centrais, muitos trabalhadores especializados são despedidos. E aqui, fica mais do que patente que o movimento histórico de acumulação de capital, age no sentido de tornar superfluo uma parcela cada vez maior de trabalhadores. De fato, o uso da maquinaria em grande escala, ao desvanecer o valor-de-uso da força de trabalho, leva ao desaparecimento do seu valor-de-troca. Em vista disso, como afirmou Marx, "... o trabalhador é posto fora do mercado como o papel moeda é retirado da circulação".³⁸

Com a instalação das usinas, em substituição aos engenhos centrais, acelera-se ainda mais o processo de superfluidade dos trabalhadores rurais. De fato, as usinas possuindo maior capacidade de esmagamento da cana-de-açúcar, "... passaram a adquirir engenhos e aumentar as dimensões de sua propriedade; ao mesmo tempo que faziam esse crescimento externo — por agregação de novas terras —, faziam um crescimento interno, reduzindo ou mesmo extinguindo, as áreas destinadas à cultura de subsistência de seus moradores".³⁹

³⁶ Para uma análise mais detalhada das relações sociais de produção do Nordeste colonial-açucareiro, o leitor poderá consultar Andrade, Manoel Correia (A terra e o homem no Nordeste), Albuquerque e Monteiro., op. cit..

³⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. A terra..., op. cit., p. 98.

³⁸ MARX, Karl. op. cit. pp. 492-3.

³⁹ ANDRADE; Manoel Correia de. A terra..., op. cit. pp. 27-28.

A proporção que novos engenhos iam sendo agregados ao patrimônio das usinas, ampliavam-se as áreas de cultivo da cana-de-açúcar, distanciando-se cada vez mais a matéria-prima das usinas. A construção de estradas de ferro (planejadas com a criação dos engenhos centrais) permitia transportar com maior velocidade e economia de tempo, quantidades enormes de cana-de-açúcar de longas distâncias. Com isso, desaparece não só o uso dos antigos carros-de-boi, como também dos cambiteiros, que eram trabalhadores empregados para transportar — em costas de animais (burros) — a cana até os engenhos.

Assim, o processo de modernização e inovação da produção agro-manufatureira do açúcar, transforma milhares de trabalhadores em indivíduos sem ter o que fazer, engrossando assim, as fileiras do exército industrial de reserva. A grande usina destrói não só aquelas ocupações que exigiam certa qualificação (mestre do açúcar, banqueiros, feitores, coxeiros, etc.), como também torna superfluo vários trabalhadores sem nenhuma qualificação, como é o caso dos cambiteiros. Além disso, milhares de camponeses são expulsos de suas terras para ceder lugar a plantações de cana-de-açúcar. Que diria Thomas Morus do Nordeste brasileiro se comparado àquele estranho país (Inglaterra no século XVI) "onde os carneiros comem os homens".⁴⁰ Para ele, o Nordeste deveria ser o "país" onde as plantas devoram os homens.

Esse processo de destruição de ocupações e de superfluidade do trabalhador não parou por aí. Atualmente, grandes investimentos estatais vem sendo feitos nos terminais de exportação açucareiro e salineiro do Nordeste, com fortes efeitos negativos sobre a absorção da mão-de-obra local. No caso do açúcar, a modernização no processo de embarque facilitou a sua exportação a granel dispensando o uso de sacarias, conseqüentemente dispensando parte da mão-de-obra ligada a esta atividade. "... No caso do sal, foi construído pela Termisa companhia em que o Estado dispõe de 51% das ações

⁴⁰MORUS, Thomas., citado por Marx, Karl., op.cit. pp. 91-92.

e os grupos produtores de sal de Areia Branca e de Macau 49%, um porto-ilha, a 9 milhas da costa(...). O transporte do sal é feito em embarcações da Termisa, acabando com os velhos ba tetões que faziam o transporte do porto para os navios, que fundeavam a 9 ou a 10 milhas da costa, antes da construção do porto-ilha".⁴¹ Mais uma vez, a modernização do processo de produção contribui para tornar superfluo uma parcela da população trabalhadora.

Agora devemos retomar o segundo ponto assinalado no início desta seção, qual seja, o desenvolvimento tardio do parque têxtil regional. Este ponto, embora já tenha sido enfatizado ao longo do segundo capítulo, merece ainda algumas observações.

Como salientamos anteriormente, a Bahia foi o Estado que primeiro fundou seu parque têxtil (1844), possuindo em 1866, 5 das 9 unidades industriais do país. Essa posição de destaque do Nordeste — liderada pela Bahia — começa a perder terreno para o centro-sul do país (São Paulo e Minas) a partir de 1885, conforme analisamos na subseção (2.2) deste capítulo.

A implantação do parque têxtil regional, propiciou o surgimento de outras atividades industriais, como por exemplo, a indústria de óleos vegetais, que beneficiando as sementes de algodão e mamona, produziam, além de óleos comestíveis, sabão e velas. Ao lado dessas indústrias surgem as indústrias de chapéus, carroças, alimentos, etc., de sorte que o Nordeste contava na década de trinta (século XX) com um parque industrial bem diversificado.

Embora diversificado, o parque industrial regional surge bastante concentrado, o que permitiu o aparecimento de uma multiplicidade de emprsas de dimensões reduzidas, atuando naqueles espaços não ocupados pela grande indústria.⁴²

⁴¹ ANDRADE, Manoel Correia de. Estado..., op. cit. pp. 91-92.

⁴² Ver capítulo segunda seção 2.1., onde discutimos o processo de concentração industrial. Ao lado de grande indústria concentrada sobrevive uma infinidade de empresas de dimensões reduzidas. Este fato será constatado quando da análise da estrutura do mercado urbano de trabalho. Que será discutida no capítulo quarto.

A partir dos anos 30, quando o processo de industrialização polariza-se fortemente no Centro-Sul do país, a Região Nordeste muda radicalmente seu quadro urbano-industrial: a concorrência dos bens industriais fabricados no Centro-Sul provoca uma retração das unidades produtivas nordestina, chegando até mesmo a liquidar várias empresas, agravando e criando uma situação de verdadeiro desemprego de recursos na Região.⁴³

É a partir daí que o Nordeste num processo de estagnação, que se acentua nos anos cinquenta, quando o seu setor industrial entra em crise, incapaz de competir com a indústria do Centro-Sul do país, que mais bem equipada, oferecia melhores condições de qualidade e preço dos produtos.

Este fato, entre outros⁴⁴, contribuiu para aguçar ainda mais os conflitos políticos e sociais da Região, que terminaram por levar o Estado a intervir no Nordeste. A SUDENE representou a forma de intervenção planejada do Estado, cujo objetivo primordial foi integrar a economia regional à reprodução do capital a nível nacional.

A lei 3.692 de 15/12/59 que instituiu a SUDENE, isentava em seu Artigo 18, quaisquer impostos e taxa de importação de equipamentos destinadas ao Nordeste.⁴⁵ Além disso, nos termos de Oliveira, "...o novo organismo (SUDENE) detinha entre suas funções, a capacidade de criar empresas mistas, combinando capitais da União, dos Estados e até do setor privado".⁴⁶

A proporção em que os Planos-Diretores iam sendo aprovados, modificações legislativas eram introduzidas na SU-

⁴³ OLIVEIRA, Francisco de. Mudanças na Divisão..., op.cit. pp.39-75.

⁴⁴ A exacerbação dos conflitos sociais atinge seu climax com a seca de 1958, quando quase 13% da população nordestina são afetadas diretamente (COHN, Amélia. Crise regional e planejamento. op. cit. p. 68).

⁴⁵ SUDENE: vinte anos. Recife, 1980.

⁴⁶ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia..., op. cit. p. 116.

DENE. Assim temos, a Lei número 3.995, de 14 de dezembro de 1961, que aprovou o I Plano Diretor da SUDENE, que institui no seu Artigo 34, a dedução de 50% do imposto de renda devido para as pessoas jurídicas de capital 100% nacional. Com a aprovação do Segundo Plano Diretor, em 27 de julho de 1963, pela Lei 4.239, no seu Artigo 18, previa-se a dedução do imposto de renda (50%) devido, inclusive, para as empresas estrangeiras. Assim, o mecanismo e incentivos fiscais passou a ser denominado de Sistema 34/18.⁴⁷

Estava assim institucionalizada a plataforma de favores fiscais, que foi decisiva para atrair as inversões para a Região. Tais inversões serão dirigidas preferencialmente para os setores de bens de consumo duráveis, bens de capital e bens intermediários, tendo este último setor absorvido 57,2% das inversões no período 1960-78.⁴⁸ O setor de bens de consumo não-duráveis, neste mesmo período, respondeu apenas por 27,5% do total das inversões. O quadro abaixo, nos dá uma visão melhor do perfil industrial, resultante dos projetos aprovados pela SUDENE.

PROJETOS APROVADOS, SEGUNDO NATUREZA SETORIAL
(1960-78)

Destinação	Investimentos (Cr\$ milhões)*	
	Número absolutos	%
Bens de consumo não-duráveis	64.167	27,5
Bens de consumo duráveis e de capital	35.682	15,3
Bens intermediários	133.554	57,2
Total	233.403	100,0

FONTE: SUDENE - vinte anos p. 103.

(*) a preços de 1978

⁴⁷SUDENE: vinte anos. op. cit., pp. 26-28

⁴⁸SUDENE: vinte anos. op. cit., p. 103.

Observa-se, pois, que os setores de bens de capital e de consumo intermediários, juntos, absorveram mais de 70% do total de inversões realizadas na Região. Por isso, assiste toda razão a Francisco de Oliveira que afirma que "...a criação de novas unidades industriais, no Nordeste, aparece, assim, como resposta à necessidade de ativar o setor de produção de bens de capital da economia brasileira como um todo, e, mais especificamente da Região Sudeste".⁴⁹ Assim, a industrialização que se processou no Nordeste visava encontrar, na Região⁵⁰, mercado para a indústria do Centro-Sul, e não, uma industrialização voltada para atender às necessidades locais.

Esta questão é importante porque explícita com clareza o feito de que a intervenção planejada da SUDENE, no Nordeste, não significou um processo regional de desenvolvimento autônomo.⁵¹ De fato, a criação do 34/18, privilegiou, inegavelmente, os empresários do Centro-Sul do país, estabelecendo, assim, um vínculo institucional entre os agentes ofertadores e demandadores de crédito.⁵² A reprodução do capital, no Nordeste, se deu e ainda continua a se fazer sob o comando da burguesia industrial do Centro-Sul.

⁴⁹ OLIVEIRA, Francisco de. Mudanças na divisão..., op. cit. p. 60.

⁵⁰ Reconhecemos — como bem demonstrou Raimundo Moreira —, que a criação de demanda para a indústria do Centro-Sul do país, poderia ter sido criada, inclusive, no próprio Centro-Sul e/ou em qualquer outra Região do País. O que queremos destacar é o fato de que a industrialização do Nordeste, não teria necessariamente que, atender às necessidades da Região. A utilização do mecanismo 34/18 a partir de 1963 — num período em que a economia brasileira atravessava uma crise profunda — desempenhou um papel importante como mecanismo de saída da crise. E, de mais a mais, o sistema 34/18 era o único mecanismo disponível no momento da crise por que passava a economia. A inflação, o crédito governamental e o capital estrangeiro, como fontes de financiamento utilizadas como suporte financeiro do processo de acumulação desde os anos cinquenta, haviam esgotadas sua capacidade de continuar a sustentar aquele processo. Vide Moreira, Raimundo. op. cit. e segundo capítulo deste trabalho.

⁵¹ MOREIRA, Raimundo. op. cit., pp. 77-87.

⁵² OLIVEIRA, Francisco de. Mudanças..., op. cit. p. 59.

Dentro desse contexto, a estrutura industrial resultante da "política regional" de industrialização, teria necessariamente que estar acoplada a matriz industrial do pólo dinâmico da economia. De fato, como não se cogitou, em nenhum momento, desde a criação do GTON(1957) e passando pelos diversos Planos Diretores da SUDENE, uma política de distribuição pessoal de renda — já que uma distribuição não poderia ser feita via planejamento⁵³ —, e, considerando a exigüidade do mercado interno consumidor, a industrialização do Nordeste teria que visar, antes de mais nada, criar demanda para o Centro-Sul do país.

Em função da necessidade de acoplar a industrialização do Nordeste às necessidades de reprodução do capital em escala nacional, seus efeitos quanto à geração de empregos, na Região, são limitados. Com efeito, como reconhece Moreira, "... apesar da industrialização do Nordeste de ter operado com base nos ramos considerados 'dinâmicos' e com maiores possibilidades de efeitos para trás, não parece ser este o resultado provocado, pelo menos a curto e a médio prazo". E mais adiante: "... a industrialização do Nordeste mostrou alto grau de dependência e uma total funcionalidade em relação à indústria do Centro-Sul(...). Portanto, os efeitos da industrialização do Nordeste são reduzidos no sentido de provocar uma maior rede de fluxo intra-setoriais a nível da Região Nordeste, e de criar a possibilidade de gerar novas atividades com um grau maior de interdependência".⁵⁴

Não é difícil fundamentarmos esse radiocínio. Para termos uma idéia, 44,43% dos insumos industriais produzidos no Nordeste, em 1977, foram destinados ao Centro-Sul do país, enquanto que 27,42% foram consumidos internamente.⁵⁵ Por ou-

⁵³ O planejamento no sistema capitalista nada mais é do que uma forma de racionalização de reprodução ampliada do capital (Oliveira, Francisco de., op. cit.)

⁵⁴ MOREIRA, Raimundo. op. cit., p. 145.

⁵⁵ FERREIRA, José Carlos e outros. Incentivos Fiscais e a criação de emprego no Nordeste. SUDENE-CAEN, 1979. p. 72.

tro lado, os setores metalúrgicos, material elétrico e de comunicação, demandaram 80% de insumos extra-regional.⁵⁶

Assim, a industrialização do Nordeste, também, não resultou do amadurecimento das pequenas empresas, o que "... explica em grande parte a extrema concentração industrial e o seu complemento, a multiplicidade de dimensões particularmente reduzidas (menos de cinco operários) provisoriamente sobrevivendo nos bolsões de demanda não ocupados pela indústria concentrada".⁵⁷ Assim sendo, fica patente a incapacidade criadoras de atividades induzidas a nível regional da economia, tornando, portanto, evidente a fraqueza multiplicadora do emprego industrial.

De fato, com a institucionalização da divisão inter-regional do trabalho que se dá com a criação da SUDENE, as atividades industriais criadas através do mecanismo 34/.8, explicitam com maior clareza o papel pouco relevante que tais atividades tiveram na geração do emprego.

Para melhor fundamentarmos o nosso raciocínio, analisemos o comportamento setorial do emprego através da relação mão-de-obra/inversão, para uma melhor apreciação da capacidade geradora de empregos da indústria regional. Para isso tomemos o total de investimentos realizados, na Região, por gênero de indústria, no período 1960-1978.

Conforme podemos observar no quadro a seguir, os setores industriais que apresentam maior coeficiente mão-de-obra/inversão, são justamente aqueles que menos pesam na estrutura industrial da Região, como por exemplo, o setor têxtil com um coeficiente de 1,7; vestuário, (5,5); produtos alimentares, (3,4); matérias plásticas, (2,6); fumo (6,5). Os setores de bens de capital e de consumo intermediários são os que apresentam menores coeficientes. Dentre eles destacamos o setor químico com uma relação mão-de-obra/inversão da

⁵⁶ IBIDEM, p. 68.

⁵⁷ DOWBOR, Ladislau. op. cit. p. 169.

PROJETOS INDUSTRIAIS APROVADOS, POR GÊNERO DE INDÚSTRIA
(1960-78)

Gênero de Indústria	Investimento* (A)	Emprego (B)	B/A
I (TRADICIONAIS)			
Madeira	1.602	3.082	1.9
Mobiliário	547	2.549	4.6
Papel e Papelão	7.631	7.747	1.0
Borracha	1.990	3.435	1.7
Coros e pele	1.894	3.804	2.0
Têxtil	35.315	62.287	1.7
Vestuário	6.224	34.224	5.5
Produtos Alimentares	9.981	33.674	3.4
Bebidas	2.204	2.916	1.3
Fumos	49	323	6.5
Editorial e Gráfica	663	1.155	1.7
Diversos	1.325	414	0.3
II (DINÂMICOS)			
Extrativa Mineral	2.159	3.448	1.6
Minerais não-metálicos	13.446	20.375	1.5
Metalurgia	38.975	31.956	0.8
Mecânica	3.367	8.425	2.5
Material Elétrico	7.557	14.528	1.9
Material de transporte	3.923	13.140	1.7
Química	64.516	29.313	0.4
Produtos Farmacêuticos	715	1.261	1.7
Perfumaria, sabão e velas	500	885	1.7
Matérias plásticas	2.275	6.097	2.6

FONTE: SUDENE/Vinte anos.

(*) Cr\$ milhões, a preços de 1978.

ordem de 0.4; metalurgia (0.8). E, são estes dois últimos setores que representam maior peso na estrutura da indústria da Região, resondendo com mais de 70% das inversões que foram realizadas no Nordeste no período 1960-78.

Observa-se, pois, que as repercussões dos investimentos industriais sobre o emprego, notadamente o setor produtor de bens de capital e de consumo intermediários, foram pouco significativas. As razões disso, devem ser creditadas, primeiro, ao fato da estrutura industrial resultante da política de desenvolvimento para o Nordeste, está acoplada a uma matriz de insumo-produto que se localiza fora da Região; segundo, a extrema concentração da indústria, relativamente, ao estágio de desenvolvimento regional.

Ainda assim, a evolução do setor industrial da Região, bem antes da criação da SUDENE, já apontava para a formação de um tipo de estrutura industrial, que necessariamente teria que estar acoplada a uma matriz, cuja base estava fora da Região: no centro-sul. De fato, conforme vimos na seção 2.3, a mudança no perfil do valor agregado da produção industrial da Região, muda substancialmente nas décadas de quarenta e cinquenta. Com efeito, o setor dinâmico (bens de capital e de consumo intermediários) que participava com 13,5% no valor agregado da indústria em 1949, eleva essa participação para 30,1% em 1959. Com a criação da SUDENE, essa tendência é reforçada, pois, do total de investimentos realizados na Região, via mecanismo 34/18, mais de 70% dos recursos foram absorvidos pelo setor de bens de capital e de consumo intermediários.

Concluindo, portanto, o processo de industrialização do nordeste, por (1) repousar sobre uma base com fracos efeitos de criação de atividades induzidas; (2) elevado grau de concentração; (3) um mercado interno consumidor limitado; e (4) a própria incapacidade da SUDENE — como órgão de planejamento — de promover uma política autônoma de desenvolvimento regional; foi incapaz de resolver o problema social mais agudo da Região: qual seja, a redução do desemprego.

Observamos, pois, que as atividades industriais incentivadas, via SUDENE, tiveram um papel pouco relevante na absorção de mão-de-obra. Diante disso, resta considerarmos o comportamento do setor terciário na geração de empregos. Para tanto, devemos fazer algumas considerações de ordem teórica, sobre a divisão social do trabalho, a nível dos setores secundários e terciário.

Posta a questão nestes termos, ela nos remete a uma outra que é a forma de como se deu a inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e as redefinições dessa divisão a nível interno da economia.

Conforme já assinalamos por diversas vezes, a economia brasileira, dado seu caráter de inserção na divisão internacional do trabalho, foi uma economia, historicamente, voltada basicamente para a exportação de bens primários. Esse caráter extrovertido da economia obrigou a que se criasse aqui, condições materiais para propiciar a produção desses bens destinados ao mercado externo. Funda-se, então, toda uma infra-estrutura capaz de propiciar a realização daquele objetivo: rede comercial, lojas, bancos, estradas, ferrovias, portos, companhias de seguros, etc. Por isso, como afirma Oliveira, "... uma economia voltada basicamente à exportação de bens primários, fatalmente terá um terciário maior que o secundário".⁵⁸ Isso é bastante para negar a tese de Colin Clark⁵⁹ de que o terciário é preponderante, tanto na geração do emprego como na apropriação da renda, justamente naqueles países em que já atingiram um estágio elevado de desenvolvimento.

⁵⁸ OLIVEIRA, Francisco de. O terciário..., op. cit. p. 147.

⁵⁹ De modo a analisar o desenvolvimento econômico entre os diversos países, Colin Clark estabeleceu uma lei de evolução dos setores da economia (primário secundário e terciário), mostrando que o progresso econômico se realiza no sentido de uma participação crescente do terciário na geração do emprego e na apropriação do produto. Ver Oliveira, Francisco de. O Terciário e a Divisão Social do Trabalho. in Estudos CEBRAP nº 24. Riviére, Marc. Economia Burguesa e Pensamento Tecnocrático. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.

A partir do momento em que a indústria passa a comandar o processo de acumulação, o caráter das relações inter-setoriais é redefinido de acordo com as exigências do desenvolvimento industrial. Diferentemente do "antigo" terciário, cuja função era sustentar o processo de circulação e distribuição dos bens destinados ao mercado externo; agora, o terciário tem o papel de sustentar, também, a expansão do setor secundário da economia. Com efeito, os serviços de produção — comércio, transporte, comunicações, armazenagem, intermediação financeira —, de consumo individual e de consumo coletivo — saúde, educação, transporte coletivo, saneamento —, se expandem e se modernizam. Essa expansão e modernização irá depender do estilo do processo de industrialização e da estrutura da distribuição da renda. De fato, uma industrialização comandada pelo setor produtor de bens de consumo duráveis, induzirá a criação daquelas "... atividades que são classificadas no terciário e que mais propriamente se poderia chamar de um secundário de reparação ou de reposição. É o caso das pequenas oficinas de conserto de toda a espécie, desde as do mecânico da esquina que cada vez que mexe no automóvel o torna menos mecânico, até as pequenas oficinas de conserto de liquidificadores, bateadeiras, geladeiras, máquinas de lavar, etc.". ⁶⁰

Por outro lado, se o processo de industrialização é comandado pela indústria de bens de capital e de consumo intermediários, "... não haverá lugar para oficinas de conserto de fundo de quintal: oficinas de conserto de tornos, fresaduras, prensas, etc. São a rigor tão fábricas quanto às que produzem originalmente essas mercadorias, e não se compatibilizam com uma estrutura de pequenos estabelecimentos, onde a força de trabalho do próprio dono é mais um simulacro do seu túmulo que da acumulação de capital". ⁶⁰

Diante desse quadro de idéias, dado o padrão de acumulação industrial, na Região, fundado nos setores de bens de

⁶⁰ OLIVEIRA, Francisco de. O terciário... op. cit. p. 154.

capital e de consumo intermediário, as interligações que se estabelecem entre o secundário e terciário, deverão se confirmar; primeiro, a estrutura de desenvolvimento do setor secundário; segundo, ao processo polarizado da indústria nacional — fortemente concentrada no centro-sul do país —, que passou a exigir todo um aparato para a circulação e distribuição das mercadorias produzidas pelo pólo dinâmico.

Em vista disso, os limites de expansão do terciário, relativamente à sua capacidade no processo de absorção de mão-de-obra, são determinados pela Divisão Social do Trabalho, que estabelece a estruturação deste setor.

No próximo capítulo, esperamos comprovar empiricamente todos os argumentos aqui levantados: que a industrialização do Nordeste teve pouco impacto sobre o emprego e, que o terciário — dada a sua estruturação, determinada que foi pela divisão social do trabalho — terá um papel limitado na absorção de mão-de-obra.

ESTRUTURA DO MERCADO URBANO DE TRABALHO NO NORDESTE

1. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

É chegado o momento de examinarmos, mais detalhadamente, os fatores determinantes da estrutura do emprego no ambiente urbano do Nordeste. Antes, porém, cabe passarmos em revista algumas conclusões a que chegamos ao longo dos três primeiros capítulos, de modo a facilitar o entendimento dos argumentos aqui desenvolvidos.

Assim sendo, a análise desenvolvida no primeiro capítulo, sobre a evolução do processo de trabalho, demonstrou que uma parcela considerável da força de trabalho torna-se supérflua, ou seja, não mais necessária às exigências de reprodução do capital. Esta parcela da população trabalhadora deslocada, jogada fora do mercado, é obrigada a buscar sua sobrevivência em formas de organizações da "produção" das mais variadas. Assim, a evolução, a modernização do processo de trabalho, passando a exigir novas "qualificações" da mão-de-obra, contribui para ampliar, criar e recriar atividades que possibilitem a subsistência de amplas camadas da população.

No segundo capítulo, onde tratamos do processo de acumulação industrial no Brasil, ressaltamos as bases para a formação do mercado de trabalho. Nossa investigação centrou-se na análise do desenvolvimento tardio da indústria brasileira, que nasce extremamente concentrada e apoiada na importação de bens de capital, determinando assim, um tipo de estrutura industrial, caracterizada por fracos efeitos de criação de atividades induzidas a nível interno da economia.

Cabe, ainda, ressaltar, que o processo de industrialização brasileiro não resultou de um amadurecimento das pequenas para as grandes empresas. Ao contrário, seu desenvolvimento começa pela grande empresa, em detrimento da pequena produção que é destruída, ou, reproduzida em outros espaços não ocupados pela indústria concentrada. Essa destruição das pequenas empresas pelas grandes unidades industriais, significa uma participação crescente destas últimas no emprego total. Nos termos de Souza, "a mão-de-obra, que estava originalmente ocupadas nas formas não tipicamente capitalista de produção, vai sendo liberada de suas funções, dada a destruição de seu mercado pela penetração capitalista, necessitando, portanto, buscar outro meio de subsistência. Se for possível reproduzir a pequena produção em outra área ou outra atividade urbana ou rural, a mão-de-obra deslocada pela penetração capitalista procura recriar seu modo de vida anterior". (Grigo nosso)¹

Finalmente, no terceiro capítulo, chegamos a conclusão — como já era esperado pelo que analisamos no segundo capítulo —, de que o processo de industrialização no Nordeste, teve pouco impacto sobre o emprego na Região. Nosso raciocínio fundamentou-se no fato de que a indústria "regional" repousa sobre uma base com fracos efeitos de atividades induzidas, a nível interno, presa que está a uma matriz de insumo-produto, cuja base encontra-se no Centro-Sul do país.

2. FATORES DETERMINANTES DA ESTRUTURA DO EMPREGO NÃO-AGRICOLA NO NORDESTE.

Podemos agora, esquematizar os fatores determinantes do emprego urbano no Nordeste, sem incorreremos no risco de uma visão limitada da realidade nordestina. Assim sendo, a estrutura do emprego, na Região, está intimamente associada:

¹SOUZA, Paulo Renato de. op. cit. p. 80.81.

(1) a forma de inserção de suas atividades econômicas na divisão interregional do trabalho; (2) ao processo de industrialização que se opera através de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra e que se configura num quadro de concentração e centralização do capital; (3) a organização do processo de trabalho, enquanto processo de valorização do capital, e finalmente, (4) a rigidez da estrutura agrária.

Todos os fatores acima assinalados foram longamente debatidos nos três primeiros capítulos, com exceção do último, ao qual dedicamos pouca atenção. É importante tecermos alguns comentários sobre a questão da rigidez da estrutura agrária, tendo em vista o papel que ela desempenha na estruturação do mercado de trabalho.

A estrutura agrária no Nordeste tem apresentado, nos últimos anos, uma mudança qualitativa nas suas relações de trabalho principalmente na substituição do trabalhador morador pelo trabalhador "assalariado", e, essa transformação vem sendo impulsionada, por um lado, pela política assistencial de combate às secas e, por outro, pelos programas de desenvolvimento agro-industrial e agro-pecuários, como é o caso do projeto Sertanejo e outros.²

Essas transformações a nível das relações de trabalho vem se acentuando sem por em "xeque" as relações de propriedade. Ao contrário, o que se tem observado é uma expansão crescente dos latifúndios em detrimento das pequenas propriedades. Desse modo, a transformação nas relações de trabalho dentro de um quadro de rigidez da estrutura agrária, ao desestabilizar as relações sociais de trabalho no campo, faz do camponês, primeiro, um trabalhador itinerante, indiferente a quem deva vender sua força de trabalho e, segundo, um homem sem compromisso ou vínculo com a terra, disposto, então, a migrar para as cidades, em "busca de melhores condições de vida".

² TEIXEIRA, Francisco José Soares. Evolução do mercado informal de trabalho no estado do Ceará, 1950-70. in textos para discussão nº 37, Curso de Mestrado em Economia - CAEN. 1982. (Mimeo)

Além disso, há que se considerar que o domínio da grande propriedade que controla a maior parte das terras e do crédito, é responsável pela transformação do pequeno proprietário em trabalhador alugado, ou seja, em um trabalhador assalariado. Essa transformação é consequência direta (1) do sistema arcaico de exploração da terra que exige a incorporação de novas áreas de terras virgens anualmente para a produção e, (2) da qualidade do solo e dos fatores climáticos adversos, ameaçando a sua sobrevivência, o que o torna dependente do grande proprietário, que pode dispor de recursos o ano todo. Como o pequeno proprietário não dispõe de grandes extensões de terra, vê-se obrigado a trabalhar na terra do grande proprietário, sob a forma de arrendamento ou alugado, a fim de que possa prover sua subsistência e da família. Isso contribui em grande parte, para que os minifundistas vendam suas pequenas propriedades e migram para a cidade, em busca de "melhor trabalho".³

Desse modo, as transformações ocorridas nas relações de trabalho, ao lado da rigidez da estrutura agrária, ao impedirem a permanência de muitos trabalhadores no campo, os expulsa para a cidade. Essa repulsão não é contrabalançada por uma atração compensatória pelo emprego não-agrícola.

3. CONFIGURAÇÃO E EVOLUÇÃO DO EMPREGO NÃO-AGRÍCOLA NO NORDESTE, 1950-1970.

3.1 - Considerações Metodológicas

Para analisarmos a evolução do emprego, no ambiente urbano do Nordeste, com também sua configuração, usamos o mes

³A ideologia da esperança estreita o horizonte intelectual do trabalhador camponês, o que faz com que ele se aperceba de suas condições materiais de vida (precárias), como sendo uma dádiva da natureza. Mudar de lugar são novas esperanças que se abrem, como aquelas que ele renova anualmente a espera de um inverno cheio de fartura.

mo procedimento metodológico utilizado por Souza e Zimmerman⁴, que consiste num corte dicotômico no emprego urbano total, em dois estratos: emprego "organizado" e emprego "não-organizado". O primeiro, refere-se ao emprego de natureza tipicamente capitalista. O segundo conceito, refere-se às atividades desenvolvidas em pequenas unidades de produção, que vendem bens e serviços naqueles espaços não ocupados pelas atividades organizadas em moldes tipicamente capitalista.

A separação do emprego em "organizado" e "não-organizado" pode levar a falsa impressão de que estamos seccionando artificialmente a realidade. Na verdade, temos consciência de que só podemos compreender as partes através de um todo, que é a totalidade que elas constituem. E isso, foi o que tentamos fazer ao longo dos três primeiros capítulos, onde o Nordeste aparece como uma Região determinada e estruturada conforme as necessidades da acumulação de capital, inicialmente da Metrôpole Portuguesa e, posteriormente, rede finida suas atividades, a partir dos interesses do capital nacional-internacional.

Desse modo, podemos ver o emprego "organizado" e "não-organizado", como sendo dois aspectos de um mesmo processo. Nossa intenção é dar conta, pois, das diferenças que existem no interior da economia nordestina. A pseudo-dualidade no mercado de trabalho é fruto da própria dinâmica da acumulação capitalista, e não, duas partes distintas que possam ser vistas como independentes, uma separada da outra.

Após essa breve ressalva, continuemos com o nosso raciocínio metodológico. Assim, consideramos como pertencente ao estrato "organizado" aquelas atividades como bancos, trans

⁴SOUZA, Paulo Renato de. op. cit./Zimmerman, Gustavo Abramo, Laís W. "estrutura do emprego no Brasil, 1950-70". in Encontro Nacional de Economia, 7, Atibaia, 1979, São Paulo, 1979. Esclarecemos que Souza, usa os conceitos de emprego "organizado" e "não-organizado" para dar conta das implicações do movimento de acumulação de capital sobre a criação, destruição e recriação dos espaços econômicos. Em outros termos, Souza pretende — juízo nosso — dar conta da distribuição da força de trabalho, distribuição esta determinada pelo movimento de acumulação de capital, que cabe, perfeitamente dentro do objetivo do nosso trabalho.

porte, serviços industriais de utilidade pública, atividades sociais privadas, profissionais liberais e o emprego público.

Para o estrato "não-organizado" consideramos o emprego doméstico e o comércio ambulante. Consideramos ainda, como pertencente a este estrato a população ocupada no setor terciário (comércio de mercadorias, serviços de consumo individual, comércio de imóveis e valores) e na indústria de transformação e de extração mineral — registrada no Censo Demográfico — que excedia a população registrada nos Censos econômicos (serviços, comércio e industrial). Para uma apreciação melhor da metodologia, aqui utilizada, o leitor poderá recorrer aos anexos estatístico no final deste capítulo.

Partindo dessa premissa, fizemos um corte a nível de Estados: Pernambuco, Bahia e Ceará. A escolha destes três Estados obedeceu ao critério de inversões realizadas via SUDENE na Região no período 1960-1978.⁵ Entre todos os Estados do Nordeste, estes três foram os que mais absorveram recursos e geraram um maior número de empregos, como decorrência dos projetos aprovados pela SUDENE. Para termos uma idéia, do total de recursos investidos no Nordeste, via SUDENE, 70% destinaram-se aos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará. Ademais, como conseqüência imediata, estes três Estados respondem também, por mais de 70% dos empregos gerados pelos investimentos incentivados na Região.⁶

A representatividade desses três Estados, em termos do emprego gerado via incentivos fiscais financeiros, pode não estar refletindo a real configuração do emprego urbano na Região. De fato, se pretendemos dar conta da estrutura do emprego, do ponto de vista do movimento de acumulação de capital, que se faz através da criação, destruição e recriação de espaços econômicos para atuação de atividades não-típicamente capitalistas, podemos alegar que tal representatividade

⁵SUDENE/Vinte Anos, op. cit. p. 105.

⁶IBIDEM., p. 105.

de não seja suficiente. Com efeito, o movimento de criação, destruição e recriação que ocorre ao longo do processo de industrialização, não teve o mesmo dinamismo nos demais Estados do Nordeste.

Embora reconhecendo a "insuficiência" da representatividade, o viés serve como uma forma de apreender aqueles movimentos inerentes à acumulação de capital, na Região, e como uma forma de inferir, inclusive, para os demais Estados, sobre a incapacidade de uma política regional de planejamento de solucionar o problema do emprego. Assim, do ponto de vista histórico-estrutural da acumulação industrial, o viés, acreditamos, fica justificado.

3.2 - A Configuração e a Evolução do Emprego.

Para analisar tanto a evolução, como a configuração do emprego não-agrícola, no Nordeste, enfocamos, em primeiro lugar, seus aspectos mais gerais, tendo em vista os estratos "organizado" e "não-organizado"; em seguida, detalhamos a análise, a nível dos três estados, a fim de melhor apreender a tendência do comportamento do emprego nos setores secundário e terciário, ("organizado" e "não-organizado"); e finalmente, incorporamos à análise o emprego público e na construção civil. Acreditamos, assim, ser possível captar os aspectos mais relevantes da realidade do mercado de trabalho, para então fazermos algumas inferências acerca do comportamento futuro da problemática do emprego no Nordeste.

O quadro a seguir resume as mudanças nas participações relativas dos estratos, ou seja, de emprego "organizado" e "não-organizado", no emprego urbano total. Podemos observar que ao longo dos anos 1950-70, o emprego "organizado" aumentou sua participação relativa no emprego total, nos três Estados. De fato, na Bahia, esta participação aumenta de 45,6%, em 1950, para 50,3% em 1970. Em Pernambuco, no mesmo período. Essa participação eleva-se de 59,5% para 60,1%; enquanto que no Estado do Ceará, de 42% para 49%. Ainda de

NORDESTE: ESTRUTURA DO EMPREGO SEGUNDO OS ESTRATOS "ORGANIZADO" e "NÃO-ORGANIZADO" - 1950-1970.

(em porcentagem)

Estados	Emp. Organizado			Emp. N-Organizado			Construção Civil		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Bahia(1)	45.6	47.8	50.3	40.1	39.0	34.6	14.3	13.1	15.1
Pernambuco(2)	59.5	55.8	60.1	32.7	35.2	29.6	7.7	9.0	10.2
Ceará	42.0	35.0	49.0	51.0	57.0	40.0	7.0	8.0	11.0

FONTES: a) (1) e (2), Zirmmerman e Abramo: op. cit. pp. 657-665.

b) Os dados para o Ceará retiramos diretamente dos Censos Demográfico e Econômico.

acordo com os dados do quadro acima, observamos que no período do 1950-1960, nos Estados de Pernambuco e Ceará, a participação do emprego "organizado" no emprego total, diminui. Em Pernambuco, de 59,5 para 55,8%; e no Ceará, de 42 para 35%. Em contrapartida, o emprego "não-organizado" deva sua participação, no Estado de Pernambuco, de 32,7 para 35,2%; enquanto que no Estado do Ceará, de 51 para 57%.

Essa retração da participação do emprego "organizado" nos Estados de Pernambuco e Ceará, pode ser creditado, de um lado, a forte seca de 1958, que expulsou um enorme contingente de trabalhadores do campo para as cidades. De outro lado, a consolidação do parque industrial brasileiro fortemente polarizado no Centro Sul do País, que passa a dominar o mercado nacional, cujos efeitos são uma crescente competição dos bens industriais sobre seus similares nordestinos, chegando inclusive até a liquidação de várias unidades nordestinas que, incapazes de disputar mercado, perecem diante a invasão de mercadorias produzidas no Centro-Sul do País.⁷

⁷Essa liquidação das unidades industriais nordestinas pela competição dos bens industriais produzidos no Centro-Sul é ressaltada por OLIVEIRA, Francisco de. In "Mudanças M. op. cit. p. 57.

Ao contrário do que ocorreu nos Estados de Pernambuco e Ceará, na década de 1950-1960, observa-se na Bahia a um aumento do estrato "organizado" no emprego total de 45,6 para 47,8%. A razão disso deve ser creditada à participação estatal, principalmente, através da Petrobrás que contribui para aumentar significativamente o emprego.

Na década seguinte, 1960-1970, ainda de acordo com o quadro anterior, o emprego "organizado" aumenta sua participação nos três Estados. A causa imediata disso pode ser identificada no crescimento industrial da Região impulsionado pela SUDENE. Mesmo assim, persiste uma forte presença do estrato "não-organizado" no emprego total: em 1970, na Bahia, este estrato participava com 34,6%, contra 29,6% em Pernambuco e 40% no Estado do Ceará.

Essa composição relativa do emprego, em 1970, quando a partir de então já se observa uma queda nas inversões realizadas via SUDENE na Região, ilustra a tese que vimos sustentando de que a industrialização da Região teve pouco impacto sobre o emprego. De fato, o processo de industrialização do Nordeste, por repousar sobre uma base com fracos efeitos de criação de atividades induzidas a nível regional, e, seu elevado grau de concentração e centralização, aliado a exigüidade do mercado interno consumidor, além da própria incapacidade da SUDENE — como órgão de planejamento regional —; explica porque a industrialização da Região teve pouco impacto sobre o emprego.

Uma análise a nível de Estado e por setores de atividades, poderá emprestar maior apoio a nossa tese; concretos e significativos, proporcionar mais elementos mais estatísticos, para observarmos o comportamento futuro da estrutura do emprego urbano regional. Para tanto, comecemos com o Estado do Ceará:

CEARÁ: ESTRUTURA DO EMPREGO POR SETORES, 1950-1970.

Tipo de Emprego	Anos			Taxas de Crescimentos		
	1950	1960	1970	1950/60	1960/70	1950/70
Secundário organizado	20.544	21.127	43.627	0.2	7.5	3.8
Secundário não-organizado	35.158	86.772	68.843	9.4	-2.2	3.4
Terciário organizado	67.189	96.851	196.028	3.7	7.3	5.4
Terciário não-organizado	70.715	104.460	128.876	3.9	2.1	3.0
Emprego Público	18.450	18.067	61.097	4.2	8.1	6.2
Construção Civil	12.050	21.698	51.293	6.0	8.1	7.5

FONTE: Anexo Estatístico, Quadro III.

Analisando os números absolutos do quadro acima, observamos um crescimento tanto do setor secundário "organizado" e "não-organizado", como também do terciário "organizado" e "não-organizado".

Por outro lado, se observando o comportamento das taxas geométricas de crescimento do setor secundário "organizado" e "não-organizado", nas décadas de 1950-60 e 1960-70, poder-se-ia se inferir que o núcleo "não-organizado" tenderia a desaparecer, posto que entre 1950-60 seu crescimento foi de 9,4% a.a; e, entre 1960-70, caiu para -2,2%, quando justamente ganha impulso a industrialização do Estado através da atuação da SUDENE. Nada mais errôneo do que se pensar assim. Analisando o crescimento destes dois setores entre 1950-1970, podemos concluir que eles cresceram, nesses vinte anos, quase que à mesma taxa (3,84% a.a para o setor secundário "organizado" e 3,4% a.a para o "não-organizado"), o que significa que o setor "não-organizado", embora cresça ou diminua de acordo com os ciclos conjunturais da economia, sua tendência

é aumentar ao longo do tempo. As razões disso, já foram amplamente discutidas ao longo do terceiro capítulo, como também nas seções (1) e (2) deste capítulo. Dentre elas destacamos: (a) o processo de industrialização que opera através de tecnologias poupadora de mão-de-obra e que se configura num quadro de elevada concentração e centralização do capital e, (b) a inserção da economia na divisão interregional do trabalho. Além desses dois fatores, destaque-se o movimento geral de acumulação de capital que cria relações de trabalho assalariados, tanto explícitas como implícitas, sendo estas últimas, uma forma de extração de mais-valia absoluta.

Este fato ganha sentido de analisarmos o comportamento das taxas de crescimento para os estratos "organizado" e "não-organizado" dos setores secundários e terciário. De fato, o secundário "organizado" cresceu a uma taxa de 7,5% entre 60-70, sendo acompanhado pelo terciário "organizado" que cresceu a taxa de 7,3% no mesmo período. Se observarmos o comportamento do terciário "não-organizado", este cresceu no mesmo período a uma taxa de 2,1%; enquanto que o secundário "não-organizado" decresce apresentando uma taxa de -2,2%. Portanto, podemos observar perfeitamente, que o movimento de acumulação de capital tanto cria como destrói aqueles espaços destinados para a atenuação de atividades não consideradas tipicamente capitalistas.

Passemos, em seguida, a análise da estrutura do emprego urbano no Estado de Pernambuco, que se encontra resumida no quadro a seguir.

Antes de entrarmos diretamente na análise dos dados do quadro, algumas observações preliminares. Em primeiro lugar, o Estado de Pernambuco, principalmente a Região onde hoje se localiza o Grande Recife, sempre desfrutou de uma posição privilegiada em relação aos dois outros Estados: a proximidade de Recife das áreas rurais de elevadas densidades populacionais do Agreste e dos "brejos". Em segundo, talvez como decorrência da primeira, Pernambuco, foi o primeiro Estado da Região a implantar um distrito industrial, no fi-

PERNAMBUCO: ESTRUTURA AO EMPREGO POR SETORES, 1950-1970.

Tipo de Emprego	Anos			Taxas de Crescimentos		
	1950	1960	1970	1950/60	1960/70	1950/70
Secundário organizado	90.524	80.641	103.699	-1.1	2,5	0.7
Secundário não-organizado	16.257	20.657	35.673	2.4	5.6	4.0
Terciário organizado	131.195	186.533	303.907	3.6	5.0	4.3
Terciário não-organizado	105.743	147.463	165.201	3.4	1.1	2.3
Emprego Público	32.502	51.424	102.619	4.7	7.2	5.9
Construção Civil	28.732	42.872	69.611	4.1	5.0	4.5

FONTE: Retirado do Anexo Estatístico, Quadro II

nal da década de 1950, no Município de Cabo⁸, localizado ao longo da BR-101, um dos eixos que ligam o Nordeste ao Centro-Sul do País.⁹ Esclareça-se, que estamos tão somente destacando alguns fatores que influem, certamente, sobre o desenvolvimento sócio-econômico, sem no entanto serem determinantes do processo.

Assim sendo, quando a SUDENE passa a atuar no Estado, Pernambuco já contava com um parque industrial bem diversificado, espalhado pelos municípios de Cabo, Paulista, Jaboatão, Igarapu, Olinda, Moreno e São Lourenço da Mata.¹⁰ A partir do momento em que o Estado de Pernambuco passa a receber investimentos via 34/18, esse parque industrial espalha-

⁸ MANOEL Correa de. Estado..., op. cit., p. 94.

⁹ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria Técnica Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, SERGRAF - IBGE, 1977. V.2., p. 357.

¹⁰ ANDRADE, Manoel Correia de. op. cit., p. 95.

do ao longo desses municípios é profundamente alterado. As indústrias tradicionais que antes aí operavam sofrem um processo de modernização, que nos termos de Souza, "... assumiu caráter dramático, sendo responsável pela queda acentuada da participação do emprego secundário no total não-agrícola".¹¹

De fato, conforme podemos observar no quadro anterior, o setor secundário "organizado", no período 1950-70, apresentou uma taxa geométrica de crescimento anual da ordem de 0,7%, contra 4,0%, no mesmo período, do setor secundário "não-organizado".

Ao que tudo indica, esse processo de modernização ainda não foi consolidado. "Pernambuco está implantando o chamado projeto SUAPE, junto a enseada do mesmo nome, ao sul do Cabo de Santo Agostinho, que deverá ser um grande porto e um possante complexo a ser formado por unidades produtoras de fertilizantes, de alumínio, de cimento, de pneumáticos, de reparos navais, de pesca, de química do açúcar, de fundição pesada e leve, de caldeiras de tubos de aço, de botijões e gás, metalgráfica e, possivelmente, uma possante refinaria de petróleo".¹²

Como podemos observar, o Projeto Suape privilegia as indústrias de bens de capital e de bens de consumo intermediários, justamente, as que apresentam menor coeficiente mão-de-obra/inversão¹³, o que significa baixo poder de absorção de mão-de-obra. Além disso, esse tipo de indústria é fortemente dependente das indústrias do centro-sul do país, reduzindo, assim, os efeitos de criação de uma rede de fluxos intra-setoriais a nível interno da Região. Além do Projeto Suape, pretende, ainda, o Estado implantar distritos industriais nos municípios de Igarapé, Moreno, Prazeres e São Lourenço da Mata, aproveitando da concentração industrial já existente, tendo em vista diminuir os desníveis existentes

¹¹ SOUSA, Paulo Renato e. op. cit., p. 148.

¹² ANDRADE, Manoel Correia de . Estado... op. cit. p. 91.

¹³ Ver seção 3.3, capítulo terceiro.

dentro da área metropolitana".¹⁴ Com isso, é de se esperar uma modernização mais ampla do parque industrial já existente, é por conseguinte, uma queda na participação do emprego secundário "organizado" no emprego urbano total.

E mais, Pernambuco pretende ainda implantar alguns distritos industriais no interior do Estado, junto àquelas cidades mais importantes e que já contam com um parque industrial local, como Caruaru, Vitória de Santo Antão, Garanhuns e Petrolina. As indústrias de aguardente em Vitória de Santo Antão, relógios e sucos de frutas em Garanhuns, de beneficiamento e extração de óleos vegetais em Petrolina¹⁵, deverão sofrer profundas modificações, com efeitos negativos sobre a absorção de mão-de-obra anteriormente empregada e, certamente, poderemos assistir a uma destruição de muitas das ocupações existentes.

Vejamos, agora, a estrutura do emprego no Estado da Bahia, para finalmente podermos tirar algumas conclusões acerca do comportamento e tendência do emprego na Região.

BAHIA: ESTRUTURA DO EMPREGO POR SETORES, 1950/70.

Tipo de Emprego	Anos			Taxas de Crescimentos		
	1950	1960	1970	1950/60	1960/70	1950/70
Secundário organizado	41.783	58.470	76.092	3,4	2,7	3,0
Secundário não-organizado	42.748	40.733	63.074	-0,5	4,5	2,0
Terciário organizado	148.107	220.601	336.643	4,1	4,3	4,2
Terciário não-organizado	124.186	187.086	220.636	4,2	1,7	2,9
Emprego Público	33.599	53.470	98.122	4,8	6,3	5,5
Construção Civil	59.450	76.485	123.553	2,6	4,9	3,7

FONTE: Anexo Estatístico, Quadro I

¹⁴ ANDRADE, Manoel Correia de. Estado..., op. cit., p. 95.

¹⁵ ANDRADE, Manoel Correia de. Estado..., op. cit., p. 95.

Apesar da Bahia ser o estado do Nordeste que apresenta maior crescimento industrial, crescimento esse que ganha impulso com a Petrobrás e a ação SUDENE, ao que tudo indica, tem um impacto relativamente reduzido sobre o emprego. De fato, como podemos observar no quadro anterior, na década 1960-70, a taxa de crescimento para o secundário "organizado" foi da ordem de 2,7%, contra 3,4% na década anterior. Por outro lado, este reduzido dinamismo fica mais explicitado quando comparamos a evolução das taxas de crescimento do secundário "organizado" (2,7%) e do secundário "não-organizado" (4,5%), na década de 1960.

As evidências até aqui apresentadas nos dão uma indicação do fraco dinamismo da "função emprego" associada ao setor industrial do Estado da Bahia. Esse fraco dinamismo pode ser creditado à ausência de uma estrutura industrial capaz de permitir uma maior internalização do emprego induzido pelos efeitos em cadeia, associados aos investimentos realizados na Região. De fato, como afirma o próprio governo estadual "...a indústria baiana, mais do que qualquer outra do Nordeste, descaracterizou-se como indústria regional, evidenciando-se como um segmento da indústria nacional aqui localizada". (Grifo nosso)¹⁶ É bastante lembrar, que no Centro Industrial de Aratu (CIA) predominam as indústrias de cimento, minério de ferro, alumínio, de material de comunicações, petroquímica. Assim, dada a predominância da indústria de bens de capital e de bens de consumo intermediário — que são as que estão fortemente presas ao dinamismo das indústrias do centro-sul —, o emprego, no Estado, passa a depender do que ocorra no pólo dinâmico da economia nacional.

Além do CIA, o Estado da Bahia conta ainda com o Pólo Petroquímico de Camaçari, situado na Região Metropolitana de Salvador. Como esse pólo é formado pela indústria química, a que apresenta o mais baixo efeito germinativo de emprego — conforme vimos na seção 3.3 do capítulo terceiro —, além de sua dependência da funcionalidade da indústria do centro-

¹⁶ Trecho extraído de ANDRADE, Manoel Correia de. Estado..., op. cit., p. 94.

-sul, é de se esperar que seus efeitos sobre o emprego sejam poucos expressivos.

Afora essas duas grandes concentrações indústrias, a Bahia conta ainda com os distritos de Subaé — localizado no Município de Feira de Santana —, de Ilhéus, e algumas outras indústrias espalhadas por Vitória da Conquista, Juazeiro e Jequié.¹⁷

É de se esperar que a industrialização do Estado, tenha esgotado seu processo de expansão nos moldes do padrão de acumulação vigente, pois, o CIA, o Pólo Petroquímico de Camaçari e os distritos industriais de Subaé e de Ilhéus, já foram implantados. Diante disso, a criação de novas unidades industriais parece bastante difícil, visto que exigiria, primeiro, uma ampliação do mercado consumidor e, segundo, uma autonomia da Região com relação ao centro-sul do país. Desse modo, podemos inferir que o emprego no secundário "não-organizado" tenderá a aumentar sua participação no emprego urbano total.

Até agora examinamos apenas um aspecto da questão da configuração do mercado de trabalho; qual seja, o emprego no secundário "organizado" e "não-organizado" nos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará. Para que possamos ter uma melhor visão da composição e evolução do emprego na Região, devemos inserir no nosso estudo uma análise sobre o terciário — compreendido aqui por terciário "organizado" e "não-organizado" e emprego público —, e o emprego na construção civil.

Assim, como enfatizamos ao longo do segundo e terceiro capítulos deste trabalho, o processo de industrialização brasileira, além do seu caráter tardio, deu-se fortemente polarizado no Centro-Sul do país. Essa concentração espacial da indústria brasileira exigiu a formação de uma rede de comércio, transporte, comunicação e armazenagem, de modo a permitir o escoamento da produção para as demais regiões, fazendo assim os serviços crescerem à frente da produção naque

¹⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. Estado..., op. cit., p. 93.

las "regiões periféricas" do país. Dada a distância que separa o centro produtor das regiões consumidoras, a expansão desses serviços se fará no sentido de instituir agentes distribuidores e revendedores em unidades organizadas em moldes tipicamente capitalistas, em detrimento dos pequenos estabelecimentos. A expansão do comércio de mercadorias, transportes e comunicações, nas últimas décadas reforça esse argumento. A título de ilustração, o comércio de mercadorias cresceu a uma taxa de 5,4% na década 60-70, no Estado da Bahia, contra 3,4% na década anterior (vide Quadro I, anexos estatísticos). Para o Estado de Pernambuco esse crescimento foi mais significativo: 6,4% na década 60-70, contra 2,5% entre 1950-60 (vide Quadro II, anexos Estatísticos).

Assim, acreditamos que, estamos em condições de analisar o comportamento do terciário "organizado" e "não-organizado", como também a tendência de evolução do emprego público e na construção civil.

Analisando os dados dos Quadros do emprego para os Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, descritos anteriormente, observamos que para os três Estados, houve uma queda na participação do terciário "não-organizado" na década 1960-70. De fato, para o estado do Ceará, este setor experimentou um declínio na sua taxa de crescimento de 3,9 para 2,1% entre o período 50-60 e 60-70. Para o estado de Pernambuco, essa queda foi mais acentuada, baixando sua taxa de crescimento de 3,4% para 1,1% no mesmo período. O mesmo comportamento ocorreu no estado da Bahia (4,2 para 1,7%). Por outro lado, observa-se um crescimento acelerado para o estrato "organizado". A razão disso, pode ser creditada ao processo de industrialização por Região. Processo esse comandado pelo setor de bens de capital e de consumo intermediários, que além de exigir um terciário reparador fundado em grandes oficinas, exige toda uma rede de serviços como bancos, transporte, comércio, representações, etc.

Mesmo assim, em termos absolutos, podemos observar um crescimento do terciário "não-organizado". Esse crescimento se deve, talvez, ao aumento do número de oficinas de "Fun

do de Quintal" para reparação de bens de consumo duráveis.

Resumindo, o que se observa é uma tendência de crescimento do terciário "organizado" bem maior que o "não-organizado". A razão disso está na natureza do processo de industrialização comandado pelo setor de bens de capital e de consumo intermediários e a inserção da economia na divisão interregional do trabalho, que exige a formação de uma rede de comércio de distribuição e revenda, fundada em grandes estabelecimentos.

Quanto ao emprego público, conforme indicam os dados dos quadros de estrutura do emprego por setores, sua taxa de crescimento tem sido superior a 6% nos três Estados. Podemos creditar esse avanço do emprego público a duas razões básicas: primeiro, a ampliação do aparato burocrático estatal e, segundo, o forte caráter oligárquico da Região, onde a política de clientalismo, mais do que em qualquer outro Região do país, continua sendo uma forma de obtenção de dividendos eleitorais.¹⁸

Para concluirmos nosso raciocínio acerca da tendência da composição do emprego no terciário nos dois estratos ("organizado" e "não-organizado"), podemos inferir que é de se esperar um crescimento do estrato "não-organizado" por três razões básicas: (1) a estrutura do terciário "organizado" que se estabeleceu de conformidade com o padrão estrutural de desenvolvimento do setor industrial liderado pela indústria produtora de bens de capital e de consumo intermediários; (2) o processo de industrialização fortemente polarizado na Região Centro-Sul do país, que passou assim a exigir uma rede de comércio, transporte, comunicações e armazéns fundada em grandes estabelecimentos; (3) o próprio pro-

¹⁸A título de ilustração de como o setor público no Nordeste expande o emprego, no ano eleitoral de 1982 os meios de comunicação de massa, escrito, falado e televisado, foram pródigos em anunciar um verdadeiro festival de contratações efetuadas pelos "inventariantes" do erário público — mas "espólio" que rende votos. Somente no estado do Ceará, um dos "inventariantes" em exercício admitiu ter nomeado 16 mil novos funcionários em agosto/82, com a justificativa irresponsável de que são todos "pobres que precisam do emprego público para sobreviver". (Jornal do Brasil, 29/12/82) É a transformação do setor público numa instituição de caridade.

cesso de modernização dos processos de trabalho por que vem passando o setor terciário.

Assim sendo, as interrelações que se estabelecem entre o secundário e o terciário "organizado", determinam os próprios limites de expansão deste último, relativamente às possibilidades de geração de novas oportunidades de emprego. Para reforçar ainda mais o nosso raciocínio, é bastante lembrar que o processo de industrialização da Região, ao que tu do indica, vem esgotando seu potencial de expansão nos moldes do padrão de acumulação vigente e, por conseguinte, impondo um estreitamento aos limites de expansão do terciário. Pelas razões expostas acima e reforçada por este argumento, o terciário tenderá a se expandir horizontalmente com o crescimento do estrato "não-organizado"; enquanto que o estrato "organizado", deverá acelerar seu processo de modernização.

Finalmente, para completar a análise sobre a tendência da configuração do emprego na Região, tecer algumas considerações sobre as possibilidades atuais e futuras de geração de oportunidades de trabalho no setor de construção civil. Em primeiro lugar, as evidências apresentadas para os três estados apontam para uma baixa participação relativa deste setor no emprego total, ao contrário do que normalmente é apregoado de que é um setor fortemente absorvedor de mão-de-obra. Em segundo lugar, a construção civil é grandemente afetada pela conjuntura econômica, o que torna o setor instável quanto à manutenção do emprego atual e quanto à garantia, no futuro, de uma absorção crescente de mão-de-obra. Em terceiro lugar, por ser um setor caracterizado um baixo "turn-over" do capital, isto impõe a que as empresas do setor, que pouco diferem daquelas pertencentes ao setor industrial, promovam sistemáticas modificações nos seus processos de produção tornando-as mais flexíveis e capazes de reduzir o ciclo de reprodução do capital empregado, com conseqüências negativas sobre a absorção de mão-de-obra. Por conseguinte, pouco podemos esperar, deste setor, como uma variável de política econômica adotado no combate ao desemprego.

3.3 - Considerações Finais

Com base na análise até aqui desenvolvida, podemos esperar um agravamento da questão do emprego urbano regional. Primeiro, dado o padrão de acumulação vigente, o esgotamento do processo de industrialização que teve pouco impacto sobre o emprego, cessou seu poder de geração de novas oportunidades de trabalho. Segundo, a industrialização tornou mais explícita a rigidez da estrutura agrária, contribuindo para aumentar o êxodo rural. A consequência disso, foi um crescimento da oferta de trabalho bastante superior às necessidades de demanda por trabalho pelo núcleo organizado da economia.

Desse modo, diante do esgotamento da capacidade de geração de novos empregos e, da persistência do crescimento acelerado da oferta urbana de trabalho — crescimento natural da população, mais crescimento decorrente da destruição de espaços econômicos e, do próprio crescimento de uma classe de trabalhadores supérfluo em vista da modernização dos processos de trabalho —, a configuração do emprego parece mostrar uma tendência a uma participação crescente do emprego "não-organizado" no emprego urbano total.

De conformidade com essa conclusão — tendência crescente de participação do emprego "não-organizado" no emprego total —, parece ganhar sentido o discurso tanto a nível das entidades governamentais como a nível acadêmico, de adoção de uma política de estratégia de desenvolvimento para o chamado setor "informal" da economia. Entretanto, essa questão deve ser pensada com mais cautela. Não resta dúvida de que em não fazer nada e fazer alguma coisa, é preferível optar pela segunda. Acontece, porém, que qualquer que seja a estratégia de política adotada, esta tem suas limitações, por duas grandes razões: a natureza de que se reveste o papel do estado capitalista e, a própria dinâmica do movimento de acumulação de capital.

No que diz respeito ao Estado, este, como se sabe, tem a função de manter ou criar condições para a acumulação

de capital. De fato, nesse papel de suporte do processo de acumulação, o Estado usa o excedente captado sob a forma de imposto para aplicá-lo como "... crédito para financiar o movimento de centralização dos capitais, (recusando) sua utilização como gasto improdutivo, e lançar-se-ã em esfera produtiva, transformando o caráter de sua intervenção de simples agente técnico da divisão do trabalho para o de um agente da divisão social do trabalho".¹⁹ Os mecanismo de incentivos fiscais, tais como o 34/18, Fundo 157, Finam, Fiset, PIN, etc., revelam, claramente, o papel que o Estado capitalista cumpre — numa expressão mais simples — como agente do capital em geral.

Além de sua função de representante do capital em geral, o Estado se transformou numa entidade produtora de mercadorias, conseqüentemente de mais-valia. Nos termos de Oliveira, "... o Estado não dirige mais a parte do excedente que capta no manutenção de serviços improdutivos; na raiz da transformação porque passou a maioria da produção de bens e serviços do mesmo, está agora o caráter próprio de produtor de mais-valia, e nesse sentido não pode ele apresentar-se mais como oferecendo indiscriminadamente esses bens e serviços por debaixo do seu custo".²⁰ Se o Estado, hoje, não pode oferecer a custos compatíveis com o padrão de renda da grande massa da população seus serviços de transporte coletivo, água, esgoto, telefonia, energia, etc., como poderá esse mesmo Estado oferecer condições materiais para desenvolver o setor "informal".

E, de mais a mais, uma política de apoio ao chamar-se setor "informal" esbarra em suas próprias contradições. O Estado como representante do capital em geral, canaliza a maioria dos seus recursos para o setor oligopolista da economia. No momento em que ele (Estado) pretender se legitimar diante da sociedade, criando condições materiais de apoio ao setor "in

¹⁹ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia..., op. cit. p. 102.

²⁰ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia..., op. cit. p. 103.

formal", ele se descaracterizarã de sua função primordial de agente geral da expansão do processo de acumulação de capital.

Não quer isso significar que o Estado não tenha emprestado apoio ao desenvolvimento de algumas atividades informais. O estímulo creditício às micro-unidades de produção é um exemplo de atuação do Estado nesse segmento do mercado de trabalho. Mas, essa atuação é limitada pelo próprio caráter do Estado capitalista que não pode optar por uma política clara de apoio a esse setor. Não disporia ele de recursos suficientes, enquanto Estado capitalista, para atender aos dois segmentos da economia: "formal" e "informal".

Além dessa dificuldade de implementação de uma política para o setor "informal", se apresenta uma outra, que é a dificuldade de delimitação do espaço de atuação deste setor. Em outras palavras, os "espaços econômicos" para atuação da produção "informal" são criados, destruídos e recriados pelo movimento de acumulação de capital, sobre o qual o Estado não tem nenhum poder de delimitação.

ANEXOS ESTATÍSTICOS

QUADRO I

Bahia: Estrutura do Emprego por Setores*

Tipo de Emprego	Número de Pessoas			Estrutura(%)			Taxas de Crescimento(%)		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950/60	1960/70	1950/70
Não-agrícola	<u>416.164</u>	<u>583.375</u>	<u>819.998</u>	100	100	100	3,4	3,5	3,4
Organizado	189.890	279.071	412.735	45,6	47,8	50,3	3,9	4,0	4,0
Não-organizado	166.824	227.819	283.710	40,1	39,0	34,6	3,2	2,2	2,7
Construção Civil	59.450	76.485	123.553	14,3	13,1	15,1	2,6	4,9	3,7
Organizado	<u>189.890</u>	<u>279.071</u>	<u>412.735</u>	100	100	100	3,9	4,0	4,0
Secundário	41.783	58.470	76.092	22	20,9	18,4	3,4	2,7	3,0
Terciário	148.107	220.601	336.643	78	79,0	81,6	4,1	4,3	4,2
Não-Organizado	<u>166.324</u>	<u>227.819</u>	<u>283.710</u>	100	100	100	3,2	2,2	2,7
Secundário	42.748	40.733	63.074	25,6	17,9	22,2	-0,5	4,5	2,0
Terciário	124.186	187.086	220.636	74,4	82,0	77,8	4,2	2,7	2,9

FONTE: Zimmerman, Gustavo e Abramo, Lais W. op. cit. p. 657.

(*) A disposição e organização da tabela acima, não está de acordo com o original. As modificações foram feitas por nossa conta.

QUADRO I-1

Bahia: Estrutura do Emprego 1950, 1960 e 1970*

Setores e Atividades	Número de Pessoas		
	1950	1960	1970
Emprego Total	416.164	583.375	819.998
(a) Emprego organizado	189.890	279.071	412.735
Secundário	41.783	58.470	76.092
Transformação (I)	34.987	42.643	57.238
Ext. Mineral (I)	1.381	7.380	2.091
Serv. de Util. Pública (D)	5.415	8.447	16.763
Terciário	148.107	220.601	336.643
Comércio de mercadorias (C)	43.925	61.554	104.504
Emp. Autônomos (C)	22.785	29.948	46.115
Empregados (C)	18.079	21.657	42.545
Não-Remunerados (C)	3.061	9.949	15.844
Com. de imóveis e val. (D)	3.013	6.239	13.379
Serviços	18.724	26.852	33.666
Alojamento e alimentação (S)	5.637	11.110	17.618
Higiene Pessoal (S)	3.321	3.901	4.811
Conf. s/medidas (S)	7.489	5.939	2.918
Outros serv. pessoais (S)	484	785	428
Div. rádio e TV (S)	946	968	1.868
Rep. e Manut. Veículo (S)	847	2.284	4.376
Outras reparações (S)	...	1.865	1.647
Transporte, com., armaz. (D)	39.645	56.593	61.938
Atividades sociais privadas (D)	6.184	8.221	18.581
Emprego Público	33.599	53.470	98.122
Ativ. sociais públicas (D)	9.128	20.734	46.714
Adm defesa e segurança (D)	24.471	32.736	51.408
Profissionais liberais (D)	3.017	7.672	6.453
(b) Emprego não-organizado	166.824	227.819	283.710
Secundário	42.748	40.733	63.074
Transformação (D-I)	35.150	32.197	46.302
Extrativa (D-I)	7.598	8.536	16.772
Terciário	124.186	187.086	220.636
Com. de merc. (D-I)	24.361	30.343	37.623
Serviços	99.825	156.743	183.013
Alojament. e alimentação (D-S)	368	627	2.372
Higiene pessoal (D-S)	1.646	3.659	2.893
Confecção (D-S)	40.298	76.173	60.557
Diversos, rádio... (D-S)	325	1.165	1.366
Emp. dom. rem. (O)	47.835	62.885	95.116
Cons. Edifício (D)	86	388	1.963
Reparação, veículo... (D-S)	7.261	10.337	13.171
Outros (D)	2.004	1.509	5.575
(c) Emp. na Const. Civil (D)	59.450	76.485	123.553

FONTE: Zirmmerman, Gustavo e Abramo, Lais W. op. cit. pp. 658-60

(*) A disposição e organização da tabela acima, não está de acordo com o original. As modificações e alterações foram feitas por nossa conta.

QUADRO II

Pernambuco: Estrutura do Emprego por Setores, 1950-60-70

Tipo de Emprego	Número de Pessoas			Estrutura(%)			Taxas de Crescimento(%)		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950/60	1960/70	1950/70
Não-Agrícola	<u>372.451</u>	<u>478.166</u>	<u>678.091</u>	100	100	100	2,5	3,6	3,0
Organizado	221.719	267.174	407.606	59,5	55,8	60,1	1,9	4,3	3,1
Não-Organizado	122.000	168.120	200.874	32,7	35,2	29,6	3,3	1,8	2,5
Construção Civil	28.732	42.872	69.611	7,7	9,0	10,2	4,1	5,0	4,5
Organizado	<u>221.719</u>	<u>267.174</u>	<u>407.606</u>	100	100	100	1,9	4,3	3,1
Secundário	90.524	80.641	103.699	40,8	30,2	25,4	-1,1	2,5	0,7
Terciário	131.195	186.533	303.907	59,2	69,8	74,6	3,6	5,0	4,3
Não-Organizado	122.000	168.120	200.874	100	100	100	3,3	1,8	2,5
Secundário	16.257	20.657	35.673	13,3	12,3	17,6	2,4	5,6	4,0
Terciário	105.743	147.463	165.201	86,7	87,7	82,3	3,4	1,1	2,3

FONTE: Zirmmerman, Gustavo e Abramo, Lais W. op. cit. p. 665.

(*) A disposição e organização da tabela acima, não está de acordo com o original. As modificações foram feitas por nossa conta.

QUADRO II - 1

Pernambuco: Estrutura do Emprego. 1950, 1960, 1970*

Setores e Atividades	Número de Pessoas		
	1950	1960	1970
Emprego Total (a + b + c)	372.451	478.166	678.091
(a) Emprego organizado	221.719	267.174	407.606
Secundário	90.524	80.641	103.699
Transformação (I)	83.578	71.676	88.637
Ext. Mineral (I)	253	382	694
Serv. Util. Pública (D)	6.693	8.583	14.368
Terciário	131.195	186.533	303.907
Com. de Merc. (C)	36.870	46.997	87.623
Emp. Autônomos (C)	16.713	21.444	36.629
Empregados (C)	16.724	16.130	35.062
Não-remunerados (C)	3.433	9.423	15.932
Com. de Imóveis e Valores (D)	4.911	5.930	11.684
Serviços	14.337	17.990	19.969
Alojamento e alim. (S)	5.347	7.492	5.536
Higiene pessoal (S)	2.303	2.393	3.937
Conf. s/medidas (S)	3.681	2.856	2.325
Outros serv. pessoais (S)	786	979	1.052
Diversão Rádio e TV (S)	1.223	1.298	2.488
Rep. e Manut. Veículo (S)	997	1.932	3.105
Outras reparações (S)	...	1.040	1.526
Transporte, com. e arm. (D)	32.608	48.248	57.575
Atividades sociais privadas (D)	7.721	9.082	18.469
Emprego público	32.502	51.424	102.619
Atvi. sociais públicas (D)	8.564	17.319	41.823
Adm. Defesa e Seg. (D)	23.648	34.105	60.796
Profissionais Liberais (D)	2.846	6.862	5.968
(b) Emprego não-organizado	122.000	168.120	200.874
Secundário	16.257	20.657	35.673
Transformação (CD-CI)	14.255	17.757	33.125
Extrativa (CD-CI)	2.002	2.900	2.548
Terciário	105.743	147.463	165.201
Comércio de merc. (D-C)	25.691	36.830	16.511
Serviços	80.052	110.633	148.690
Alojamento e aliment.	868	175	6.819
Higiene pessoal	923	2.719	2.215
Confecções	26.756	39.979	38.836
Diversões, Rádio e TV	806	1.262	1.487
Serv. Doméstico Rem. (D)	42.531	54.941	81.332
Cons. de Edifício (D)	35	300	1.679
Rep. maq. veículos (D-S)	6.088	9.863	10.589
Outras mal definidas (D)	2.045	1.394	5.733
(c) Emprego na Const. Civil (D)	28.732	42.872	69.611

FONTE: Zimmerman, Gustavo e Abramo, Lais W. op. cit. pp. 666-68.

(*) A disposição e organização da tabela acima, não está de acordo com o original. As modificações e alterações foram feitas por nossa conta.

QUADRO III

Ceará: Estrutura do Emprego por Setores
1950 - 1960 - 1970

Tipo de Emprego	Número de Pessoas			Estrutura(%)			Taxas Geométricas(%)		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950/60	1960/70	1950/70
Não-Agrícola	<u>205.656</u>	<u>333.992</u>	<u>506.940</u>	100	100	100	4,9	4,2	4,6
Organizado	87.733	120.992	257.937	42	35	49	3,0	7,3	5,6
Não-Organizado	105.873	191.232	197.710	51	57	40	6,0	0,3	3,1
Construção Civil	12.050	21.698	51.293	07	08	11	6,0	8,9	7,5
Organizado	<u>87.733</u>	<u>120.992</u>	<u>257.937</u>	100	100	100	3,0	7,3	5,6
Secundário	20.544	21.122	43.627	23	17	18	0,2	7,5	3,8
Terciário	67.189	99.870	214.310	77	83	82	4,0	7,9	5,9
Não-Organizado	<u>105.873</u>	<u>191.232</u>	<u>197.710</u>	100	100	100	6,0	0,3	3,1
Secundário	35.158	86.772	68.834	33	45	34	9,4	-2,2	3,4
Terciário	70.715	104.460	128.876	67	55	66	3,9	2,1	3,0

FONTE: Estrutura do Emprego.

QUADRO III-1

Ceará: Estrutura do Emprego. 1950, 1960 e 1970

Setores e Atividades	Número de Pessoas		
	1950	1960	1970
Emprego Total (I + II + III)	205.656	333.992	506.940
Emprego organizado (I)	87.733	120.992	257.937
Secundário (i)	20.544	21.122	43.627
Transformação (i)	18.548	19.328	38.165
S.I. Util. Pública (D)	777	928	3.676
Extrativa Mineral (i)	1.219	866	1.786
Terciário	67.189	99.870	214.310
Com. de mercadorias (C)	24.395	28.822	59.437
Com. de Imóveis e Valores (D)	2.438	2.937	6.602
Serviços	5.337	3.759	22.168
Alojamento e alimentação (S)	-	1.733	8.704
Const. rep. e mun. veículos (S)	-	315	2.243
Outros tipos de cons. e manutenção(S)	-	313	2.468
Higiene Pessoal (S)	-	533	2.221
Conf. s/Medidas (S)	-	392	1.124
Outros serviços pessoais (S)	-	76	441
Div. Rádio e Televisão (S)	-	377	981
Transporte com. e armazenamento (D)	12.443	24.781	32.502
Atividades sociais privadas (D)	2.535	4.258	10.487
Atividades sociais públicas (D)	5.555	11.085	33.850
Adm. defesa e segurança (D)	12.895	16.982	27.247
Profissionais Liberais (D)	1.591	3.507	3.735
Emprego "não-organizado" (II)	105.873	191.232	197.710
Secundário	35.158	86.772	68.834
Transformação (D-i)	33.044	85.056	65.506
Extrativa (D-i)	2.114	1.716	3.328
Terciário	70.715	104.460	128.876
Com. de Merc. (D-C)	14.188	24.865	27.870
Serviços	56.527	79.595	101.006
Alojamento e alimentação (D-S)	-	2.680	-
Higiene pessoal (D-S)	-	3.102	2.159
Conf. Sob medida (D-S)	-	33.329	40.999
Div. Rádio e TV (D-S)	-	969	1.814
Reparação e manutenção (D-S)	-	7.503	7.980
Cons. Edifício (D)	-	-	495
Serviço doméstico (D)	-	31.193	43.998
Outras ativ. mal definidas (D)	-	819	3.561
Emprego na Construção Civil (D)(III)	12.050	21.698	51.297

FONTES: IBGE, Censo Demográfico(D), Censo Industrial (I), Censo Comercial (C), Censo de Serviços (S).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Pequena história da formação social brasileira. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- ALENCAR, Francisco. História da sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.
- ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- _____. Estado, capital, e industrialização do Nordeste. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BASBAUM, Leôncio. História sincera da república. São Paulo, Alfa-Omega, 1981. V. 4.
- BRASIL. SUDENE. Sudene vinte anos. Recife. 1980.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista; a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- BRUIT, Hector. Acumulação capitalista na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- BUKHARIN, N. Tratado do materialismo histórico. Lisboa, Centro do Livro Brasileiro /s.d/.
- CAFIERO, Carlo. O Capital; uma leitura popular. São Paulo, Polis, 1980.
- COHN, Amélia. Crise regional e planejamento; o processo de criação da SUDENE. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro. Zahar, 1977.

- CARONE, Edgar. O Estado novo; 1937-45. São Paulo, Diefel, 1977.
- CASTRO, Ana Célia. As empresas estrangeiras no Brasil; 1860-1913. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- CHALOULT, Yves. Estado, acumulação e colonialismo interno; contradição Nordeste/Sudeste. Petrópolis, Vozes, 1978.
- DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- DOWBOR, Ladsilau. A formação do capitalismo dependente no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- ERBER, Fábio Stefano & ARAÚJO JÚNIOR, José Tavares de. Absorção e criação de tecnologias na indústria de bens de capital. Rio de Janeiro, FINEP, 1973.
- FAUSTO, Boris. Pequenos ensaios de história da república; 1889/1945. São Paulo, CEBRAP, 1979. (Caderno CEBRAP, nº 10)
- FERREIRA, Assuero. Custo e absorção de mão-de-obra na indústria de transformação do Nordeste. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. Curso de Mestrado em Economia - CAEN, 1982 (Mimeo).
- FERREIRA, José Carlos et alii. Incentivos fiscais e a criação de empregos no Nordeste. Fortaleza, SUDENE-CAEN, 1979.
- FRANK, A. Gunder. Acumulação dependente e subdesenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- GAUDEMAR, Jean-Paul. Mobilidade do trabalho e acumulação de capital. Lisboa, Estampa, 1976.
- GORENDER, Jacob. A burguesia brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1981.

- HARNECKER, Marta. Conceitos elementares do materialismo histórico. São Paulo, Global, 1977.
- HUMPHREY, John. Fazendo o milagre; controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis, Vozes, 1982.
- IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- LENINE, Vladimir Ilich. Imperialismo; fase superior do capitalismo. In:-. Obras Escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LIARDAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil; das origens aos anos vinte. São Paulo, Graal, 1982.
- LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- MARX, Karl. O Capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. Livros I e II. V. I-III.
- _____. A origem do capital: acumulação primitiva. Rio de Janeiro, Global Editora, 1977.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Nordeste insurgente: 1850-1890. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- NUM, José. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: Pereira Luis. Populações marginais. São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica a razão dualista. Petrópolis, Vozes, 1981.

- _____. Elegia para uma re(li)gião; Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- _____. O terciário e a divisão social do trabalho. in: Estudos CEBRAP. São Paulo, Vozes, (24):137-68, 1979.
- PALLOIX, Christian. O processo de trabalho: do fordismo ao neofordismo. in: Processos de trabalho e estratégias de classe. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- RIVIERE, Marc. Economia burguesa e pensamento tecnocrático. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- SILVA, Sérgio. A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SINGER, Paul. A crise do milagre. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. A economia dos serviços. In: Estudos CEBRAP. São Paulo (24):127-36, 1979.
- SMITH, Adam. Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- SOUZA, J. Colombo de. O nordeste e a tecnocracia da revolução. Brasília, Horizonte, 1981.
- SOUZA, Paulo Renato de. A determinação dos salários e do emprego nas economias capitalistas atrasadas. Campinas UNICAMP, 1980 (Tese de Doutorado. Mimeo).

STEIN, Stanley J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850-1950. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

SWEEZY, Paul. M. Teorias do desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Evolução do mercado informal de trabalho no estado do Ceará: 1950-1970. Fortaleza, Curso de Mestrado em Economia - CAEN, 1982. (CAEN - Textos para Discussão, nº 37. Mimeo).

TOLIPAN, Ricardo de M.L. Tecnologia e produção capitalista. In: Estudos CEBRAP, São Paulo, (11): jan./mai, 1975.

ZIRMMERMAN, Gustavo & ABRAMO, Lais W. Estrutura do emprego no Brasil 1950-1970. In: Encontro Nacional de Economia, 7. Atibaia, 1979. São Paulo, 1979.